

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO – PPGEDU MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

TIAGO RAMIRES

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA
ESCOLA DO CAMPO A LUZ DE CARTAS PEDAGÓGICAS**

**Jaguarão
2024**

TIAGO RAMIRES

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA
ESCOLA DO CAMPO A LUZ DE CARTAS PEDAGÓGICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEdu/ Câmpus Jaguarão, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues

**Jaguarão
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

RT551ar Ramires, Tiago

A Ressignificação do Projeto Político Pedagógico de uma
Escola do Campo a luz de Cartas pedagógicas / Tiago Ramires.
138 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2024.

"Orientação: Ana Cristina da Silva Rodrigues".

1. Educação do Campo. 2. Projeto Político Pedagógico. 3.
Cartas Pedagógicas. 4. Educação. 5. Ação Participativa. I.
Título.

TIAGO RAMIRES

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM
UMA ESCOLA DO CAMPO A LUZ DE CARTAS PEDAGÓGICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEdu/ Câmpus Jaguarão, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada em: 21 de junho de 2024.

Banca examinadora:

Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues

Orientador

UNIPAMPA

Dra. Silvana Maria Gritti

UNIPAMPA

Dra. Isabela Camini

EDUCAÇÃO/MST

Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 13/08/2024, às 01:07, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Isabela Camini, Usuário Externo**, em 18/08/2024, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SILVANA MARIA GRITTI, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 05/09/2024, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1514878** e o código CRC **C425FB3D**.

Dedico este trabalho a minha esposa Vanessa Ramires, aos meus filhos, minha mãe Denise de Carvalho Ramires e a todos que acreditam na Educação do Campo como uma ferramenta de emancipação do cidadão.

“Levante, resista: lute pelos seus direitos”.

Bob Marley

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao universo e todos os orixás pela minha trajetória de vida e pela minha identidade como cidadão negro. Agradeço a todos pretos e pretas que me antecederam e, com sua luta, me oportunizaram estar em um programa de pós-graduação.

À minha mãe Denise Ramires, meu maior exemplo, que criou eu e meus irmãos com muita dificuldade, amorosidade e, sempre incentivando todos nós a não desistir de estudar.

À minha avó Nely, que foi e sempre será minha referência como cidadão.

À minha esposa e companheira de vida Vanessa Ramires, que transformou minha vida com seu sorriso e seu amor, me incentivando a cada segundo dessa jornada, tendo paciência nas noites que dormiu sozinha enquanto eu estudava, no cuidado com meus filhos enquanto escrevia e na atenção que me deu nos momentos mais difíceis que enfrentei realizando esse trabalho e estando em sala de aula.

À meus filhos que são o ar que respiro e minhas grandes inspirações.

Gostaria de agradecer também a Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, campus Jaguarão, por ter me permitido participar do seu programa de Pós Graduação, me capacitando a dar meus primeiros e significativos passos como professor pesquisador.

À todos professores que fazem parte do PPGEduc e foram atores importantíssimos nesse estudo.

Faço um agradecimento especial à minha orientadora, Profa. Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues, a qual eu chamo com muito carinho e respeito de “MEGABLASTER”, por me guiar nesse caminho com carinho, muito amor e quando necessário rigidez.

Agradeço a comunidade escolar da Corinto Ávila Escobar por abrirem as portas para a realização deste estudo.

Agradeço às minhas colegas Liliane Mendes e Vera Ferreira, que foram mais que colegas, foram parceiras e irmãs que o mestrado me presenteou. Nossa parceria trouxe leveza e muitas memórias positivas nesse processo tão importante.

Por fim, agradeço a todos professores do campo que diariamente estão em sala de aula por acreditarem que o campo é um espaço rico em conhecimento e a educação emancipa o cidadão.

Omodupé!!!

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa, realizada no Programa de Pós-graduação em Educação- Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA (PPGEdu), campus Jaguarão. O estudo foi realizado em uma escola de ensino médio da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul, situada no município de Herval. Essa pesquisa teve como objetivo geral compreender o processo da ação participativa e democrática através da utilização das cartas pedagógicas para a revisão e sistematização do novo Projeto Político Pedagógico da escola. A metodologia que guiou este estudo é de natureza qualitativa, sendo revelada em sua tipologia o caráter de pesquisa-ação. Como instrumento metodológico para dar voz a todos os atores, de forma democrática, foram utilizadas as cartas pedagógicas. Neste estudo também se utilizou documentos da escola, para assim, efetuar a realização de uma ação democrática e participativa. Todos os dados levantados levaram em consideração o meio no qual está inserida a escola - área rural do município do RS. O problema que conduziu essa investigação foi quais são os limites e as possibilidades da ação participativa e democrática na revisão e atualização do Projeto Político Pedagógico dessa escola? Para responder essa pergunta o estudo teve como objetivos específicos compreender os limites e as possibilidades da ação participativa e democrática na revisão e atualização do Projeto Político Pedagógico; analisar como a potência das cartas pedagógicas como instrumento de fomento à ação participativa; compreender e analisar as propostas e as concepções de educação no e do campo; reconhecer o Projeto Político Pedagógico atual da escola e sua forma de implementação/ execução; discutir como se dá o processo democrático da revisão e da sistematização do PPP da escola; problematizar a importância da ação participativa para contemplar os anseios de toda uma comunidade escolar. Este estudo teve como resultado a utilização das práticas pedagógicas como objeto de ensino, pois somente os alunos se engajaram na participação da atividade e produção de cartas com intuito de colaborar na revisão do novo P.P.P, a revisão e sistematização do novo Projeto Político Pedagógico e a formação do entendimento, por parte da comunidade escolar, que é necessária uma maior articulação de todos os segmentos para garantirem um movimento participativo e democrático no cotidiano da escola. Este trabalho também almejou discutir, através da pesquisa científica, a educação no e do campo; o Projeto Político Pedagógico (PPP) atual da escola e a forma como ocorreu o processo democrático da construção e sistematização de seu PPP.

Palavras-Chave: Escola do campo; projeto político pedagógico; cartas pedagógicas; gestão participativa; gestão escolar.

ABSTRACT

This work presents results of a qualitative research, carried out in the Postgraduate Program in Education - Professional master's in education at the Federal University of Pampa - UNIPAMPA (PPGEdu), Jaguarão campus. The study was carried out in a high school in the State Public Network of Rio Grande do Sul, located in the municipality of Herval. This research had the general objective of understanding the process of participatory and democratic action through the use of pedagogical letters for the review and systematization of the school's new Pedagogical Political Project. The methodology that guided this study is qualitative in nature, with its typology revealing the character of action research. As a methodological instrument to give a voice to all actors, in a democratic way, pedagogical letters were used. In this study, school documents were also used, in order to carry out a democratic and participatory action. All data collected took into account the environment in which the school is located - rural area of the city of RS. The problem that led this investigation was what are the limits and possibilities of participatory and democratic action in the review and updating of the Pedagogical Political Project of this school? To answer this question, the specific objectives of the study were to understand the limits and possibilities of participatory and democratic action in the review and update of the Pedagogical Political Project of this school; analyze the power of pedagogical letters as an instrument to promote participatory action; understand and analyze the proposals and concepts of education in and from the countryside; recognize the school's current Pedagogical Political Project and its form of implementation/execution; discuss how the democratic process of building and systematizing the school's PPP takes place; problematize the importance of participatory action to address the desires of an entire school community. This study resulted in the use of pedagogical practices as a teaching object, as only students engaged in participation in the activity and production of letters with the aim of collaborating in the review of the new P.P.P, the review and systematization of the new Pedagogical Political Project and the formation of understanding, on the part of the school community, that greater coordination between all segments is necessary to guarantee a participatory and democratic movement in the daily life of the school. This work also aimed to discuss, through scientific research, education in and from the countryside; the school's current Political Pedagogical Project (PPP) and the way in which the democratic process of building and systematizing its PPP occurred.

Keywords: Country school; political pedagogical project; pedagogical letters; participative management; school management

RESUMEN

Este trabajo presenta resultados de una investigación cualitativa, realizada en el Programa de Postgrado en Educación - Maestría Profesional en Educación de la Universidad Federal de Pampa - UNIPAMPA (PPGEdu), campus Jaguarão. El estudio se llevó a cabo en una escuela secundaria de la Red Pública Estatal de Rio Grande do Sul, ubicada en el municipio de Herval. Esta investigación tuvo como objetivo general comprender el proceso de acción participativa y democrática mediante el uso de cartas pedagógicas para la revisión y sistematización del nuevo Proyecto Político Pedagógico del colegio. La metodología que guió este estudio es de carácter cualitativo, cuya tipología revela el carácter de investigación acción. Como instrumento metodológico para dar voz a todos los actores, de manera democrática, se utilizaron cartas pedagógicas. En este estudio también se utilizaron documentos escolares, con el fin de realizar una acción democrática y participativa. Todos los datos recogidos tuvieron en cuenta el entorno en el que está ubicada la escuela - zona rural de la ciudad de RS. El problema que motivó esta investigación fue ¿cuáles son los límites y posibilidades de la acción participativa y democrática en la revisión y actualización del Proyecto Político Pedagógico de esta escuela? Para responder a esta pregunta, los objetivos específicos del estudio fueron comprender los límites y posibilidades de la acción participativa y democrática en la revisión y actualización del Proyecto Político Pedagógico de esta escuela; analizar el poder de las cartas pedagógicas como instrumento para promover la acción participativa; comprender y analizar las propuestas y conceptos de educación en y desde el campo; reconocer el Proyecto Político Pedagógico vigente en la escuela y su forma de implementación/ejecución; discutir cómo se da el proceso democrático de construcción y sistematización del PPP escolar; problematizar la importancia de la acción participativa para abordar los deseos de toda una comunidad escolar. Este estudio dio como resultado el uso de prácticas pedagógicas como objeto de enseñanza, ya que únicamente los estudiantes participaron en la actividad y producción de cartas con el objetivo de colaborar en la revisión del nuevo P.P.P, la revisión y sistematización del nuevo Proyecto Político Pedagógico. y la formación del entendimiento, por parte de la comunidad escolar, de que es necesaria una mayor coordinación entre todos los segmentos para garantizar un movimiento participativo y democrático en la vida cotidiana de la escuela. Este trabajo también tuvo como objetivo discutir, a través de la investigación científica, la educación en y desde el campo; el actual Proyecto Político Pedagógico (PPP) de la escuela y la forma en que se dio el proceso democrático de construcción y sistematización de su PPP.

Palabras clave: Escuela de campo; proyecto político pedagógico; cartas pedagógicas; administración participativa; gestión escolar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Proposta de Plano de Ação

Quadro 2- Síntese das respostas do questionário enviado para a gestão da escola

LISTA DE SIGLAS

AL - Aluno

ANPED – Associação Nacional de Pesquisa em Educação

APAE -Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

COVID-19 – Doença do Corona Virus

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CRE - Coordenadoria Regional de Educação

CSA - Construção Satisfatória da Aprendizagem

CPA - Construção Parcial da Aprendizagem

CRA - Construção Restrita da Aprendizagem

CME - JAG - Conselho Municipal de Educação de Jaguarão

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EEEM- Escola Estadual de Ensino Médio

ENERA- Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária

FAPA - Faculdade Porto-Alegrense

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISE -Sistema de Gestão da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul

IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEDUC – Secretaria de Educação

SME - Secretaria Municipal de Educação

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa UEMA

- Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Vila Basílio- Herval.....	20
Imagem 2 - Escola Corinho Ávila Escobar	20
Imagem 3: Reunião com integrantes da comunidade escolar	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	18
3 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	21
3.1 CARTAS PEDAGÓGICAS COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO PARTICIPATIVA	21
3.2 CENÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	25
3.2.1 A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	30
3.3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO	33
4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	38
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	38
4.2 PLANO DE AÇÃO	40
5.DESCRICÃO E ANÁLISE DA PESQUISA-AÇÃO	43
5.1. DESCRICÃO E ORGANIZAÇÃO DAS CARTAS PRODUZIDAS E TROCADAS	46
5.1.1 AS CARTAS DOS ALUNOS	46
5.2 ATAS DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS	49
5.3 INFORMAÇÕES DA SECRETARIA	51
5.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ATUAL	52
5.5 REUNIÕES	53
5.5.1 DIREÇÃO	53
6.ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA AÇÃO	55
7-PRODUTO DA PESQUISA:O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	58
8-CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	63
ANEXOS	68
Anexo 1: Atas das reuniões da escola	68
Anexo 2: Cartas dos alunos	72
Anexo 3: O Antigo P.P.P	88
APÊNDICES	110
Apêndice 1: Questionário sobre a ação participativa na escola Corinθο Ávila Escobar (respondido pelo diretor e pela supervisora)	110
Apêndice 2: O Novo P.P.P	114
Apêndice 3- Carta Convite para reuniões	139

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um estudo relacionado à revisão e sistematização do Projeto Político Pedagógico - PPP - de uma escola do campo, integrante da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul. A proposta deste trabalho esteve relacionada à realização de uma pesquisa que envolveu toda a comunidade escolar da Escola de Ensino Médio Corinto Ávila Escobar, situada no município de Herval, através da gestão participativa. Neste trabalho, as cartas pedagógicas foram apresentadas como um instrumento de gestão participativa e emancipatória, pois o problema respondido, ao longo deste estudo, está relacionado aos limites e às possibilidades do processo de participação da comunidade escolar, utilizando as cartas como ferramenta de diálogo e de levantamento de informações para revisão, sistematização e implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola Corinto Ávila Escobar.

A importância da realização deste estudo apresenta sua legitimidade ao pensarmos em educação e invocarmos o direito de todo indivíduo, garantido na Constituição Federal. Esse direito consolida os alicerces do processo de aprendizagem, gerando uma capacidade de construção crítica, em que o cidadão é o sujeito da sua própria educação, não o objeto dela (FREIRE, 2016).

Na área rural, é salutar o avanço de práticas pedagógicas que auxiliem na compreensão dos distintos períodos da vida dos educandos, percebendo como é concebida a infância e a juventude no campo e quais os processos a que os atores estão submetidos nos diferentes tempos que formam a trajetória de suas vidas (MOLINA, 2006). Nesse sentido, analisando a educação no campo como processo dialético, que aquilata o aluno na sua emancipação, através dos fatores endógenos que aguçam a historicidade do homem, destaco que o objetivo da ação de intervenção deste trabalho foi contribuir para a elaboração do Projeto Político Pedagógico, auxiliando a gestão da EEEM Corinto Ávila Escobar e toda a comunidade escolar para a revisão, sistematização e implementação de um documento democrático que auxilie nas suas práticas pedagógicas. Ainda apresentamos como objetivos específicos: compreender os limites e as possibilidades da ação participativa e democrática na revisão e atualização do Projeto Político Pedagógico; analisar como a potência das cartas pedagógicas como instrumento de fomento à ação participativa; compreender e analisar as propostas e as concepções de educação no e do campo; reconhecer o Projeto Político Pedagógico atual da escola e sua forma de implementação/ execução; discutir como se dá o processo democrático da revisão e da sistematização do PPP da escola; problematizar a importância da ação participativa para contemplar os anseios de toda uma comunidade escolar.

A escolha de ter a escola *Corintho Ávila Escobar* como objeto de pesquisa se dá devido a minha trajetória profissional. Minha formação acadêmica se deu na Faculdade PortoAlegrense (FAPA), onde me graduei no Curso de História. No ano de 2014, fixei residência no município de Jaguarão e nesse município tive como experiência profissional a gestão pública municipal: na função de diretor de patrimônio e secretário adjunto de cultura do município. Nesse período, participei do Conselho Municipal de Educação de Jaguarão (CME-JAG), em que tive a oportunidade de discutir com colegas a gestão municipal do município e, com isso, obter algumas aprendizagens relacionadas à gestão democrática da educação.

No mês de maio de 2019, comecei a trabalhar como professor da EEEM *Corintho* e, logo de início, a atividade docente nesta instituição despertou, em mim, um sentido especial. A prática diária de trabalhar em uma escola do campo me proporcionou um olhar diferente para a educação do campo. Passei a perceber a riqueza de saberes e de experiências proporcionadas no ambiente rural, desconstruindo uma ideia preestabelecida que discursava a favor do campo como uma área atrasada.

Neste cenário de envolvimento com a comunidade escolar, fui apresentado ao PPP da escola e, então, surgiu a proposta de contribuir com a revisão de um novo documento, uma vez que o outro já apresentava uma defasagem. A proposta era realizar a construção do novo Projeto de forma democrática, incentivando todos os sujeitos envolvidos a participarem. O instrumento escolhido para realizar o levantamento das informações obtidas com a comunidade escolar para auxiliar na elaboração do PPP da escola foram as cartas pedagógicas. A justificativa para essa escolha se deu, pois, em 2021, fui apresentado para o estudo de cartas pedagógicas por minha orientadora e, a partir daí, comecei a leitura com alguns autores que pesquisam as cartas, como, por exemplo, Paulo Freire, Isabela Camini e Ana Lúcia Freitas. Nesse momento, percebi a potência das cartas para as práticas pedagógicas. Com isso, propus-me a utilizar esse magnífico instrumento a serviço da gestão escolar para contribuir com o novo documento da escola.

A escolha pela construção deste trabalho se dá pela potencialidade que as cartas pedagógicas revelam na construção coletiva, possibilitando um diálogo horizontal que permita a libertação dos sujeitos envolvidos no que se refere às opressões econômicas e sociais impostas pela estrutura da sociedade brasileira. De acordo com Santos Paulo e Dickmann (2020, p. 22):

As Cartas Pedagógicas nos oportunizam intencionar a construção coletiva de uma Pedagogia Latino-americana, tecida por experiências e reflexões fundamentadas pelo pensamento crítico.

Então, ao longo desta pesquisa, apresentaremos as possibilidades e os limites da gestão participativa, utilizando as cartas como meio de comunicação/sensibilização entre a

comunidade escolar e o pesquisador, possibilitando uma ação participativa e emancipatória, propondo um diálogo que resulta de um exercício de aprender, educar e pesquisar, fecunda e fertiliza os saberes - fator fundamental para uma educação libertadora no campo (BRANDÃO, 1986).

Este estudo se desenvolveu seguindo a metodologia da pesquisa-ação. Foi organizado sob o prisma de conduzir os atores participantes a questionamentos que tinham como objetivo contribuir para a melhora da prática escolar, propondo mudanças em um contexto específico e possibilitando tanto ao pesquisador como à comunidade escolar e responder aos anseios de uma construção democrática do Projeto Político Pedagógico através da ação transformadora do desenvolvimento das cartas pedagógicas.

Este estudo está organizado em três partes. Na primeira parte, será exibida a história do local onde se encontra a escola e as características da região. Também será identificado o perfil dos alunos atendidos. Na segunda parte, será abordado o referencial teórico-conceitual que embasa a pesquisa. Nesse momento, trarei para discussão os autores que abordam as cartas pedagógicas. Farei um breve histórico sobre os movimentos relacionados à legislação para a educação do campo, os autores que discutem a educação no campo e, por fim, mas não menos importante, o diálogo com os autores que discutem o conceito de Projeto Político Pedagógico. A terceira parte deste estudo apresenta os pressupostos metodológicos que conduziram o trabalho, trazendo à baila a caracterização da pesquisa, a sua natureza e tipologia, além do plano de ação e o processo prático dos encontros. Indicarei, também, nesta seção, como foi produzido o produto da pesquisa, com a apresentação do resultado, ou seja, o Projeto Político Pedagógico da escola. Saliento que o novo PPP iria para apreciação em maio de 2024, na reunião do conselho escolar, mas devido as enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul a reunião ocorrerá em setembro de 2024.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O estudo ocorreu na Escola Estadual de Ensino Médio Corinto Ávila Escobar, situada na vila Basílio, localizada no município de Herval - RS. A Vila Basílio tem sua fundação em 1884, devido à inauguração da estação de trem *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited*, que fazia a linha para o ramal Jaguarão. Os primeiros moradores da Vila foram as famílias dos funcionários que trabalhavam nessa estação férrea. A vila Basílio foi cenário de Batalha da Revolução Federalista, com o episódio do tiroteio do Basílio, conforme noticiara o Estado de São Paulo, no dia 19 de julho de 1893.

No ano de 1939, foi fundada a escola Corinto Ávila Escobar, sob a tutela do município de Herval. Nos primeiros anos de funcionamento, a escola não tinha uma autorização formal; somente, em 1942, conseguiu reunir toda a documentação para funcionar de forma legal, atendendo a alunos do ensino fundamental. Enquanto a ferrovia ainda estava ativa, na década de 80, a escola tinha um número aproximado de cerca de 180 (cento e oitenta) alunos. Com a desativação da ferrovia, o número de alunos caiu para menos de 100.

Até o ano de 1995, a escola atendia, basicamente, aos alunos da Vila Basílio, mas, com a efetivação da política de assentamentos, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), inúmeras famílias de agricultores vieram morar na região, pois foram contempladas com lotes de terra de, aproximadamente, 17,4 hectares por família. Com isso, seus filhos começaram a frequentar a escola.

No ano de 2012, a escola consegue a alteração da mantenedora, de municipal para estadual, e passa a abranger o ensino médio. A primeira turma de ensino médio tem o seu início no dia 24 de março de 2014. No ano de 2017, a escola passa a ter a modalidade de turno integral. O Projeto Político Pedagógico vigente data de 2017, período em que a escola se credenciou para atender a seus alunos de forma integral. Nesse tempo, nunca houve uma atualização do Projeto Político Pedagógico.

Atualmente, a escola atende 101(cento e um) alunos, sendo 36 (trinta e seis) de ensino médio e 65 (sessenta e cinco) de fundamental. Os alunos são oriundos dos assentamentos Nova Herval, Terra do Sol, Santa Rita de Cássia (também conhecido como 15 de outubro) e Santa Alice (também conhecido como 18 de maio). A Corinto Ávila Escobar atende, também, a estudantes das localidades Barro das Negras (quilombo ainda não reconhecido pelo município de Herval) Povoado do desvio Herval (povoado que se formou devido ao desvio do trem) e Vila Basílio.

Nesse cenário rural, a escola atende a diversas famílias compostas na grande maioria por agricultores. Ao longo dos anos, construiu uma importante história para o município de Herval, que terá continuidade a partir desta pesquisa, já que identificamos, nessa comunidade escolar, um território que floresce diversos saberes devido ao envolvimento dos seus integrantes.

Imagem 1: Vila Basílio- Herval.



Fonte: Foto de Anderson Roger Botelho Souza

Imagem 2: Escola Corinho Ávila Escobar:



Fonte: Foto do autor

3 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

3.1 CARTAS PEDAGÓGICAS COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO PARTICIPATIVA

Apresentamos o conceito de cartas pedagógicas dialogando com Camini (2012, p. 12), que as define como aprendizados que se entrecruzam e se comunicam, mencionando que “[...] estes relatos se configuram como fontes originais de uma realidade social, política, pedagógica

e religiosa, que perpassa o seu tempo” (CAMINI, 2012, p. 12). Para a autora, as cartas pedagógicas devem propor ao leitor uma conversa de cunho pedagógico, em que são apresentadas pelo escritor da carta suas ideologias, suas memórias, seus sonhos e suas experiências vividas.

Camini (2021) ainda propõe um olhar mais atento para a importância das cartas pedagógicas nas pesquisas, pois, segundo a autora:

Inquieta e feliz com tanto conhecimento humano verbalizado nessas cartas, resta-me entender porque essa metodologia é tão pouco conhecida e apreciada nos meios acadêmicos, por vezes até desprezada e deixada no esquecimento. A meu ver, seria preciso valorá-la, dar-lhe o verdadeiro sentido que cabe a um instrumento metodológico eficaz, sugerindo novas formas de registro e sistematização do conhecimento pretendido, partilhado (CAMINI, 2021, p. 15-16).

Moraes e Paiva (2018) trazem, em sua obra, “Cartas Pedagógicas: reflexões de docentes da educação básica e superior”, a ideia de que a carta é um instrumento de diálogo. Nesse sentido, independentemente de sua estrutura de escrita ser informal ou apresentar uma natureza poética, quando agrupa saberes e dialoga com um interlocutor, apresenta, em seu DNA, a identidade educacional, revelando-se como uma carta pedagógica.

Cidoval Moraes de Sousa (2021) advoga que as cartas pedagógicas são um instrumento que auxilia a todos nós compreender o conceito de esperar por meio das perspectivas, percebendo, através da educação, a chegada do tempo de vivenciarmos uma sociedade mais justa e fraterna.

Para Paulo Freire (2013), uma carta pedagógica tem o caráter de provocar respostas, propor uma reflexão, dialogar apresentando suas convicções políticas, perceber as relações humanas e auxiliar a entender os desafios da sociedade. Na sua obra “Cartas a Guiné Bissau”, Freire (2013, p. 13) fala:

Se toda dicotomia entre ensinar e aprender, de que resulta que quem ensina se recusa a aprender com aquele ou aquela a quem ensina, envolve uma ideologia dominadora, em certos casos, quem é chamado a ensinar algo deve aprender primeiro para, em seguida, começando a ensinar, continuar a aprender.

Para Ana Lucia Freitas (2019), uma carta se torna pedagógica quando apresenta, na sua gênese, a intencionalidade do diálogo, trazendo questionamentos para provocar uma reflexão e promovendo o incentivo à escrita. De acordo com a autora,

[...] a escrita de uma Carta Pedagógica caracteriza-se por atender dois critérios. Sendo uma carta, deve apresentar os elementos próprios deste gênero de escrita: data, destinatário, remetente, saudação inicial e final, além de empregar a primeira pessoa, com a intenção de comunicar-se, com diferentes finalidades. Por ser pedagógica, a escrita apresenta e desenvolve com clareza a finalidade a que se propõe, por exemplo: comunicar uma experiência, abordar um tema, dar retorno sobre apreciação de

trabalhos, fazer um convite, dar boas-vindas, entre outras. Importa ainda considerar a qualidade da escrita caracterizada como uma reflexão pessoal fundamentada, ou seja, fazendo uso apropriado de conceitos e incluindo referências diretas ou indiretas. Além disso, é importante levar em conta que uma Carta Pedagógica tem como intencionalidade promover o diálogo e incentivar a escrita (FREITAS, 2019, p. 61).

A escolha da utilização das cartas pedagógicas, neste estudo, se dá por identificarmos a potência delas como um instrumento de comunicação, garantindo o diálogo democrático dos indivíduos envolvidos no processo. Também, acreditamos que enxergar as cartas como um instrumento de pesquisa acadêmica se faz necessário, principalmente na área da educação, porquanto, além de emanarem sentimentos diversos, auxiliam na construção coletiva e agregadora de conhecimento.

No trabalho intitulado “Cartas pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisas participativas” (PAULO, 2022), a autora apresenta a importância das cartas pedagógicas como instrumento de pesquisa, advogando, especificamente, em favor da utilização das cartas em pesquisas qualitativas, além de uma discussão sobre a utilização das cartas na Educação Popular. Os resultados apresentados, neste estudo, sinalizam para a importância da utilização das cartas em pesquisas participativas e oferecem uma significativa contribuição para o estudo de cartas pedagógicas.

Uma carta se torna pedagógica quando, em suas linhas, apresenta ao destinatário a intenção de comunicar, provocando neste uma vontade de compartilhar através de uma leitura composta por um claro engajamento político que sinaliza em direção à produção de saberes que emancipam o cidadão (PAULO; DICKMANN, 2020).

Para termos um maior entendimento sobre as cartas pedagógicas, é necessário visitarmos a obra de Paulo Freire para compreendermos esse gênero de escrita e suas particularidades. Entendemos o sentido das cartas ao lermos “Cartas a Cristina”, “Pedagogia da Indignação” e “Cartas a Guiné-Bissau”; nesta última obra, Freire indica ao leitor a experiência das cartas como um instrumento de gestão educacional democrática. Nessas obras, percebemos a intenção de o autor ofertar um diálogo que contenha amorosidade, registro, ação emancipatória, transformação social e democratização dos saberes. Segundo Brandão (2009), as cartas fecundam, em seu caráter, os conceitos de dialogicidade e de ação participativa. A dialogicidade se revela na comunicação, que provoca a participação coletiva, com o objetivo de propor uma ação transformadora.

Quanto a trabalhar com as cartas na gestão escolar, acreditamos que, para além de uma conversação, têm o poder de organizar e indicar caminhos que rompam uma estrutura definida de forma verticalizada. Nossa pretensão, através das cartas, foi compartilhar com os integrantes

da comunidade escolar da EEEM Corinto Ávila Escobar a experiência de auxiliar na construção de um documento fundamental para o percurso pedagógico que a escola irá construir, pois, ao imergir no pensamento freiriano, buscamos utilizar as cartas como instrumento de diálogo participativo, dando voz a todos os atores da comunidade escolar. Acreditamos na potência das cartas como instrumento difusor de ideias e de aprendizagens. Vale salientar que, nos últimos anos, as cartas pedagógicas ganharam grande força no debate acadêmico. O legado freireano foi discutido em diversos encontros e produções acadêmicas, revelando, cada vez mais, a importância deste grande instrumento de diálogo e de produção do conhecimento.

Em dezembro de 2022, as professoras Ana Lucia Freitas e Bárbara C. M. Sicardi Nakayama publicaram o artigo “Narrar e Esperançar com Cartas Pedagógicas: um Fecundo Diálogo entre o Legado de Paulo Freire e a Pesquisa Narrativa (auto) Biográfica”. Neste trabalho, as autoras realizam uma análise de suas produções acadêmicas e apresentam ao leitor uma reflexão sobre o legado freiriano, através de suas pesquisas, que discutem a importância das cartas pedagógicas no âmbito teórico-metodológico e seu impacto na pesquisa narrativa e (auto) biográfica. De acordo com as autoras:

Consideramos ser esta uma relevante perspectiva de estudos e pesquisa que toma como ponto de partida o reconhecimento do fecundo diálogo entre o legado de Paulo Freire e a pesquisa acadêmica de abordagem narrativa (auto)biográfica. Com base nesta compreensão, sem a intenção de esgotar o tema, buscamos contribuir para o reconhecimento do potencial pedagógico das cartas e sua reinvenção como instrumento metodológico de pesquisa-formação. (FREITAS, NAKAYAMA, 2022, p. 4)

No artigo publicado por William Alves e Aristóteles de Paula Berino, no ano de 2022, os autores discutem como as cartas pedagógicas, com uma formação continuada para educadores, podem contribuir nas práticas pedagógicas e na formação docente, para, assim, fomentar uma transformação crítica e social. Neste ensaio, os autores também advogam pela importância da dialogicidade - que permite que as diversas experiências relatadas nas cartas sirvam como pilares que auxiliam na compreensão da prática docente, pois

[...] ao terem a liberdade de se expressarem com suas próprias palavras, experiências e vivências, acabam contribuindo para que possamos, de alguma maneira, compreender a visão de educação, de aprendizado, de ensino, sobretudo, a sua visão de mundo e sobre as teorias implícitas em sua ação pedagógica. (ALVES, BERINO, 2022, p. 4)

Carla Luz Salaibb Dotta e Elisete Enir Bernardi Garcia, no trabalho intitulado “Cartas Pedagógicas: uma Inspiração Freireana”, tratam das políticas públicas e do trajeto percorrido por estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA, discutidas através de cartas

pedagógicas, sob o prisma do conceito de dialogicidade contido no legado da produção de Paulo Freire. Para as autoras, as cartas pedagógicas são grandes instrumentos de diálogo e de reflexão, que possibilitam a efetivação de uma análise que auxilia no avanço das práticas pedagógicas através de registros que permitem avaliarmos estratégias que desenvolvem o processo dialético que compõem o ensino e a aprendizagem.

O ensaio “Cartas pedagógicas: um diálogo interdisciplinar na academia”, de Josiane Sousa Costa de Oliveira e de Marinalva Veras Medeiros, é resultado de uma prática docente interdisciplinar, realizada com aluno/a/s das licenciaturas em Ciências Biológicas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão e com estudantes de Pedagogia, da Universidade Estadual do Maranhão.

Neste trabalho, as autoras apresentam as experiências pedagógicas obtidas por meio de comunicação de cartas e salientam a interação dos alunos, refletindo sobre o processo de aprendizagem através da escrita e sobre o impacto desta em um contexto sociopolítico. No estudo das autoras, discutem a importância da produção da escrita através de cartas, mesmo em um cenário repleto de tecnologias, com uma velocidade de informação imensurável, pois, de acordo com as autoras:

Entendemos que a produção escrita precisa ser refletida, ser retomada por meio de outros gêneros textuais, e porque não a carta, pois, mesmo as pessoas estando relativamente próximas por conta da farta aquisição dos chamados telefones inteligentes, ou seja, um celular com tecnologias avançadas, pois possuem um sistema operacional complexo equivalente aos computadores, a produção escrita por meio da carta tem grande valor. E no contexto da prática pedagógica poderá ser uma importante ferramenta de comunicação e socialização de conhecimentos. (OLIVEIRA, MEDEIROS, 2021, p. 5182).

No estudo de Fernanda dos Santos Paulo, publicado na Revista Internacional de Educação Superior, a autora apresenta reflexões metodológicas sobre pesquisas participativas que utilizam cartas pedagógicas como instrumentos metodológicos. Os resultados que o estudo traz ao leitor apresentam contribuições importantes para os avanços de estudos que utilizam as cartas pedagógicas como instrumentos metodológicos. De acordo com a autora, no seu estudo “Cartas Pedagógicas como Instrumento Metodológico de Pesquisas Participativas”, a utilização de cartas pedagógicas auxilia na sistematização de práticas educativas:

É uma proposta de prática de pesquisa que contribui para a compreensão crítica das realidades sociais micro e macro, fortalecendo coletivos na capacidade dos sujeitos escreverem/registrarem suas trajetórias, seus posicionamentos e ideias. Desse modo, fornece elementos para um trabalho político-pedagógico que visa transformar a realidade social e práticas educativas, com base na Educação Popular emancipatória. (PAULO, p.3, 2023)

No trabalho Cartas Pedagógicas na Pandemia: Uma Estratégia Metodológica, de autoria de Luciane de Andrade Duarte e Ana Cristina da Silva Rodrigues, as cartas pedagógicas são

discutidas como ferramentas avaliativas no período da Pandemia de COVID-19. O objetivo deste estudo foi identificar as dificuldades enfrentadas pelos educadores de uma escola municipal de Jaguarão para avaliar seus alunos no formato remoto. A metodologia proposta por esse estudo foi a produção e o envio de cartas para analisar as possibilidades de avaliação disponíveis para professores do 4º e 5º ano das séries iniciais do ensino fundamental. Esse trabalho foi resultado das experiências vividas no curso de extensão “Cartas Pedagógicas como proposta metodológica de ensino”, realizado no ano de 2021, pelo Programa de Pós-Graduação (PPGEdu) da Universidade Federal do Pampa- Unipampa, campus Jaguarão, no ano de 2021.

Por fim, reiteramos que o interesse de trabalhar as cartas como um instrumento de ação participativa, em uma escola de campo, foi despertado a partir da leitura das obras de Paulo Freire, da experiência do pesquisador na educação do campo, da leitura da obra da professora Isabela Camini (2021), apresentada pela orientadora deste estudo, além da participação nas disciplinas de Leitura Dirigida, do Programa de Pós-graduação da Unipampa - campus Bagé, quando a aproximação com esse instrumento começa a se estreitar.

3.2 CENÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A Educação do Campo, nos últimos anos, vem ganhando atenção na agenda de debates da educação brasileira. Mas, fazendo um exercício de resgate histórico da educação no nosso País, percebe-se que as comunidades que compõem a zona rural, historicamente, vêm sendo desprivilegiadas. Isso porque, de acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2004), a educação, no meio rural, foi tratada como um subproduto do sistema educacional, que privilegiou uma elitização do acesso à educação, renegando à população campesina o direito à educação e o reconhecimento dos saberes produzidos no campo.

Com o processo de redemocratização do Brasil, os movimentos sociais ganham mais força e, nesse cenário, os segmentos ligados à busca de igualdade social, na área rural, cumprem papel fundamental no debate da educação do campo. Os movimentos sociais advogam que o campo não é somente um espaço geográfico da zona rural, mas, sim, uma zona fértil, produtora de saberes e tensionamentos políticos que proporcionam aos cidadãos oriundos do campo uma identidade cultural composta pela valorização do conhecimento, que floresce no campo e alimenta a educação do campo.

Por muito tempo, foi utilizado, no Brasil, o termo Educação Rural. Por trás desse conceito, apresentava-se uma desvalorização da educação para os povos que compõem o campo. Com um projeto de modernização do País, a zona rural era vista como um lugar de

atraso, que enfrentava um descaso no que tange às políticas públicas (ARROYO; FERNANDES, 1999). A ruptura do conceito não se faz somente na etimologia da expressão Educação Rural, mas, para além disso: dá-se na organização de projetos políticos pedagógicos que atendam às inquietações da população do campo nas práticas pedagógicas realizadas nas escolas, valorizando o cotidiano campestre e, principalmente, enaltecendo questões muito caras para a zona rural, como, por exemplo, a agricultura familiar, a sustentabilidade, a reforma agrária, a soberania alimentar, a multiculturalidade, entre outros aspectos fundamentais para o entendimento do campesinato brasileiro.

Na década de 90, a discussão sobre a educação do campo ganha força através do Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse encontro, discutiram-se as bases que alicerçariam os caminhos para o conceito de educação do campo que conhecemos na atualidade. No final da década de 90, outras discussões foram realizadas, na Conferência Nacional, por uma Educação do Campo - ano de 1998 -, quando é consolidada a ideia de educação do campo, rompendo o traço dicotômico de urbano e rural e potencializando as especificidades culturais, étnicas e sociais que compõem a paisagem do campo, proporcionando, então, a possibilidade da comunidade do campo participar, efetivamente, do processo da sua ação educativa.

Para construirmos um melhor entendimento da educação do campo, faz-se necessário compreender que a zona rural está em eterno movimento, proporcionando à nossa sociedade movimentos socioculturais que enaltecem os saberes da identidade campestre brasileira, humanizando as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação básica do campo. De acordo com Benjamin e Caldart (2000, p. 42),

Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um movimento consciente de construção das escolas do campo como escolas que ajudem neste processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história.

Uma experiência, na educação do campo, importante de destacar é a Escola Itinerante. Com grande influência do pensamento freiriano, a escola aplica os princípios da educação popular. Seu nascimento se dá pelas lutas do MST por uma qualidade na educação para os cidadãos que se encontram nos assentamentos. A Escola Itinerante é um verdadeiro patrimônio para a comunidade assentada. A identidade não somente do trabalhador rural, mas também dos assentados é enaltecida em sua estrutura. Assim:

Escola Itinerante foi o nome escolhido pela identidade com o Movimento Social que a reivindicava. Esse nome significa a postura pedagógica de caminhar junto, na luta.

Criada a propósito de não se fixar em lugar algum, sua estrutura física era moldável, construída e desconstruída quando o acampamento fosse pressionado a mudar de área. Os acampados faziam esse trabalho com destreza e determinação. Geralmente era a primeira construção feita em mutirão. Seu apreço pela escola se devia ao fato de verem seus filhos estudando na “Itinerante”, com educadores acampados. (CAMINI, 2021. p. 2)

Com relação à educação no campo, alguns estudos vêm sendo apresentados e, com isso, considerações significativas impulsionam o debate sobre a educação do campo. Célia Delboni, Adeilson Antônio de Freitas e Marcos Luiz Medrado Daltro contribuem para o avanço da discussão ao publicarem “A Educação no Campo e suas Dificuldades”. Nesse estudo, os autores propõem um debate sobre as dificuldades encontradas para a efetivação de uma educação do campo de qualidade, que dialogue com a população campestre, analisando os desafios encontrados nas escolas situadas na paisagem rural e propondo uma reflexão sobre a valorização de políticas públicas nas escolas do campo. Os autores, também, fazem um breve resgate da história das escolas do campo no nosso País, discutindo os avanços da educação para os moradores do campo.

No trabalho de Janisse Viero e Liziany Muller Medeiros, as autoras discutem a educação do campo fazendo um resgate sobre a trajetória brasileira da educação do campo. Após isso, as autoras discutem fundamentos teóricos sobre os movimentos sociais ligados a terra.

[...] a história da educação do campo foi marcada profundamente pelo abandono e tropeços do poder público. Foi em oposição a esta situação que surgiram diversas iniciativas de movimentos sociais, sindicais e populares que paralelamente construíram inúmeras experiências educativas de reflexão acerca da realidade e interesses dos povos do campo. São iniciativas que defendem o meio rural como espaço de diversidade cultural e identitária e, portanto, territórios que carecem de políticas direcionadas a essa realidade e não uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano. (VIERO, MEDEIROS, p. 33, 2018).

A obra de Janisse Viero e Liziany Muller Medeiros também analisa a legislação da educação do campo ao longo dos anos, os avanços e os retrocessos, para o leitor ter melhor compreensão sobre o cenário atual das escolas do campo, além de traçar paralelos entre as diretrizes básicas operacionais e as leis que regulamentam a educação básica, propondo uma reflexão acerca dos aspectos legais para a efetivação e para a consolidação das escolas do campo.

O livro organizado pelos professores (as) Fabrícia de Castro Silva, Maurício Fernandes da Silva e Michelli Ferreira dos Santos, intitulado “Educação do Campo: perspectivas plurais e emergentes”, publicado no ano de 2022, traz um estudo resultante de pesquisas realizadas em

cursos de licenciaturas e discute os desafios enfrentados, tanto na teoria como na prática da educação do campo no norte e nordeste do Brasil, no período da Pandemia de COVID-19.

A partir das inúmeras pesquisas que tratam das realidades rurais brasileiras, é possível inferir que os camponeses e camponesas integram esse Sul político, uma vez que os contextos rurais são marcados por significativas desigualdades sociais adensadas pela carência de políticas públicas que correspondam com as necessidades camponesas básicas e imediatas. De modo que as consequências dessa pauperização estruturante presente nos modos de vida rural se adensam nesse contexto de pandemia, uma vez que a carência ao acesso às políticas sociais imposta ao povo camponês entram em choque com os efeitos socioemocionais, culturais, econômicos e políticos trazidos por esta conjuntura que demanda ações imediatas. (BATISTA, p, 15 e 16. 2022) Na obra, são apresentadas discussões e análises atuais sobre a educação camponesa e o retrocesso em políticas públicas que o País viveu desde o ano de 2016, que se agravou com a luta contra o vírus da COVID-19.

Também, é discutido, em pesquisas recentes, a formação continuada de professores de escolas do campo. Esse tema é apresentado no trabalho de Maria Iolanda Fontoura, publicado na revista da ANPED. A autora traz à baila o debate sobre políticas públicas voltadas para uma formação continuada de professores atuantes em escolas do campo. De acordo com a autora:

O direito às demandas de formação de professores está expresso nas Diretrizes Complementares para a Educação do Campo, Resolução CNE/CB nº 2/2008 no Art. 8 - parágrafo 2º, que ressalta a importância da formação inicial e continuada sempre considerar a preparação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades. (FONTOURA, p.7, 2015)

No estudo de Taynah de Brito Barra Nova e Laêda Bezerra Machado, publicado em 2022, as autoras propõem uma discussão sobre a identidade e SOBRE o pertencimento dos professores que estão atuando na educação do campo. O trabalho utiliza como método a coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas. A partir das informações obtidas, as autoras apresentam uma análise que constata o não pertencimento dos professores com a realidade camponesa. Para as autoras, isso se dá devido à rotatividade dos educadores e ao modo de designação dos professores que, na maioria das vezes, de acordo com o estudo, estão vinculados à contratação temporária. Também, as autoras sinalizam acerca da necessidade de uma discussão mais profunda em relação aos princípios legais para obtenção de uma educação do campo que possibilite contemplar os anseios da população rural no que diz respeito à educação.

A infraestrutura das escolas de campo também é tema de estudos recentes. No trabalho "Escolas do Campo e Infraestrutura: aspectos Legais, Precarização e Fechamento", de Francisca Marli Rodrigues de Andrade e Marcela Pereira Mendes Rodrigues, as autoras trazem a discussão acerca da infraestrutura das escolas do campo. O trabalho analisa a estrutura das escolas, debatendo as condições arquitetônicas, as estruturas básicas e os equipamentos. Este

ensaio foi fruto de uma observação em três escolas do campo do estado do Rio de Janeiro e utilizou como princípio metodológico a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, por meio de uma observação participante que ocorreu entre os anos de 2015 e 2019. As informações que direcionaram esse estudo foram sistematizadas em um diário de campo e, após a sistematização, as autoras analisaram esses dados com base nas políticas públicas vigentes. Como resultado dessa pesquisa, as autoras trazem uma crítica à situação infraestrutural das escolas do campo, salientando a precarização das instituições educacionais localizadas na área rural e a negligência do poder público no cumprimento mínimo no que diz respeito à infraestrutura das escolas. O estudo denuncia, também, a prática criminosa de fechamento das escolas do campo, adotada pelo governo federal, no período de realização do estudo.

Atualmente, os avanços para uma educação do campo de qualidade são muito lentos devido à despreocupação de políticas públicas voltadas às práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do campo. Um exemplo para esse descaso são as prescrições da Base Nacional Comum Curricular de 2017, que não trata sobre educação do campo em seu texto, portanto não elucida possibilidades de melhorias. Cabe destacar que, desde o ano de 2016, a educação do nosso País, de um modo geral, sofre ataques que acarretam movimentos de retrocesso, apresentando um plano político que dá destaque ao fechamento de escolas - como, por exemplo, ocorreu no município de Herval, no ano de 2021 - e a um processo de municipalização do ensino fundamental de escolas estaduais.

3.2.1 A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

É evidente que, nos últimos anos, a educação do campo vem ganhando maior notoriedade no debate acadêmico, devido à força que os movimentos sociais têm dispensado para que a Educação do campo seja entendida como um todo, deixando de lado uma concepção arcaica do homem do campo, do camponês e do trabalhador rural.

Resgatando a história do Brasil, desde o período da colônia, percebe-se um descaso com a comunidade do campo, tanto em políticas sanitárias como em políticas educacionais. Desde o povoamento do europeu no nosso País, fica evidente o projeto de posse de terra sustentado pela mão de obra do homem escravizado, legitimado pelo discurso religioso, com o objetivo de reforçar o latifúndio. Isso fica muito evidente no projeto de capitâneas hereditárias, que acelera o processo de acumulação de terras e riquezas para uma minoria. Nesse período da nossa história, a educação era desenvolvida pelas missões jesuíticas. O principal objetivo dessa

educação jesuítica era oficializar a língua europeia, ensinar o trabalho necessário que garantia o êxito no projeto colonizador e catequizar os povos originários do Brasil.

No processo de aplicação da educação jesuítica, evidente está a dualidade no que se refere a interesses e à garantia de benefícios. A abordagem educacional para os povos originários do Brasil revelava um caráter compulsório, enquanto para os descendentes de europeus o objetivo era desenvolver um processo de ensino aprendizagem oriundo da cultura da Europa. Isso garantiu um cenário de desigualdades que percebemos até os dias atuais. Vale lembrar que, tanto no período colonial como no período imperial, o Brasil era um País predominantemente agrário, mas que não oferecia políticas educacionais para a educação da comunidade que vivia no meio rural.

Nos ciclos econômicos vigentes no Brasil colonial e imperial (açúcar, café e ouro), o sistema de educação apresentava propostas de educação iguais, tanto para as escolas localizadas na paisagem rural como para as escolas dos centros urbanos, ou seja, não havia a mínima preocupação em enaltecer a identidade da comunidade campesina, respeitando os aspectos socioculturais nela presentes. A população que compunha o cenário agrário brasileiro era vista apenas como ferramenta garantidora do projeto de desenvolvimento do País, por meio de latifúndios e acumulação de poder de uma minoria, através da sua mão de obra. De acordo com Coutinho (2009):

Em termos políticos o Brasil saiu da condição de colônia, constituiu-se império, fez-se independente e proclamou-se república. Tais contextos levaram, por sua própria contradição, à reivindicação da educação, sob a responsabilidade do Estado. Mas, demoraria muito a se configurar uma política de educação efetiva, pois da parte das elites brasileiras, sempre houve um grande receio quanto aos ideais políticos de liberdade e de direitos sociais que poderiam ser estimulados caso fosse ofertada aos trabalhadores (COUTINHO, 2009, p.41).

Na década de 30, com a vitória de Getúlio Vargas na Revolução de 30, um de seus primeiros movimentos políticos foi propor uma reforma no sistema de ensino do Brasil. Então, a Associação Brasileira de Educação organizou, na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, em 1931, um congresso, com o objetivo de apresentar propostas que deveriam ser contempladas na reforma da educação anunciada por Getúlio Vargas. O resultado desse congresso foi a elaboração do manifesto do Movimento dos Pioneiros da Educação, que difundiu a ideia de uma escola democrática, que proporciona condições de igualdade para todos. O campo e a cidade seriam igualmente considerados e contemplados. Mas a reforma do sistema educacional, anunciada pelo então presidente Getúlio Vargas, tinha como real objetivo criar condições para impulsionar os índices de educação da classe dominante, incentivando a educação secundária e universitária para, assim, garantir o processo de modernização do Brasil.

Diante disso, a Constituição de 1934 foi a primeira a proporcionar um espaço de debate na área da educação, abrindo precedentes no que se refere à educação do campo. Destinou alguns recursos para educação rural, atribuindo à União a responsabilidade pelo financiamento do ensino, embora as políticas públicas para o cumprimento dessa lei nunca tenham sido implementadas.

A Constituição de 1937 foi redigida com o Brasil vivendo o regime do Estado Novo e tendo um projeto de industrialização impulsionado pela intervenção econômica do Estado. Neste cenário, no texto base do documento, a educação pública perde espaço, e a educação rural não foi sequer citada. Vale lembrar que o caráter dessa constituição revelava um autoritarismo extremado (com forte influência da Carta Del Lavoro de Mussolini), com o objetivo de controlar as organizações dos trabalhadores brasileiros.

Com o fim do Estado Novo e com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, abre-se um novo capítulo na história do nosso País, com o governo de Eurico Gaspar Dutra. Como o Brasil estava recém saindo de uma ditadura, em 1946, foi promulgada a quinta Constituição do Brasil, que significou, por um lado, a retomada de alguns direitos expressos na Constituição de 1934, que haviam sido retirados em 1937. Por outro lado, a Constituição de 1946 foi limitada para construir uma sociedade “democrática”. O Estado não tinha uma preocupação direta com o ensino das populações que se encontravam nos territórios rurais. Ainda no ano de 1946, foi despachado o Decreto-Lei nº 9613, de 20 de agosto, que estabelecia as bases de organização e de regime do ensino agrícola, destinado, essencialmente, à preparação profissional dos trabalhadores rurais. O Artigo 5º desta Constituição ensejaria, mais tarde, as discussões em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional.

No ano de 1961, foi sancionada a Lei nº 4.024/61, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para o ensino e, em seu Título XIII, intitulado “Disposições Gerais e Transitórias”, no artigo 105, temos que os poderes públicos instituirão e ampliarão serviços e entidades que mantenham, na zona rural, escolas ou centros de educação capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais.

Com o golpe militar em 1964, ocorreu um retrocesso nas diversas esferas que compõem a sociedade brasileira. A ideia de modernização do Brasil e de aceleração da economia volta com força ao cenário político do País (milagre econômico). Na LDB, houve uma estagnação da Educação do Campo, no artigo 11, § 2º, porquanto temos que, na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e da colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino. O artigo 49, desta mesma Lei, diz que as empresas e os proprietários rurais que não puderem

manter, em suas glebas, ensino para os filhos de seus empregados, são obrigados, sem prejuízo do disposto no artigo 47, a facilitar-lhes a frequência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades.

A Constituição de 1988 simbolizou um grande marco em defesa da educação e dos direitos sociais. O texto vinculou recursos para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino público. Embora o texto não cite diretamente a educação do campo, podemos evidenciar um avanço na Educação como um todo. Após a Constituição Federal de 1988, há uma expansão de diretrizes, emendas constitucionais, pareceres e resoluções.

Na Lei nº 9.394/96 (LDB), no artigo 28, há o reconhecimento da diversidade sociocultural na educação brasileira. Esse artigo possibilitou a construção das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002) - documento considerado um marco do direito à educação nos territórios rurais.

No entanto, nota-se que a prioridade ainda não é a educação para o sujeito que vive no campo, na medida em que visa à adequação à natureza do trabalho na zona rural, ou seja, a prioridade ainda é o trabalho para auxiliar na produção econômica. A adequação do calendário escolar na época de plantio e de colheita, na zona rural (artigo 28 - LDB), aparece, apenas, como um aporte à produção econômica, e não como uma concepção de formação humana.

Nesse contexto, de acordo com Ghellere (2014), o horizonte histórico que se almeja é a formação para o trabalho, e não para o crescimento intelectual dos sujeitos que vivem no campo. Essa adequação ao trabalho produtivo são as premissas contidas nas bandeiras de luta dos movimentos sociais. Essa concepção, ainda, é uma perspectiva e não uma realidade conquistada, ou seja, é um antagonismo entre o que está na lei e o que representa aos movimentos sociais do campo (GHELLERE, 2014).

3.3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO

O conceito de educação no campo, de acordo com Molina (2006), em sua obra “Educação no Campo e Pesquisa”, é construído através da necessidade de rupturas epistemológicas para consolidar o processo de avanço de perspectivas do indivíduo, apresentando o espaço rural como um território rico e plural no âmbito dos saberes. Ainda falando da educação no campo, percebemos que o conceito que trata educação campesina como uma ação que potencializa a valorização cultural em determinado espaço geográfico, fomenta a história social do aluno, conforme advoga Silva Junior e Netto (2011), em seu trabalho “Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades”. Nesse sentido, tanto Silva

Junior e Netto (2011) como Molina (2006), percebem a área rural não como um produto intermediário do espaço urbano, e sim como um ambiente que tem grande autonomia na produção de saberes.

As diretrizes da educação do campo do estado do Paraná (2006) trarão como destaque a diferença das concepções de rural e campo. A primeira é colocada na perspectiva de que a população rural consegue se sustentar somente através da assistência do Estado, apresentando a área rural como um espaço de atraso, sem muitas visões de mudança. A perspectiva do campo é apresentada como um espaço de valorização da identidade, tanto do indivíduo como dos saberes do campo. Esse espaço é riquíssimo na diversidade cultural e na efervescência de conhecimentos, trará para a discussão a importância dos povos que compõem o campesinato.

A concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência (PARANÁ, 2006, p. 24).

Em relação ao Projeto Político Pedagógico das escolas do campo, Maria Antônia de Souza (2018), na obra que organiza, irá trazer à tona a ideia da importância da construção coletiva do PPP, sendo fundamental perceber as particularidades da escola do campo através de um trabalho horizontal, que agregue toda a comunidade e problematize o *status quo* da realidade imposta.

Tomando como referência a ideia de que o PPP é para ser fruto do trabalho coletivo e por meio dele revelar a identidade da escola no/do campo, foram iniciados estudos sobre a realidade municipal e sobre os princípios da Educação do Campo (SOUZA, 2018, p. 20).

Maria Antônia de Souza (2018) alerta o leitor da obra “Educação do Campo, Escola Pública e Projeto Político-Pedagógico” que a participação efetiva da comunidade não é comum em muitas escolas. Destaca que essa ausência ativa da comunidade escolar nas decisões é uma prática que revela uma centralização da gestão escolar e dos governos municipais e estaduais. A autora elucida essa situação, trazendo, como exemplo, a construção de um Projeto Político Pedagógico muitas vezes elaborado apenas por uma pessoa, por um professor ou por alguma assessoria técnica, excluindo do processo a comunidade.

As diretrizes da educação básica do Distrito Federal apresentam a importância de pesquisar o meio em que a escola está inserida, interpretar e sistematizar os resultados obtidos no estudo para construir uma proposta político-pedagógica que norteie um planejamento que terá como produto o PPP - instrumento que guiará a gestão escolar de acordo com as propostas de todo um coletivo que compõe determinada comunidade escolar.

No caso específico da Educação do Campo, deve, também, ser considerado o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo, cujos resultados representam as bases sobre as quais serão erguidos os pilares que sustentarão a proposta político-pedagógica da unidade escolar. Todos esses elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico estão imbricados, um alimenta o outro. Todos são relevantes para o planejamento do funcionamento da unidade escolar. O PPP refletirá esse planejamento e servirá de guia para que a gestão seja exercida de acordo com as reflexões e proposições do coletivo (DISTRITO FEDERAL, 2019, p. 32).

Ao tratar o conceito de Projeto Político Pedagógico, Ilma Passos Veiga destaca este como uma ação política com compromisso pactuado pela coletividade de que irá propor uma discussão permanente, com o objetivo de buscar alternativas viáveis que atendam às práticas educacionais desenvolvidas na escola. A autora discursa sobre a importância do PPP, porquanto esse estimula a prática democrática do exercício de cidadania da comunidade escolar (VEIGA, 1998). Também, apresenta a ideia de que o Projeto Político Pedagógico está atrelado à organização do trabalho pedagógico de uma escola, tanto na esfera da organização macro quanto no nível da organização da sala de aula. Ou seja, esse instrumento busca orientar a organização das ações pedagógicas da escola na sua totalidade (VEIGA, 1998).

Celso Vasconcelos (2008) traz o conceito de Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo, como trata o autor) como um documento que sistematiza um processo de planejamento participativo, que nunca é engessado, mas que vai se modificando e se aperfeiçoando junto com o tipo de ação educativa proposta. O autor chama a atenção do leitor para o caráter flexível que tem este documento, que alimenta a construção coletiva do conhecimento.

O Projeto Político Pedagógico - PPP - vem sendo discutido nos últimos anos, em diversas produções acadêmicas. Ilma Passos Alencastro Veiga contribui, de forma significativa, com esse tema, em seus estudos e publicações. Em seu trabalho “Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática Novos Marcos para a Educação de Qualidade”, a autora advoga em favor da importância do PPP para a efetivação da gestão democrática e, com isso, para a obtenção de marcos que construam um ensino de qualidade que enalteça a igualdade e a inclusão. A autora organiza este trabalho dividindo o texto em três partes. Na primeira parte, o estudo faz menção às bases legais e aos conceitos que legitimam o projeto político pedagógico. Após, a autora faz uma reflexão sobre a importância da gestão democrática no âmbito escolar. E na terceira parte, o trabalho apresenta alguns entendimentos sobre educação de qualidade.

O projeto político-pedagógico, ao dar uma nova identidade à escola, contempla em suas reflexões a questão da educação de qualidade, entendida aqui nas suas dimensões

indissociáveis: a formal ou técnica, a social e a política. Uma não está subordinada à outra; cada uma delas tem perspectivas próprias (VEIGA, 2009, p. 167).

Lück destaca, no livro “Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências”, que o PPP é um documento elaborado, de forma participativa, por pais, professores, direção e alunos e deve ser construído levando em consideração as particularidades da comunidade escolar. A autora afirma, em sua obra, que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento teóricometodológico, que organiza e sistematiza as ações e os planejamentos pedagógicos aplicados no cotidiano educacional. Segundo Luck (2009, p. 38), o PPP engloba todo o planejamento educacional e sua aplicação, organizando o processo pedagógico que garanta a aprendizagem, levando em conta o foco principal deste documento: o aluno e sua formação.

Francisco de Assis Amorim de Araújo elabora um estudo que apresenta a conexão do PPP no dia a dia da comunidade escolar, apresentando o Projeto Político Pedagógico como instrumento fundamental na articulação das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola e no fomento das ações da gestão escolar para garantir uma educação participativa. No seu trabalho, Araújo faz uma revisão bibliográfica como ferramenta metodológica, com obras de autores que, ao longo dos anos, vêm discutindo o tema. O autor destaca a importância da participação efetiva da comunidade escolar na elaboração ou na reelaboração do PPP, uma vez que esse processo garantirá que a identidade da escola seja preservada nesse documento. Para o autor, o PPP é o instrumento que harmoniza os interesses individuais com a coletividade escolar, avaliando uma eficácia na obtenção de resultados positivos na organização e na sistematização das práticas pedagógicas (ARAÚJO, 2021, p. 685).

O PPP, em escolas do campo, também está sendo discutido nas produções acadêmicas. Lenilde de Alencar Araújo traz, em seu trabalho, “Uma Reflexão sobre a Elaboração do Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo do Maranhão”, a análise de como a construção do PPP da escola possibilitou a participação da comunidade. A autora apresenta o tensionamento por parte de professores e de gestores e da Secretaria de Educação do município no diálogo e na participação do MST. A autora aponta, em seu estudo, a necessidade de um diálogo mais próximo entre governo municipal e o MST para a efetivação de políticas públicas que atendam ao interesse da comunidade escolar, preservando, assim, a identidade da escola do campo.

Outro elemento importante para pensar o projeto político pedagógico da educação do campo é o diálogo com a teoria pedagógica, com as questões universais da pedagogia e da educação, como a concepção de homem, de formação humana, de sociedade. Neste sentido, consideramos três pedagogias que fundamentam a educação do campo:

a Pedagogia Socialista, a Pedagogia do Oprimido e Pedagogia do Movimento. (ARAÚJO, 2020, p. 74)

Samuel Robaert propõe uma discussão sobre a centralidade do PPP como ferramenta de articulação da cotidianidade escolar. Para o autor, esse documento representa o fio condutor na sistematização das práticas pedagógicas e na formação continuada do corpo docente, já que, através deste, se dá a inovação e se efetiva a participação democrática de todos os agentes envolvidos no processo auto (trans) formativo de desenvolvimento da ação pedagógica (ROBAERT, 2015, p. 13).

Diante disso, a construção de um Projeto Político Pedagógico, de forma participativa e democrática, é fundamental para garantir uma ação educativa e eficaz, que contemplará os anseios da comunidade escolar. Utilizar as cartas pedagógicas como instrumento potencializa a voz dos atores envolvidos, horizontalizando o debate e agregando ideias para um melhor desenvolvimento da gestão escolar, “oxigenando” os caminhos da escola do campo.

4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa discute, no seu tema, a ação participativa da comunidade escolar através das cartas pedagógicas para revisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Corinto Ávila Escobar, situada na área campestre do município de Herval, no estado do Rio Grande do Sul. O problema que guiou o estudo foi: **quais são os limites e as possibilidades da ação participativa e democrática na construção e na implementação do Projeto Político Pedagógico dessa escola através das cartas pedagógicas?**

Minha pretensão foi contribuir, de forma significativa e agregadora, para a construção do PPP da escola, projetando uma participação coletiva de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, auxiliando na elaboração de um instrumento democrático, com a finalidade de contemplar os anseios pedagógicos de todos. Como objetivos específicos, tem-se:

- compreender e analisar as propostas e as concepções de educação no e do campo;
- reconhecer o Projeto Político Pedagógico atual da escola e sua forma de implementação/ execução;
- discutir como se dá o processo democrático da construção e da sistematização do PPP da escola;
- problematizar a importância da ação participativa para contemplar os anseios de toda uma comunidade escolar;
- analisar como a potência das cartas pedagógicas como instrumento de fomento à ação participativa

Quanto aos participantes envolvidos neste estudo, temos os alunos da escola (residentes da vila Basílio e moradores dos assentamentos atendidos pela escola), os pais dos alunos (na grande maioria, agricultores), os professores e os funcionários da escola. Em relação aos professores, cabe destacar que alguns são moradores da Vila Basílio e dos assentamentos; outros residem em cidades vizinhas do município de Herval.

Em relação aos instrumentos utilizados nesta pesquisa, o principal foi as cartas pedagógicas. Este trabalho propôs a troca de cartas para a realização do diagnóstico. E a carta convite se prestou a estimular a participação da comunidade e a produção de cartas pelos sujeitos envolvidos para entender as demandas do Projeto Político Pedagógico e indicar soluções para esses anseios. Também, foram utilizados como instrumentos para a pesquisa: documentação da escola, obras literárias para revisão bibliográfica, análise da legislação para educação do campo e reuniões com o conselho escolar, com o conselho de pais e mestres e com alunos, professores e funcionários da escola.

A natureza da pesquisa se revela como qualitativa. Houve preocupação maior com o processo do que com o produto, visto que teve grande atenção na utilização das cartas pedagógicas como instrumento de fomento à ação participativa para manifestar as propostas da comunidade. Além disso, revelo através desta investigação meu interesse nas relações estabelecidas com as interações cotidianas da comunidade escolar em questão. Também, busquei, por meio das cartas, compreender como os sujeitos envolvidos percebem as situações problematizadas. Os dados coletados, nesta pesquisa, foram sistematizados de forma descritiva, utilizando como técnica a análise textual discursiva, para organizar as informações contidas nas cartas pedagógicas que relataram as expectativas, as intenções e as perspectivas da comunidade escolar e confrontar essas informações com os documentos da escola e com o antigo Projeto

Político Pedagógico, para assim, sistematizar o novo PPP. Outro aspecto que caracteriza a natureza qualitativa desta pesquisa é o envolvimento do pesquisador com o ambiente a ser pesquisado, já que este é professor de História da escola há, aproximadamente, cinco anos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A tipologia desta pesquisa se define como pesquisa-ação, uma vez que pretendeu possibilitar aos sujeitos envolvidos, ou seja, à comunidade escolar da EEEM Corinto Ávila Escobar e ao pesquisador (que também faz parte dessa comunidade), através da produção de cartas pedagógicas, a construção de um novo Projeto Político Pedagógico que contemple suas expectativas no que se refere à prática pedagógica desta escola campesina.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2003, p. 14)

Outro aspecto que ilustra bem o caráter de pesquisa-ação, neste trabalho, é a proposta de escutar os sujeitos e trazê-los para a ação, fazendo com que protagonizem este estudo. Minha pretensão, por intermédio desta pesquisa, foi desenvolver a consciência coletiva dos sujeitos envolvidos em relação à importância da ação participativa para desenvolver um instrumento que conduza as ações da escola.

4.2 PLANO DE AÇÃO

Para a realização deste estudo, pensei em um cronograma de atividades para facilitar a coleta de dados da pesquisa. As atividades foram organizadas através de um plano de ação que indicou os rumos da pesquisa. Nesse plano de ação, estava descrito como seriam organizados os encontros, como se daria a produção das cartas pedagógicas e os recursos utilizados para a realização desta tarefa. Entretanto, a adesão da comunidade escolar à proposta do projeto foi muito baixa, fator que, em determinado momento, dificultou e conduziu-a diversamente. A ideia inicial era trabalhar as cartas pedagógicas como instrumento de gestão escolar, mas, devido a não participação de alguns segmentos da comunidade escolar, os rumos traçaram outros caminhos, apresentando-se a ação participativa como principal foco deste estudo. Acredito que a não participação do segmento pais, se deve a ausência desses no dia-dia da escola devido a dificuldade de locomoção. Percebo que não existe ainda a cultura dos pais se fazerem presentes na escola para tratar de assuntos da escola. outro fator que colabora com essa não participação ativa dos pais no processo de revisão do P.P.P é a prática de não ter muitas reuniões de pais, fator que não estimula os responsáveis pelos alunos a vivenciar o cotidiano escolar. Quanto aos professores, acredito que o desinteresse em discutir os caminhos da escola

se revela devido à falta de estímulo, e exaustão por terem que além das atividades de ensino, atualmente por exigência da mantenedora, devem realizar uma série de atividades que burocratizam as práticas pedagógicas. Este fator é motivo de grande descontentamento por parte dos educadores da escola. Abaixo segue o quadro proposto para a realização da pesquisa.

Quadro 1: Proposta de Plano de Ação

Encontro	Tema	Participantes	Recursos	Avaliação	Observações
1º	Apresentação da proposta	Professores, alunos, pais e membros do conselho escolar e CPM	Computador Projektor	Observação da participação dos envolvidos e análise do questionário e análise da ata do encontro	Pesquisador entregará para todos os participantes um questionário e solicitará que preencham
2º	Seminário para discussão do projeto político pedagógico vigente da escola	Alunos do ensino médio da escola	Computador Projektor Cartas pedagógicas	Produção das cartas pedagógicas com as demandas dos alunos	Leitura das cartas e envolvimento dos alunos
3º	Seminário para discussão do projeto político pedagógico vigente da escola	Pais, membros do conselho e CPM	Computador Projektor Cartas pedagógicas	Produção das cartas pedagógicas com as demandas dos pais, conselho escolar e COM	Leitura das cartas e envolvimento dos integrantes dessa atividade

4º	Discussão com a comunidade escolar sobre as demandas contidas nas cartas para encaminhamento do novo PPP	Comunidade escolar	Computador Projeto	Análise da sistematização das propostas contidas nas cartas	
----	--	--------------------	-----------------------	---	--

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador.



Imagem 3: Reunião com integrantes da comunidade escolar

Fonte: foto pertencente ao acervo do autor

5.DESCRICÃO E ANÁLISE DA PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa realizada foi organizada através do campo metodológico de caráter qualitativo utilizando como ferramentas a observação, o acompanhamento de campo, a análise de documentos e o estudo bibliográfico do tema. Todos os dados levantados levaram em consideração o meio no qual está inserida a escola - área rural do município do RS.

O planejamento inicial das ações que iriam compor a pesquisa previa 4 (quatro) encontros com diversos segmentos da comunidade escolar. Ao longo da pesquisa, esse planejamento teve de ser alterado, o que foi determinante para perceber que o objeto de estudo apresentava outro problema de pesquisa: a ação participativa. Como a pesquisa-ação apresenta um ciclo composto pela identificação do problema, pela criação de estratégias para solução e pela avaliação da sua eficácia, percebi que as cartas pedagógicas fomentariam a participação democrática e participativa para revisão do P.P.P da escola, mas tive a certeza que outras ações após a realização deste estudo seriam fundamentais para perpetuar uma participação efetiva da comunidade escolar com os assuntos relacionados ao cotidiano da escola.

Com essa nova perspectiva apresentada, realizei um novo planejamento organizado em 3 (três) encontros, com alunos, pais e professores. Destaco que todos os encontros tiveram como ponto inicial a carta convite escrita pelo pesquisador. Os encontros seguiram a estrutura de apresentação da proposta do estudo, discussão do PPP vigente na escola, apresentação do conceito de carta pedagógica e pedido de produção de uma carta com contribuições para a construção do novo Projeto Político Pedagógico.

Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Sem dúvida, a pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre pesquisadores e pessoas da situação investigada que seja do tipo participativo. Os problemas de aceitação dos pesquisadores no meio pesquisado têm que ser resolvidos no decurso da pesquisa. (THIOLLENT, 2003. p, 15)

Saliento que nenhum professor da escola e pais produziu cartas e não apresentou nenhuma proposta para contribuir com o documento que estava em processo de elaboração.

Além dos encontros, enviei para o diretor e para a supervisora da escola um formulário de perguntas para responderem. Esse formulário teve a intenção de apresentar para o estudo mais uma ferramenta de coleta de dados.

O primeiro encontro ocorreu com as três turmas de ensino médio. Apresentei os objetivos da pesquisa e expliquei a proposta da atividade. Também, explanei sobre a estrutura de uma carta e discuti os benefícios dessa ferramenta para estabelecer um diálogo e expor ideias que contribuam para a coletividade escolar. Fiz a leitura do PPP vigente para que os participantes pudessem entender o documento. Os recursos utilizados nesse encontro foram o quadro da sala de aula e o projetor para exibir os slides. Nesse encontro, a participação dos atores envolvidos foi bem positiva, com todos fazendo questionamentos e apresentando propostas, de forma oral, para a melhoria da escola. Os relatos dos alunos foram registrados em formato de anotações no diário da pesquisa. Ao fim do encontro, solicitei que os participantes produzissem uma carta em suas casas e me entregassem. Apenas 6 (seis) cartas foram entregues, as quais serviram como fonte de informações para sistematizar as propostas dos educandos e, em um segundo momento, para auxiliar na construção do PPP da escola.

O segundo encontro foi realizado com os professores da escola. Utilizei como métodos e recursos os mesmos do primeiro encontro. Neste encontro, não houve interação com o projeto por parte dos educadores e se percebeu um desinteresse dos professores em contribuir com a construção do Projeto Político Pedagógico. Os relatos que ocorreram foram sobre as diversas novas atribuições que o Estado estava impondo para professores da rede devido à implementação do Novo Ensino Médio Gaúcho e à chegada de um mentor enviado pela mantenedora- SEDUC para acompanhar as ações pedagógicas realizadas na escola. De forma unânime, os professores relataram que não tinham tempo para pensar em uma revisão do PPP. Todos destacaram que esta era uma atribuição da gestão da escola pensar na reestruturação do P.P.P, pois todos já estavam esgotados de tantos afazeres. Esta reunião foi marcada por diversas queixas relacionadas à desvalorização dos professores, ao aumento de serviço burocrático excessivo, como, por exemplo, o preenchimento de planilhas e planos de recuperação, a falta de autonomia do professor, nos dias de hoje, não somente para aprovação de alunos, como também, para elaborar seus próprios planos de ensino, a avaliação por resultados em avaliações padronizadas, muitas vezes sem levar em conta a realidade socioeconômica dos alunos, o percurso realizado em estradas intransitáveis para chegar na escola e o salário frequentemente abaixo do mercado, especialmente comparados com o setor privado de ensino foram alguns

dos apontamentos dos professores para justificar a não participação na revisão do Projeto Político Pedagógico da escola. Ao final do encontro, foi solicitado o envio de cartas com propostas para o PPP. Ressalto que nenhuma carta foi enviada a mim pelos professores.

O último encontro foi realizado com os pais dos alunos. Intencionalmente, esta reunião ficou por último, já que demandava uma organização logística, considerando que os atores envolvidos dependiam do transporte escolar para se deslocarem até a escola. Em razão do desafio logístico, o planejamento deste encontro começou com tratativas com a direção da escola e com o responsável pelo setor de transporte escolar do município de Herval - as quais avançaram com uma resposta positiva e, com isso, o encontro se tornou viável e pode ser marcado. Destaco e admito que essas dificuldades logísticas não haviam sido pensadas, fato que revelou uma fragilidade no plano de ação da pesquisa. Neste encontro, utilizei os mesmos recursos disponíveis nas reuniões anteriores. No primeiro momento do encontro, iniciei uma conversa para os pais entenderem a proposta. Embora tenham recebido a carta convite, estavam acreditando que a reunião era para tratar de assuntos comportamentais dos seus filhos e seu desempenho escolar. Após os pais terem um entendimento sobre o motivo da reunião, expus sobre o que era um PPP e qual sua importância para a escola. Após, realizei a leitura do documento. Percebi, nesse momento, que os pais não tinham conhecimento que o PPP era um dos principais documentos de uma escola. A maioria dos pais presentes não sabia da existência deste documento. A falta de conhecimento dos responsáveis dos alunos sobre a importância do P.P.P. fica evidente ao observar o distanciamento da escola com as famílias, pois a prática de reuniões não é frequente. Com isso, o movimento de participação coletiva para a construção de uma gestão democrática nesta comunidade escolar revela uma fragilidade devido a inexistência de uma comunicação ativa que fomente um empoderamento de todos os segmentos nas decisões da escola. Como o P.P.P. é um grande instrumento que determina a partir dos anseios individuais uma organização coletiva, a falta de entendimento dos responsáveis sobre a importância de sua participação no processo prejudica a prática escolar democrática.

Participação é a chave do sucesso para a prática escolar democrática. Estando a gestão escolar sempre embasada nos documentos oficiais, dando abertura às discussões nos segmentos para elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola e assembleiageral para sua validação. Conclui-se que, o PPP é um instrumento que harmoniza os interesses individuais como foco na coletividade, no meio escolar, onde todos têm a responsabilidade de construir o melhor que puder neste processo. (ARAÚJO, 2021, p. 685)

Após a leitura do PPP, foi apresentado para o grupo um modelo de carta. Com base nesse modelo, foi discutido como se faz uma carta pedagógica - momento muito importante na

reunião com os pais. Ao tratar de cartas, ficou evidente que o assunto remeteu os presentes a memórias agradáveis e, com isso, se manifestaram emoções no ambiente.

O registro feito em forma de carta reafirma o seu imensurável valor. Cultivamos tal prática porque aprendemos como os *mestres da humanidade*, entre eles, Paulo Freire, em diferentes momentos da história. A princípio, porque alguém escreveu uma carta, outro a leu e a guardou. Passado um tempo, releu-se e, novamente, se emocionou, com nova descoberta, sem se importar com o amarelo de suas folhas. Cartas não são jogadas ao lixo tão facilmente, mesmo que desinstalem e desconfortem nosso corpo. Os baús secretos, guardadores de cartas há décadas, que nos digam. Guardam memórias de épocas, vividas distantes, sem liberdade do encontro. (CAMINI, 2022, p. 16)

Ao final do encontro, solicitei que todos os participantes escrevessem, em suas casas, cartas com contribuições para a reestruturação do PPP. Alguns pais receberam esse pedido com certo receio, relatando que tinham vergonha da sua escrita; por não terem estudado muito, tinham constrangimento de escrever errado. Expliquei para os pais que a forma de escrever não estaria em questão e que suas cartas não seriam avaliadas. Este encontro contou com a presença de 13 (treze) pais, todavia nenhum pai enviou cartas com contribuições para o estudo.

5.1. DESCRIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS CARTAS PRODUZIDAS E TROCADAS

5.1.1 AS CARTAS DOS ALUNOS

Os encontros para organização e discussão sempre tiveram como ponto inicial a carta convite produzida pelo pesquisador. A partir daí, os encontros aconteceram nas dependências da escola. O primeiro encontro, por uma questão logística, ocorreu com os estudantes. Nessa reunião, os atores participantes foram os alunos das três turmas do ensino médio. A atividade começou com uma conversa para expor aos alunos a proposta e, também, para destacar o quão importante é o PPP, não somente para a organização das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, bem como para todas as atividades cotidianas do ambiente escolar.

Tentarei pensar o testemunho como a melhor maneira de chamar a atenção do educando para a validade do que se propõe, para o acerto do que se valora, para a firmeza na luta, na busca da superação das dificuldades. À prática educativa em que inexiste a relação coerente entre o que a educadora diz e o que ela faz é, enquanto prática educativa, um desastre. (FREIRE, 1997, p.51)

Ao iniciar o diálogo com os educandos, percebi que não sabiam o que era o Projeto Político Pedagógico da escola. Mas todos se mostraram super-receptivos para entender a importância do documento.

Após uma apresentação “o que é um PPP?”, iniciei uma conversa em que todos participaram de forma ativa, demonstrando grande interesse.

Com relação à produção de cartas dos alunos, algumas informações importantíssimas para a construção do PPP de forma participativa surgiram. Como nos ensinou, em seu riquíssimo legado, Paulo Freire:

Fazia um tempo um propósito me inquietava: escrever umas cartas pedagógicas em estilo leve cuja leitura tanto pudesse interessar jovens pais e mães quanto, quem sabe, seus filhos e filhas adolescentes ou professores e professoras que, chamados à reflexão pelos desafios em sua prática docente, encontrassem nelas elementos capazes de ajudá-los na elaboração de suas respostas. (FREIRE, 2000, P. 16)

Para trazer à baila alguns trechos das cartas, utilizei AL como sigla, acompanhada de um número para identificar os alunos que escreveram as cartas.

Um tema relatado em todas as cartas dos alunos foi sobre a horta da escola. A grande maioria dos estudantes gostaria que a utilização da horta da escola estivesse prevista no Projeto Político Pedagógico. Em suas cartas, o AL1 e o AL2 trouxeram ao debate a importância de práticas na horta da escola.

De acordo com o AL1,

“trabalhar” ou até mesmo “fazer algo na horta”, como ela é uma escola de campo, ela deveria praticar mais na rua fazer alguns deveres na rua e outros dentro de sala de aula, uma ou duas aulas que nós do médio fizesse seria algo da hora [...], falta alguns ajuste na horta como levanta mais os canteiros, virar mais aquela terra que faz um bom tempo que não viram a terra da horta só plantam [...]. Temos horta em casa então temos uma noção, mas acho que os outros nossos colegas também devem ter horta em casa isso seria um avanço porque se todos colaborassem nos podia levar sementes, plantar; regar até as plantas se desenvolver, seria um processo lento, mais seria algo diferente que nós alunos do ensino médio da escola Corinto Ávila Escobar praticasse, isso no campo fora da sala de aula, e também ajudaria as merendeiras da escola a fazer salada com algo da horta da escola.”

Sobre a horta, AL2 relatou que gostaríamos de ter mais contato com a terra e diz:

“...por sermos uma escola do campo, já porque esse contato com a terra é fundamental no nosso dia a dia, gostaríamos de marcar o dia da horta para nós alunos do segundo do médio. Gostaríamos de refazer o local onde haviam flores atrás do refeitório.”

A AL5 destaca a importância de estar previsto no PPP da escola práticas na horta. Para o AL5,

[...] acho que deverião investir mais na horta da escola, ter mais desenvolvimento com os alunos desde pré até o terceiro ano do médio, investir em projetos voltados ao campo apesar essa escola é do campo, acho super importante começar desde os pequenos e também para o desenvolvimento deles e para eles ver que produzimos os alimentos do almoço, as saladas na horta da nossa escola para eles verem que o esforço deles valeu a pena.”

Outra sugestão dos alunos foi criar uma representação de cada turma para os alunos participarem de forma ativa das decisões da escola. AL2 sugeriu que um conselho dos alunos com um aluno líder da turma para ser a voz da turma.

Já AL2 destacou que:

“... os alunos do médio devemos participar mais das decisões, das reuniões porque com esse novo ensino médio, funções das trilhas das novas matérias, porque os professores estão nos avaliando, porque nós não podemos avaliar os professores também, outro motivo nós devemos ter um líder de sala de aula, para nos informar das coisas, para reunir a gurizada.”

Destacamos Freire (2000)

na medida que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às coisas, de perceber, de interagir, de decidir, de descobrir, de escolher de valorar, de, finalmente, eticizar o mundo, o nosso mover-nos nele e na história vem envolvendo necessariamente sonhos por cuja realização nos batemos. Daí então, que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão, não seja uma presença neutra. A capacidade de observar, de comparar, de avaliar para, decidindo, escolher, com o que, intervindo na vida da cidade, exercemos nossa cidadania, se erige então como uma competência fundamental. (FREIRE, 2000, P. 17)

A AL3 destacou a estrutura física da escola, dando destaque para as salas de aula que apresentam uma boa estrutura com ar-condicionado em todas elas. A mesma aluna destaca que poderia haver uma comunicação melhor entre alunos e direção.

De acordo com a aluna:

“...os alunos, qualquer reclamação feita para diretoria é simplesmente feito pouco caso “depois a gente conversa com eles”, “ a gente não pode fazer quase nada”, e nada dos problemas são resolvidos.”

Em sua carta, AL4 também traz a questão de uma representação dos estudantes para auxiliar na gestão escolar. A aluna destaca a importância de estar prevista, no PPP, a indicação de um líder da turma. Segundo AL4, *“nós tinha que ter um líder na turma responsável.”* Atividades pedagógicas ligadas à agricultura foi outro destaque da AL4.

Em sua carta, AL5 também demonstra preocupação com relação à participação dos alunos na gestão escolar.

Para AL5:

“...também acho, e tenho certeza, que nós deveríamos de fazer mais parte das decisões da escola, afinal nós estudamos nessa escola e tudo é para nossa melhoria de estudo [...] deveríamos investir num grêmio estudantil para tomarmos as decisões da escola juntamente com a direção da escola ou talvez cada turma ter um concelheiro e dois representantes da turma para ser passado os projetos diretos e tudo desde os problemas e projetos.”

Todos os alunos, em suas cartas, fizeram críticas à merenda escolar, destacando que poderia ser pensado em um cardápio mais saudável e que os sustentasse mais, já que a escola funciona em turno integral, assim, os educandos passam a maior parte do seu dia na escola.

Segundo AL5,

“a merenda da tarde ao meu ver é pouca, não dá pra repetir. Na maioria das vezes queremos repetir pois não é suficiente para todos[...] deveria de ter mais variações de salada no almoço, acho superimportante uma alimentação mais saudável.”

Com base nos relatos do encontro e nas informações obtidas nas cartas escritas pelos alunos, acredito que os educandos anseiam por uma representação significativa na gestão da escola, para, assim, aproximarem-se mais da direção da escola e sentirem-se atores ativos do processo e discutirem as práticas pedagógicas, como exemplo, a melhoria e o desenvolvimento da horta da escola e a utilização dos espaços escolares.

5.2 ATAS DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS

Neste estudo busquei ter maior compreensão da identidade da escola não somente através dos relatos dos diversos atores que compõem a comunidade escolar, mas também através dos documentos administrativos produzidos na escola. A finalidade de apreciar as atas das reuniões da escola era buscar informações que apresentassem a participação da comunidade escolar, em sua totalidade, nas decisões do cotidiano da escola. Ao executar o processo de averiguação das atas, me deparei com a ausência do segmento alunos. O segmento pais, esteve presente em algumas reuniões através do conselho de pais e mestres, mas percebeu-se que nunca houve uma devolutiva dos responsáveis dos alunos nos assuntos tratados em reuniões. Pude constatar isso, pois no encontro com os pais a grande maioria não sabia que tinha ocorrido essas reuniões. Acredito que foi proveitoso a apreciação das atas, pois mesmo não encontrando as informações que inicialmente buscava, percebi através da leitura desses documentos que realmente não havia um processo efetivo de ação participativa democrática e também uma preocupação para reestruturar o Projeto Político Pedagógico da escola.

Nas atas de reuniões pedagógicas da escola, diversos assuntos foram tratados. Os temas discutidos nas reuniões e lavrados em ata auxiliaram o estudo a compreender a evolução pedagógica da escola. O recorte temporal das atas que a pesquisa analisou tem seu início no ano de 2019.

A ata de número 08, de novembro de 2019, apresenta a discussão da equipe de professores sobre a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e sobre o Referencial Gaúcho. Essa reunião ocorreu porque 3 (três) professores da escola participaram de encontros formativos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação- SME, do município de Herval. Na ocasião, os professores trouxeram para o restante da equipe as informações debatidas no curso de formação. Na oportunidade, também foi discutida a importância da elaboração do regimento da escola, visto que, nesse período, estava sendo implantado o turno integral para o ensino fundamental. Nesta mesma reunião, também foi feita uma avaliação sobre o Torneio de Integração das Escolas de Campo, realizado todos os anos pela escola no início de novembro -

de suma importância para a comunidade do Basílio porque, além dos jogos de futebol, há uma grande feira de produtores da agricultura familiar e apresentações artísticas e de trabalhos de alunos das diversas escolas de campo que participam deste evento.

No ano de 2020, com a suspensão das atividades presenciais como medida de combate à disseminação do Coronavírus não foram realizadas reuniões presenciais, por isso, nenhuma ata foi lavrada. Todas as reuniões deste ano, como medida de combate a COVID-19 foram realizadas através da sala virtual Mett, e o teor dos temas tratados nas mesmas foram a dificuldade de os alunos acompanharem as aulas virtuais e como seria o plano de retomada das atividades presenciais.

Em abril de 2021, reuniram-se, na escola, para tratar do retorno das aulas presenciais por determinação do Estado, a direção, o Conselho Escolar, o Conselho de Pais e Mestres-CPM e os funcionários. Nessa reunião, foram tratados os protocolos de segurança que a escola adotaria e, também, o plano de retorno às atividades presenciais. Cabe destacar que a escola Corinto Ávila Escobar foi a primeira a retornar às atividades presenciais no município de Herval. E o plano de contingência para retorno às aulas da escola Corinto, após ser liberado pela vigilância sanitária, serviu como modelo para as escolas municipais de Herval. A equipe gestora foi convidada para fazer uma formação com os servidores da Secretaria de Educação do município, com a intenção de apresentar esse projeto de retorno às atividades presenciais com um plano de combate à proliferação da COVID-19.

No mesmo ano de 2021, foi registrado, em ata, o conselho escolar que tratou de assuntos relacionados à aprendizagem dos alunos. Nessa reunião, foi apresentada como proposta para o transporte escolar realizar a locomoção dos alunos a serem atendidos na APAE do município de Herval, que apresentam dificuldades. Devido aos problemas logísticos apresentados pelo responsável do transporte escolar, não houve avanços nessa discussão.

Na ata número 05, de 2021, foram registrados assuntos debatidos sobre a matriz curricular implementada no ano de 2022. Participaram dessa reunião a equipe diretiva e demais representantes dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar. A matriz curricular que estava sendo incorporada, no período em questão, trazia algumas inserções e alterações de algumas disciplinas, com o intuito de melhor atender à realidade da escola. Nessa reunião, foi apresentada a parte diversificada da nova matriz curricular, composta pelos componentes: Linguagens, Reflexões Literárias e Cultura Leitos; Matemática (Educação Financeira); Ciências Humanas (Educação Patrimonial e Identidades); Ciências da Natureza (Meio Ambiente), além de Apoio Pedagógico. A formação geral básica se manteve com as disciplinas de Língua Portuguesa; Artes; Educação Física; Matemática; Ciências; História; Geografia;

Ensino Religioso e Língua Estrangeira. Saliento que essa oferta ocorreu devido ao regime de turno integral, então, somente a matriz curricular do Ensino Fundamental da escola sofreu essas mudanças.

Em julho de 2022, ocorreu uma reunião para prestar apoio ao diretor da escola que foi denunciado para a 5ª Coordenadoria Regional de Educação- 5ª CRE por um grupo de pais. O motivo da denúncia foi a qualidade da merenda. Revelamos que a intenção deste estudo em trazer este episódio registrado em ata para discussão resultou na renúncia do diretor da escola - fato que desarticulou as atividades administrativas e desencadeou em um novo processo eleitoral, em formato de urgência, que elegeu o diretor atual.

5

.3 INFORMAÇÕES DA SECRETARIA

As informações coletadas, na secretaria da escola, para esta pesquisa tiveram como fonte o Sistema de Gestão da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul - ISE.

O sistema ISE apresentou como dados o número de alunos matriculados, a carga horária de professores e o organograma dos recursos humanos da escola.

Quanto ao número de alunos, o Censo Escolar do ano de 2022 revelou um total de 101(cento e um) alunos: 63 matriculados no ensino fundamental e 38 (trinta e oito) matriculados no ensino médio. Esse dado causa um grande impacto na organização da escola, uma vez que garante a manutenção de cargos da gestão escolar. Como a escola funciona em um regime de turno integral para o ensino fundamental, ultrapassar os 100 (cem) alunos matriculados possibilita a escola ter um organograma de gestão composto por diretor (a), vice-diretor (a), supervisor (a) escolar, em regime de 40 horas, assessor (a) pedagógico(a), em regime de 40 horas, e secretário (a), em regime de 40 horas, duas cozinheiras e duas funcionárias para a limpeza da escola. A garantia dessa organização na gestão favorece a distribuição dos professores da escola. O critério para fazer parte da equipe que compõe a gestão escolar é ser funcionário efetivo. Como a escola apresenta um número maior de professores contratados, a distribuição de educadores se torna mais facilitada. É importante salientar que este dado é muito importante para o cotidiano administrativo da escola, considerando que a equipe de professores, atualmente, tem um total de 15 (quinze) educadores lotados na escola, sendo 6 (seis) professores efetivos e 9 (nove) professores em regime de contrato emergencial. O sistema ISE também trouxe para a pesquisa a informação que dos 6 (seis) professores efetivos, apenas 2 (dois) não estão ocupando cargos da gestão, ou seja, suas atividades são em sala de aula.

Outro fator importante a destacar está relacionado aos recursos financeiros destinados à merenda da escola. Ultrapassando cem matrículas ativas, é destinado um maior recurso financeiro, dessa forma, se torna viável efetuar a compra de produtos da agricultura familiar - fator que acaba gerando renda a muitas famílias dos alunos e impulsiona a cadeia produtiva da região.

Também, destaco que, dentro do período em que foi realizado esse estudo, a escola ficou sem secretário (a) por um período de seis meses, além de ter havido a renúncia do antigo diretor da escola. Esses fatores contribuíram para uma pequena desarticulação administrativa enfrentada pela escola em 2022.

5

.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ATUAL

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento fundamental que organiza o cotidiano de uma escola, respeitando a identidade da comunidade escolar e auxiliando nas práticas pedagógicas aplicadas. Esse documento não só apresenta um planejamento de ensino, mas também capacita o ambiente escolar a delinear a sua identidade, possibilitando a realização de um debate contínuo, que faz florescer a participação democrática de todos os atores que compõem a comunidade escolar.

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola. (VEIGA, 2007, p.13)

O atual PPP da escola foi elaborado no ano de 2017, em um cenário de aprovação do turno integral na escola. Desde sua aprovação, nunca houve uma atualização do documento, revelando algumas defasagens ao tratarmos das necessidades atuais da escola. Ilustra bem essa defasagem o fato que, desde que foi concebido o atual PPP, houve mudanças na matriz curricular, implementação do novo ensino médio e alteração no registro de avaliações.

Ao analisar o atual PPP, percebo que, nos objetivos, tanto nos gerais como nos específicos, não há nenhuma referência à Educação do Campo. Tal fato nos revela que há uma desconexão entre o documento e a realidade dos alunos atendidos na escola. Conforme Fernando José Martins, falar de organização do trabalho pedagógico é fazer considerações indissociáveis entre a organização escolar e a organização social (MARTINS, 2020). Somente na seção 4 do PPP, intitulada de Princípios, se faz menção à identidade do campo que esta comunidade apresenta. O documento ainda cita a atuação do professor conselheiro de turma, mas, na prática, não há este conselheiro, situação destacada pelos alunos no encontro com os mesmos. O documento ainda cita os seminários integrados - proposta curricular de ensino que já não existe mais.

Quanto ao registro de avaliações, o documento indica que devem obedecer aos conceitos Construção Satisfatória da Aprendizagem- CSA, Construção Parcial da Aprendizagem - CPA e Construção Restrita da Aprendizagem -CRA. Esses conceitos não são mais utilizados desde o ano de 2020, atualmente, o registro de avaliações obedece à valoração numérica.

5

Ao realizar a leitura do documento e contrapor com o cotidiano escolar, percebemos a ausência dos alunos nas ações da escola, como protagonistas identificados com o ambiente, preocupando-se em contribuir com os avanços.

.5 REUNIÕES

As reuniões para apresentação da proposta da pesquisa para a comunidade escolar e a discussão de propostas ocorreram no ano de 2023, nas dependências da escola. Antes de serem realizadas as reuniões, houve um período de tratativas para que a pesquisa não atrapalhasse o dia a dia da escola. Este período revelou para o estudo que alguns ajustes, no que diz respeito à logística, deveriam ser mais bem planejados para efetivar a realização do estudo, pois, sendo uma escola de campo, a questão de transporte e horários deveria ser levada em consideração. Grande parte dos atores envolvidos mora em assentamentos da região e necessita da utilização do transporte escolar para chegar à escola.

Todas as reuniões, com o segmento dos pais, alunos e professores, tiveram como ponto de partida uma carta convite escrita por mim, com o intuito de apresentar, de forma breve, a proposta para os atores da comunidade escolar.

5.5.1 DIREÇÃO

O diálogo com a direção da escola para a realização desta pesquisa apresentou algumas nuances nas tratativas. Isso se deu devido à troca de gestão, ou seja, no meio do estudo, o diretor renunciou ao seu cargo de gestão. Com isso, foi aberto um novo processo de indicação de professor para ocupar o cargo de diretor da escola. Essa troca atrasou um pouco a evolução do estudo, tivemos de esperar o novo diretor tomar posse, organizar sua equipe diretiva para eu começar as tratativas com a nova equipe que compunha a gestão escolar.

Um fator que devo destacar é que a nova direção coloca como ponto fundamental para a realização da pesquisa, a entrega do PPP da escola atualizado ao final do estudo. Essa exigência conturbou um pouco o avanço da pesquisa. Acreditamos, conforme Veiga, que:

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 1998. p.13-14).

Além das conversas com a atual gestão da escola, solicitei à direção que respondesse a um questionário. A intenção de ler as respostas do questionário revela a importância para o

5

estudo em ter as mais diversas fontes possíveis para entender o processo de participação da comunidade escolar. O diretor e a supervisora da escola responderam ao questionário. Nas respostas, tanto o diretor como a supervisora, avaliaram, de forma negativa, o espaço físico da escola. Quanto à participação de professores e de funcionários no cotidiano da escola, ambos

responderam que a contribuição dos dois segmentos é boa, mas ambos destacaram uma falta de interesse dos professores no que diz respeito à melhoria nas práticas pedagógicas da escola. No que diz respeito aos pais, diretor e a supervisora, esses acreditam que a participação não se dá de forma significativa. Os dois gestores acreditam que uma ação participativa na escola pode ocorrer quando a escola organizar um calendário de encontros e eventos mais constantes, o que poderia fomentar, segundo a gestão da escola, a prática de participação efetiva dos pais. Para construir um PPP de forma participativa, o diretor da escola sugeriu, em suas respostas no questionário, ouvir a comunidade escolar com questões pré-definidas para facilitar o andamento do processo. Apresentando-se dificuldade para os pais participarem desse processo, o gestor da escola sugeriu que as questões fossem enviadas para os pais responderem em casa e enviarem as respostas para a escola. Mas destaco que os dois gestores responderam ao questionário de forma sucinta.

Quadro 2: síntese do questionário enviado para gestão da escola

Perguntas do questionário enviado para a direção da escola	Resposta do Diretor e Supervisora
Como avaliam o espaço físico da escola	Regular/ insuficiente
Recursos e materiais didáticos disponíveis	Razoáveis
Participação dos Professores e funcionários no cotidiano da escola	Boa
Atuação dos Professores nas melhorias das práticas pedagógicas	Falta entendimento e comprometimento
Interesse dos Pais	Não tem Participação efetiva
Interesse dos Alunos	Quando são convidados participam
Como melhorar a participação da comunidade escolar	Com reuniões mais seguidas e eventos que a escola poderia proporcionar
Sobre o P.P.P. o que poderia ser acrescentado	Maior participação da equipe escolar com as famílias dos estudantes

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador

6. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA AÇÃO

Percebendo a avaliação como um acompanhamento da ação que proporciona subsídios que auxiliam não somente na trajetória da pesquisa, mas também na ação emancipatória da comunidade escolar da Corinto Ávila Escobar, destaco essa fase do projeto como fundamental na construção de um cenário sociocultural democrático: todos os cidadãos que compõem essa comunidade tiveram a oportunidade de avaliar a proposta com discussões sobre o PPP.

Utilizei como instrumento de avaliação as informações contidas nas cartas pedagógicas escritas pelos integrantes da comunidade escolar que optaram por participar do estudo.

Neste estudo, a avaliação das atividades propostas não teve como finalidade a classificação dos sujeitos, e, sim, os avanços do processo proposto e a participação dos atores na ação. Nossa proposta de avaliação foi ao encontro da emancipação do cidadão (LUCKESI, 2005), de forma formativa, propondo para a comunidade escolar a avaliação do desenvolvimento de cada atividade, para, então, obtermos avanços significativos na construção do PPP da escola.

O processo de avaliação teve seu início no planejamento das ações que foram desenvolvidas. Como destacado anteriormente, devido a não adesão de uma parte significativa da comunidade escolar, um novo formato foi idealizado para ação prática.

Dentre as dificuldades enfrentadas para a execução do projeto, destaco a troca da gestão da escola, fato que desarticulou as tratativas já acertadas com a gestão anterior.

O projeto pedagógico ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupase em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, rompendo com a rotina do mundo pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 1998, p.13).

Destaco como ação significativa deste processo a dificuldade de entendimento da nova direção no que dizia respeito à construção do PPP, já que tinha como entendimento que a responsabilidade do estudo era escrever o Projeto Político Pedagógico e apresentar o mesmo pronto, sem a participação ativa da comunidade escolar.

Nessa nova tratativa, expus que o PPP da escola seria organizado através das ações práticas desenvolvidas no estudo e, a sistematização das ideias seria realizada pela pesquisa.

Ou seja, o produto do estudo seria o PPP da escola. No planejamento inicial, nossa proposta era desenvolver um movimento que fomentasse a ação efetiva e participativa dos atores que compõem a comunidade escolar. Todavia, percebemos que, para que essa ação fosse efetiva, deveria ocorrer em um segundo momento, uma ruptura da mentalidade da comunidade escolar, dos segmentos gestores, dos professores, pais, funcionários e alunos, os quais revelaram uma resistência em executar um movimento coletivo para discutir e propor uma reformulação do Projeto Político Pedagógico. De acordo com Barbosa (1999)

A gestão da escola passa a ser então o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político-pedagógico construído coletivamente. A gestão democrática, assim entendida, exige uma mudança de mentalidade dos diferentes segmentos da comunidade escolar. A gestão democrática implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais (BARBOSA, 1999, p.219).

Outro aspecto que destaco na avaliação da execução do planejamento é a ausência da comunidade escolar em identificar a educação como uma ação contínua, em que o homem é o sujeito ativo do processo. Segundo Freire (2016):

A educação é a resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, pois esse é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito da sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. (FREIRE, 2016, p.34)

Também, destaco que a experiência de pesquisar uma comunidade escolar que fazemos parte e temos vínculos afetivos, transformou meu olhar com relação à educação. Os desafios foram grandes para manter a imparcialidade no estudo, mas, ao mesmo tempo, despertou-me a vontade de auxiliar, de forma significativa, no processo de construção de uma escola em que todos acreditem que a participação é fundamental para os avanços do cotidiano escolar.

Nos encontros, percebi um fator importante para a não participação dos professores na ação participativa: a falta de identidade deles com a comunidade, muitos não residem na comunidade, só se fazem presentes na escola para cumprir sua carga horária. Somado a esse fator, também detectei, nas falas dos educadores, um “cansaço” devido às diversas atribuições que o governo do estado está impondo aos professores. Muitos relatos afirmaram que não havia

“tempo nem paciência” para discutir um novo projeto para a escola. Eles tinham que se deter a planejar as aulas, aplicá-las e preencher os diversos planos de ação exigidos pela mantenedora. Ressalto que essas questões deveriam ser preocupações da gestão da escola.

Ao trazer à baila os pré-conceitos dos pais com relação a uma gestão participativa para avanço no cotidiano escolar dos filhos, muitos manifestaram que era importantíssimo ter espaço para contribuir nos assuntos da escola. Contudo, revelaram que não tinham como participar, pois contavam com diversos afazeres e, cada vez que vinham à escola, era para tratar de assuntos pontuais, principalmente, acerca de questões comportamentais de seus filhos.

Já a direção da escola, tanto nas conversas como no questionário proposto para responderem, afirmam que é importante a participação de todos. Nas respostas do questionário, advogam por uma aproximação entre a direção da escola e os pais, mas fica evidente, no dia a dia, que não há uma ação para realizar essa aproximação.

Outra questão que ressaltado é a dificuldade do entendimento em um processo participativo e colaborativo. Percebi, ao longo das ações propostas pelo estudo, uma fragilidade na mentalidade de toda comunidade escolar, dificultando construir um sentimento de participação efetiva e participativa. Esse fator desestimulou um pouco a trajetória da pesquisa e foi um fator decisivo com relação aos rumos que o estudo tomou.

Quanto aos encontros, foram momentos muito positivos de troca e aproximação. Nesses episódios, conseguimos entender a identidade da comunidade, fato que causou alegria e despertou, cada vez mais, um sentimento de amorosidade com relação à escola.

Nas reuniões, percebi que os professores apresentam um desgaste com relação às atribuições administrativas exigidas pela mantenedora, o que explica a falta de interesse dos educadores em fazer parte das decisões referentes ao futuro da escola. Em contrapartida, percebi que os alunos anseiam por participarem e serem ouvidos - muito importante para entendermos o cenário da pesquisa.

Para ilustrar essa vontade de participação dos alunos, destaco o momento de explosão de ideias na reunião realizada com eles. Dentre todas as reuniões, foi o momento de maior participação e de apresentação de sugestões para diversas questões relacionadas à escola. De fato, a prática da ação participativa trouxe muita amorosidade ao estudo. Muitos alunos, ao final do debate, agradeceram o espaço que a investigação estava proporcionando a eles e revelaram a admiração que tinham por mim por propor essas atividades.

7-PRODUTO DA PESQUISA:O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Como produto da pesquisa, apresentarei a atualização do Projeto Político Pedagógico em anexo, que terá sua vigência de maio de 2024 a maio de 2026.

A finalidade de rever e atualizar esse PPP foi apresentar e demarcar as ações pedagógicas que conduzirão não somente as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula, como também as questões de ordem administrativas e de organização do cotidiano da escola para contemplar uma educação que inclua, dê visibilidade e, principalmente, emancipe o cidadão.

Para atualização deste documento, como já foi descrito anteriormente neste trabalho, foram realizadas reuniões com professores, pais de alunos e alunos. Ademais, foi proposto à direção da escola responder a um questionário.

As informações que alimentaram esse novo documento foram obtidas através dos relatos dos participantes nas reuniões e, também, de cartas com sugestões que auxiliaram na elaboração do novo PPP.

Destaco que o novo PPP manteve a estrutura do antigo e foram feitas adequações pontuais em questões que apresentavam uma defasagem no projeto anterior. Nessas adequações foram mudadas o sistema de valoração das avaliações. Outra adequação realizada foi a retirada das atividades da extinta disciplina Seminário Integrado. Na sessão nominada como Tempo Educativo, foi reorganizada a ideia de oficinas pedagógicas em turno inverso, pois estas nunca tinham sido executadas devido ao horário oficial da escola ter aulas da grade curricular tanto no período da manhã como no período da tarde. Nos pareceres descritivos se destacou que estes são para as series iniciais do Ensino Fundamental e para a disciplina de Projeto de Vida das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Nas outras disciplinas serão utilizados o sistema de valoração numérica decimal.

Também, foram acrescentadas as sugestões propostas pela comunidade escolar para efetivar melhorias no dia a dia da escola.

No que diz respeito a avaliação foi acrescido ao P.P.P uma indicação de calendário de avaliações anuais, para melhor organização dos alunos e dos professores.

No novo P.P.P. foi atendido uma das maiores demandas dos alunos, sua participação efetiva nos assuntos da escola. Foi indicado a criação de um conselho de alunos, composto por representantes de turma. As atividades na horta da escola também foram contempladas no novo Projeto Político Pedagógico.

8-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma carta final de orientação

Jaguarão, maio de 2024.

Querida orientadora Prof Ana Cristina

Estimada prof Ana Cristina, com muita alegria e esperança por dias melhores escrevo essa carta para senhora com o intuito de relatar a experiência que tive como pesquisador nesses últimos anos. Como um professor pesquisador iniciante, confesso que o início da investigação foi um pouco difícil devido a minha imperícia no campo da pesquisa. Seguindo seus sábios conselhos resolvi desenvolver este trabalho na escola onde atuo como professor.

Ao longo do estudo, observei o cotidiano da Escola Corinto Ávila Escobar, experiência que me proporcionou um maior entendimento no que diz respeito à formação de uma comunidade escolar e sua identidade.

Relevo para a senhora que quando comecei esse estudo tinha uma idéia fixa de compreender os métodos da equipe diretiva da escola e apresentar para ela as cartas pedagógicas como uma ferramenta de gestão. Logo vi que não estava conseguindo me conectar com o cotidiano da comunidade da E.E.E.M Corinto Ávila Escobar pois, como dito anteriormente, a observação do dia-dia da escola me mostrou como se organizavam os atores que compunham essa comunidade.

Assim, auxiliou-me a perceber que o problema de pesquisa que tinha proposto inicialmente: “qual o limite da utilização das cartas pedagógicas como um instrumento de gestão escolar”, não dialogava com a realidade atual da escola, pois primeiro se fazia necessário entender como se dava a participação das pessoas nos assuntos da escola. Esse processo de observação e diálogo foi fundamental; somente assim compreendi que teria que passar por mais etapas para utilizar as cartas pedagógicas como instrumento de gestão. Além do mais, o diagnóstico foi fundamental, tendo em vista que, somente através desta etapa, consegui entender que não era eu quem proporia o problema a ser investigado, ele já estava apresentado no cotidiano dos atores que compunham a comunidade escolar.

Toda escola deve ser definida para a sua funcionalidade e para a comunidade escolar que a própria atende, pois o projeto planeja e organiza as ações para evitar improvisações, serviços malfeitos e perdas de tempo. Assim sendo, a escola passa a ter seu próprio delineamento da autonomia e identidade. (SILVA, 2011, p. 10)

Perceber que como pesquisador eu não poderia impor um problema foi um fator determinante para realizar esse estudo, pois me amadureceu como professor e pesquisador. Confesso para a senhora que essa percepção começou a tomar forma na minha mente após conversarmos via mett, em um final de tarde frio e nublado que estava no Basílio, que relatando para ti da incerteza que tinha nesse problema, você me indagou se já não existia uma pergunta a ser respondida. A partir desse momento refleti bastante e compreendi que minha observação tinha que ser honesta com as demandas da comunidade, pois o estudo tinha que contemplar os anseios das pessoas, e não responder as minhas vontades.

Atendendo à demanda apresentada pelo estudo, descobri que o rumo da pesquisa seria compreender e auxiliar a fomentar a ação participativa na comunidade escolar através das cartas pedagógicas. A partir dessa constatação, iniciei um plano de ação que respondesse ao novo problema de pesquisa apresentado pelo cotidiano da escola.

Então professora, para responder ao novo problema de pesquisa, a investigação fundamentou-se no referencial teórico-metodológico, que revela a natureza da pesquisa-ação, qualitativa, e seus objetivos gerais e específicos, trazendo à baila, para dar sustentação argumentativa, os documentos da escola, o sistema utilizado na SEDUC, as atas das reuniões e as cartas escritas pelos indivíduos que compõem essa comunidade.

O problema que se apresentou como pilar investigativo do estudo foi “Quais são os limites e as possibilidades da ação participativa e democrática na construção e na implementação do Projeto Político Pedagógico dessa escola através das cartas pedagógicas? A busca em responder a essa pergunta revelou a identidade da escola e sua comunidade.

Tive que levar em conta a localização da escola e a origem dos seus alunos para compreender sua identidade. Essa compreensão se deu através do entendimento de educação do campo e da trajetória da educação para a comunidade rural ao longo dos anos no nosso País. Aplicando o conceito de educação do campo no cotidiano da escola, no período da realização da pesquisa, tornou possível que todos entendessem o porquê é tão importante a lucidez de todos no que diz respeito à importância da participação coletiva para efetivar a desconstrução da educação na paisagem rural como um subproduto que alimenta os centros urbanos com uma mão de obra barata. Fez-se salutar enaltecer os saberes do campo e o quão rico é esse espaço de produção de saber no ambiente rural. Percebi que esse movimento auxiliou na estima dos estudantes da escola, empoderando e encorajando os mesmos para participarem ativamente das discussões do cotidiano escolar.

Na busca por entender a participação da comunidade nas questões da escola, defini o PPP como instrumento de fomento a esta participação. Minha pretensão era fazer os atores se

“enxergarem”, nesse documento, tão importante.

Percebi que se manteve a ausência dos integrantes de todos os segmentos da comunidade escolar nos encontros e nas produções de cartas. Essa não participação já se revelava nas atas das reuniões da escola, a partir das quais percebi que nunca se reúnem todos os segmentos. Esse fator apresentou-se como uma das maiores inquietações dos alunos. Em seus relatos e cartas, apresenta-se de forma unânime a vontade de terem uma representação para participar das discussões que fazem parte do cotidiano da escola. Destaco que os alunos foram o único segmento que participou de todas as etapas propostas por esta investigação, diferenciando-se do pessimismo dos professores para discutir ação participativa ou do desinteresse dos pais que relataram fundamental para a discussão, mas sem tempo de participarem.

Nesta investigação, também tive a oportunidade de me reunir com colegas professores e funcionários e pais de alunos. Isso foi muito enriquecedor na nossa formação continuada e interminável como educador. Cada relato sobre a educação me despertou uma inquietação e fez-me refletir sobre nossas crenças na educação de qualidade, que emancipa o cidadão.

Considero que a comunidade que compõe a escola Corinto Ávila Escobar não apresenta ações participativas efetivas, com uma dificuldade para realizar um processo que democratize e insira todos seus atores no debate referente a ações do cotidiano escolar. Saliento para senhora, que este processo agregador que desconstrói a centralização de ideias de determinado grupo começou a ser revisto, pois o produto deste estudo, o PPP da escola, teve a participação significativa dos alunos do ensino médio. Essa participação resultou em uma organização dos alunos por representação. Atualmente, após esta pesquisa ter sido efetivada, os alunos começaram a ter representatividade prevista no Projeto Político Pedagógico, além de se organizarem para debater e apresentar propostas para a atual gestão escolar. Destaco, também, que a redação do PPP se baseou nos relatos das reuniões e, principalmente, nas cartas escritas pelos educandos.

Outra questão que gostaria de apresentar para a estimada professora é que as cartas nesse estudo foram uma ferramenta poderosa de ensino, pois elas tiveram um alcance importante nos alunos. Apesar do produto dessa investigação seja um documento que compõe a gestão escolar, foi em sala de aula que houve a troca e, o resultado foi o despertar dos estudantes para uma participação deles no cotidiano da escola, organizando as turmas com representantes de turmas e criando um conselho de alunos para exercer a participação democrática, que acredito como pesquisador e professor da comunidade, que todos têm direito.

Por fim Prof. Ana Cristina, por não ter práticas que auxiliem na ação participativa e por a escola estar em um estágio inicial de entendimento de participação efetiva, acredito que se

faz necessária a criação de instrumentos e de canais de comunicação que auxiliem no fomento da percepção da ação participativa. A construção do novo PPP foi um fator importante, mas uma maior aproximação da gestão escolar com sua comunidade, projetando ações que deem voz para todos de forma uniforme serão necessários para esse processo inicial que foi discutido nesse estudo se efetivar.

Me despeço da minha querida orientadora agradecendo por tudo e por tanto, e com a certeza de que o campo é um cenário riquíssimo de produção de saberes, portanto, em uma escola do campo é um lugar onde a população pode se organizar com ações participativas e democráticas para assim tensionar por políticas públicas que favoreçam a educação, desorganizando esse sistema que nos últimos anos enfraquece e sucateia a educação não somente no Estado do Rio Grande do Sul, mas também em nosso País. Até as próximas aventuras de estudos e pesquisas pedagógicas querida orientadora. Um cordial, caloroso e fraterno abraço

do seu aluno que tem uma admiração imensurável pela senhora

Tiago Ramires

REFERÊNCIAS

- ALVES, William, BERINO, Aristóteles de Paula. **CARTAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE: pesquisa como prática da liberdade**. RTPS- Ver. Trabalho, Política e Sociedade, Vol. 7, nº 12, p.1-15, 2022. Acesso em novembro de 2023.
- ARAÚJO, Francisco de Assis Amorim de. **IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO PARA UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.2, fev. 2021. Acesso: janeiro de 2024.
- ARAÚJO, Lenilde de Alencar. Nas trilhas da educação do Campo: reflexões sobre a construção do P.P.P da escola Maria Marta, assentamento São Domingues, Nina Rodrigues, Maranhão. / Lenilde de Alencar Araújo. – Amargosa, BA, 2020. 186 fls.; il. Color.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; Bernardo Mançano Fernandes. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Col. Por uma Educação Básica do Campo, n. 2.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BARBOSA, J. R. A. **Administração pública e a escola cidadã**. RBP AE. Porto Alegre, V. 15, n. 2, p. 217-226, jul/dez, 1999.
- BENJAMIN, Cesar; CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma educação Básica do Campo, n. 3.
- BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação - uma introdução à teorias e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BODA, Diane. **Cartas de educadoras: caminhos para uma pesquisa**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-16052023-173817/>. Acesso em: 11 jan. 2024
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura rebelde: escritos sobre a Educação Popular ontem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BRASIL. **Constituição de 1934**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. **Constituição de 1937**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. **Constituição de 1946**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. **Decreto – Lei n. 9.613**, de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. **LEI n. 4.024**, de 20 de dezembro 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. **LDB 5.692**, de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 1996 (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1**, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do campo: marcos normativos**. 2012. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2021.

BENJAIN, Cesár; CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma educação Básica do Campo, n. 3.

CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam**. /Isabela Camini.-1. Ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas: testemunhos de uma vida**- Passo Fundo: Saluz, 2022.

CAMINI, Isabela. **Cartas de afeto e aprendizagens: uma relação entre educandos e educadora**- Isabela Camini; organização Isabela Camini.—Passo Fundo, RS: Saluz, 2024.

CAMINI, Isabela. **Cartas pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam**. 1 ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CAMINI, Isabela. Paulo Freire e a Escola Itinerante do MST. **Revista Brasileira de**

Educação Básica, Belo Horizonte – online, v. 6, n. Especial – Paulo Freire, setembro, 2021, ISSN 2526-1126. Disponível em:
<http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wpcontent/uploads/sites/5/2021/09/PAULO-FREIRE-E-A-ESCOLA-ITINERANTE-DOMST.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

____ **Cartas Pedagógicas: como prática de ensino e pesquisa**- organização de Isabela Camini e Rudimar Barea.- Passo Fundo: Saluz, 2023.

COUTINHO, A. F. **Do direito à Educação do Campo: a luta continua!**. Revista Aurora, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 40-48, dez. 2009

DELBONI, Célia; FREITAS, Adeilson Antonio de; DALTRO, Marcos Luiz Medrado. **A EDUCAÇÃO NO CAMPO E SUAS DIFICULDADES**. Cadernos Camilliani, Cachoeiro de Itapemirim – ES, v.15, n. 1, p. 13-25, Abril. 2018. Acesso em novembro de 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do campo para a rede pública de ensino do Distrito Federal**. 2019.

DOTTA, Carla Luz Salaibb, GARCIA, Elisete Enir Bernardi. **CARTAS PEDAGÓGICAS: UMA INSPIRAÇÃO FREIREANA**. Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 1, p. 6984, jan./abr. 2022. Acesso em novembro de 2023.

DUARTE, Luciana; RODRIGUES, Ana Cristina. **CARTAS PEDAGÓGICAS NA PANDEMIA: UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA**.
<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/CHASQUE/article/view/111167/30562>. Acesso em dezembro de 2023.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim;Tia Não: cartas a quem ousa ensinar**. 30ª ed. Paz e Terra, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos/ Paulo Freire**. - São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné Bissau** [recurso eletrônico]: registros de uma experiência em processo. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, Ana Lucia. Carta sobre cartas pedagógicas: experiência e reinvenção do legado de Paulo Freire. *In*: DICKMANN, Ivanio (Org.). **Diálogo Freiriano** 1. ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019.

FREITAS, Ana Lucia; NAKAYAMA, Bárbara C. M. Sicardi. **NARRAR E ESPERANÇAR COM CARTAS PEDAGÓGICAS: UM FECUNDO DIÁLOGO ENTRE O LEGADO DE PAULO FREIRE E A PESQUISA NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA**. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 8, N.2, 2022, p. 1-21 – Dossiê Modos de Narrar a Vida. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br>. Acesso em novembro de 2023.

GHELLERE, Francielle de Camargo. A educação do campo na legislação brasileira: disputas polarizadas em defesa de interesses. 2014. **Revista Âmbito Jurídico**. N. 129. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2021.

LUCKESI, Carlos C. Planejamento e Avaliação na Escola: articulação e necessária determinação ideológica. *In*: LUCKESI, Carlos C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p.102-119.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Heloísa Lück. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.

Martins, Fernando José - **A escola e a educação do campo**. Fernando José Martins. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 179p.

MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MORAES, Ana Cristina de; PAIVA, Darlan Lima. **Cartas Pedagógicas: reflexões de docentes da educação básica e superior**. Fortaleza: EdUECE, 2018.

NOVA, Taynah de Brito Barra; MACHADO, Laêda Bezerra. **Escola do campo: é possível falar de pertencimento e identidade do professor?**. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 64, p. 1-17, e22066, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n64.22066>. Acesso em dezembro de 2023.

OLIVEIRA, Josiane Sousa Costa de; MEDEIROS, Marinalva Veras. **Cartas pedagógicas: Um diálogo interdisciplinar na academia**. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.1, p.5178-5191 jan. 2021. Acesso em dezembro de 2023.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da Educação do Campo do estado do Paraná**. 2006. Disponível em: <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PAULO, Fernanda dos Santos. Cartas pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisas participativas. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023019, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v9i00.8670030. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8670030>. Acesso em: 31 out. 2022

PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo (Org.). **Cartas pedagógicas: tópicos epistêmico-metodológicos na educação popular**. 1. ed. Chapecó: Livrologia, 2020. (Coleção Paulo Freire; v. 2).

PAULO, Fernanda dos Santos. **Cartas Pedagógicas como Instrumento Metodológico de Pesquisas Participativas**. Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas, SP. v.9. p.1-15, e023019. 2023

Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.2, fev. 2021. ISSN - 2675 – 3375. Acesso em fevereiro de 2024.

RODRIGUES DE ANDRADE, F. M., & PEREIRA MENDES RODRIGUES, M. . (2020). **ESCOLAS DO CAMPO E INFRAESTRUTURA: ASPECTOS LEGAIS, PRECARIZAÇÃO E FECHAMENTO**. Educação Em Revista, 36(1). Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/38098>. Acesso em janeiro de 2024.

SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da; NETTO, Mário Borges. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. **Entrelaçando** - Revista Eletrônica de Culturas e Educação, Caderno temático: Cultura e Educação do Campo, n. 3, p. 45-60, 2011. SILVA, Marlécia de Cassia Araújo da. Projeto político- pedagógico: uma construção participativa na escola/ Marlécia de Cassia Araújo da Silva.- Guarabira: UEPB, 2011. 20f. II. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso- TCC) - Universidade Estadual da Paraíba.

SOUSA, de Moraes Cidoval. **Cartas a Paulo Freire: escritas por quem ousa esperar**. Paraíba: Editora da Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: https://zenodo.org/record/4707850#.YL5vn_IKjIU Acesso em: 15 maio 21.

SOUZA, Maria Antônia de (Org.). **Escola pública, educação do campo e projeto político pedagógico**. Curitiba: UTP, 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa- ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Universidade Federal do Piauí. Ciências humanas e sociais / Organizado por Fabrícia de Castro Silva, Maurício Fernandes da Silva, Michelli Ferreira dos Santos. – Teresina-PI: EDUFPI, 2022. 164 p. ; il. (Educação do Campo: perspectivas plurais e emergentes; v.2)

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico** — elementos metodológicos para elaboração e realização. 18. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2008.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político Pedagógico da escola**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2007

VEIGA, Ilma Passos A.; **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 2, ed. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.

VEIGA, Ilma Passos e RESENDE, Lúcia M. G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: Novos marcos para a educação de qualidade**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> . Acesso em janeiro de 2024.

VIERO, Janisse Princípios e concepções da educação do campo [recurso eletrônico] / Janisse Viero, Liziany Müller Medeiros. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018.

37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Acesso em outubro de 2023.

ANEXOS

Anexo 1: Atas das reuniões da escola

Ata nº 06 / 2023

Por quatorze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três reuniram-se na escola E. E. E. M. Corinto para a reunião da escola com a equipe diretiva, professores, membros do Conselho Escolar e P.M e pais e/ou representantes de alunos para tratar dos seguintes assuntos: Entrega de notas e pareceres dos alunos referentes ao 1º trimestre do ano corrente. O uso excessivo do celular, por parte dos alunos, em sala de aula o que em certos casos vem atrapalhando o andamento da aula, também a sua aprendizagem. Foi colocada pelo diretor e professores a preocupação da escola quanto ao uso excessivo do celular, o qual foi notado pelos professores.

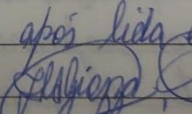
Ata nº 09 / 2023

Por dezesseis dias do mês de julho de dois mil e vinte e três reuniram-se na E. E. E. M. Corinto para a reunião da escola com a equipe diretiva juntamente com os professores. O diretor profº Jorge Mattes iniciou a reunião comentando sobre o andamento da escola em relação a alunos e professores, também sugeriu aos professores para que aliçassem a plataforma e que procurassem manter os alunos em aula. Os professores comentaram sobre as turmas e suas dificuldades de lidar com algumas situações em algumas turmas. Após o coordenador pedagógico profº Anderson Souza apresentar os dados do SAERS 2022 e seus resultados. Nada mais havendo encerra a presente ata que após lida e aprovada para assinada por mim e demais presentes. *[Assinaturas]*

Prof. A. Soares dos Santos, Peraca, Vera, Ana M. Silva, *[Assinatura]*,
[Assinatura], *[Assinatura]*, *[Assinatura]*, *[Assinatura]*

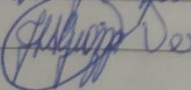
Ata nº 11 / 2023

Por vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e três reuniu-se na E.E.B.M. Corinto a equipe diretiva juntamente com os professores para discutir propostas e metas para o planejamento de atividades a serem trabalhadas para o melhoramento das dificuldades apresentadas pelos alunos e também foi analisado os índices da avaliação CAED/RS 2023 relativos a escola. Nada mais havendo encerra a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e demais presentes.

 Paulo Roberto de Souza
 Soares dos Santos Peraca, Jenei Ebeiro, Vera Hza M. Infantes;


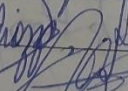
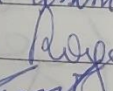
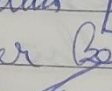
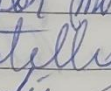
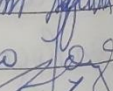
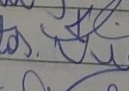
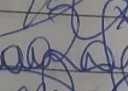
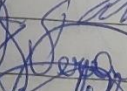
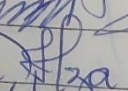
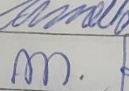
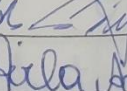
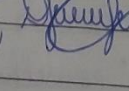
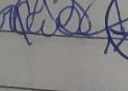
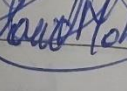
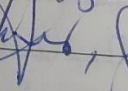
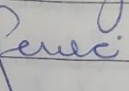
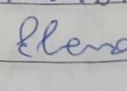
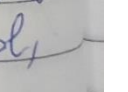
Ata nº 12 / 2023

Por vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e três reuniu-se na E.E.B.M. Corinto a equipe diretiva juntamente com os professores para assistir e participar da formação pedagógica organizada pela SEBVC. Também foi discutido sobre o planejamento das ações de aprendizagem. Nada mais havendo encerra a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e demais presentes.

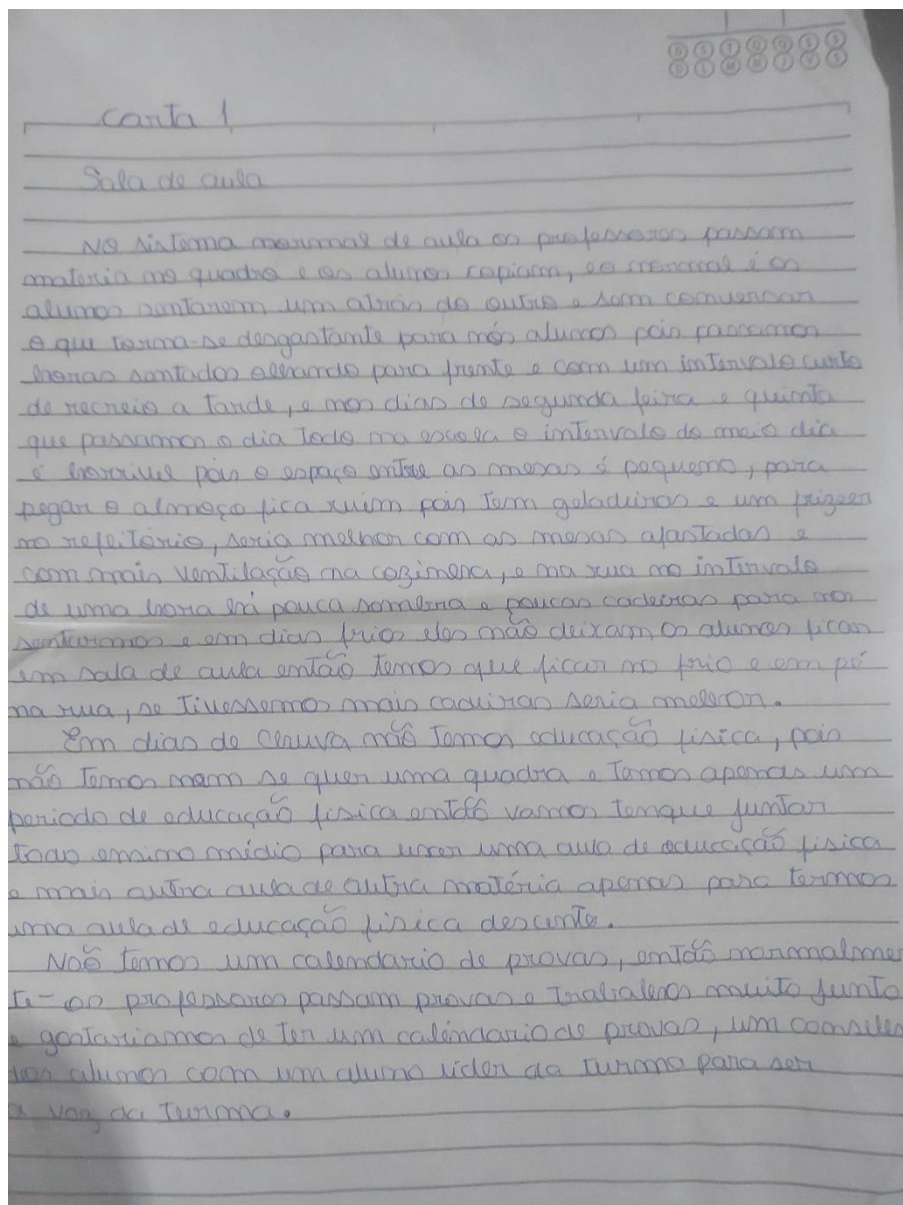
 Paulo Roberto de Souza
 Vera Hza M. Paula, Jenei Ebeiro

24

um declínio na aprendizagem, o que o celular vem contribuindo para a distração em sala de aula. Também a falta de interesse dos alunos pelos conteúdos em sala de aula. Também foi colocado por uma mãe de aluno a questão dos alunos receberem muita coisa impresso e não copiarem no caderno os conteúdos também reforçou a questão da caligrafia onde seu filho mistura letras maiúsculas com minúsculas e sugeriu a questão do uso de caderno de caligrafia para melhorar a letra. Os professores também colocaram como problema em sala de aula o uso do fone de ouvido. Ficou acertado com os pais que será colocado uma caixinha, na mesa do professor, onde os alunos colocarão o celular no início da aula e só pegarão no final da aula ficando a cargo do professor de cada turma o cumprimento desse acordo feito com escola e os pais. O diretor professor Jorge pediu aos pais que para liberar os alunos da escola em horários de funcionamento da mesma mande uma autorização por escrito ou via Whats para que o mesmo seja liberado. Nada mais havendo encerra a presente ata que após lida e aprovada seja por mim assinada seguida dos demais presentes. *José Jorge, Inês dos Santos, Rosalino Bazzos Aguiar, Dircen Sílvia dos Santos, Roseli V. Viegas, Moulida Barbosa, Marcio Barbosa, Emerson Bulhões Araujo, Martin Hoffman, Ana Maria de Almeida, Talyza Pires, Rosezaine dos S. Rodrigues, Ivairi Flores, Rafael, Nilda dos Santos, Plínio Portique, Nelson A. Timoteo, etc.*

M. Aida. Ata nº 15/2023
 Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e trinta e três reuniram-se, na E.E.M. Coríntio Azeiteiro, a equipe diretiva juntamente com os professores para fazer o conselho de classe do 3.º trimestre e também do ano letivo de 2023. Foi conferido o total mínimo de aulas por disciplina, o total de notas do trimestre e anual. Após foram analisados os alunos que aprovaram ou reprovaram no ensino fundamental a matrícula é de 47 alunos, após estudos de recuperação de aprendizagem, esgotadas as possibilidades, reprovaram 2 alunos sendo eles: Rithely Vargas Siegas (4.º ano) e Thales de Oliveira Godinho (4.º ano) representando 8,51% dos alunos matriculados nos anos iniciais. Nos anos finais do ensino fundamental reprovaram os seguintes alunos: Gabriel Pereira Barboza Amaro 6.º ano e Samuel Pereira Barboza Amaro 7.º ano representando 8,51% dos alunos matriculados no ensino fundamental. No ensino Médio a matrícula é de 36 alunos. Reprovaram os seguintes alunos: Gabriel Soares de Moraes (301), Jaelen de Almeida Douglas (301) e Graciele Oliveira Douglas (301), representando 8,33% reprovados da matrícula do Ensino Médio. A matrícula geral da escola é de 83 alunos, desses reprovaram 07, representando um índice de 8,43% os reprovados. Nada mais havendo emerro a presente ata que após lida e aprovada será arquivada por mim assinada dos demais presentes:
 Dirato  Anderson Roger Botelho     
 Vilg Santos.      
 Adelineucas Gulart,       

Anexo 2: Cartas dos alunos



0 5 7 0 0 0 0
0 L M 0 7 0 0

Dificuldades

Eu diria que as dificuldades de uma escola do campo são maiores, por exemplo quando temos dias de chuva as estradas estão lousadas, no Brasil não temos uma quadra nem um local deserto para educação física, não temos consulta com psicóloga para podermos de salvar as crianças, pois alguns alunos tem depressão, ansiedade, problemas familiares e alguns não tem contato ou apoio constante dos pais, muitos tem que trabalhar, fazer os deveres da casa e junto a responsabilidade e compromisso das tarefas da escola.

professores

Não temo de que reclamem dos meus professores todos não atenciosos e amorosos comigo, todos tem a preocupação e carinho de perguntar como estou de certa forma não compreendem quando temo que faltar por motivos pessoais ou de saúde, todos se preocupam de como estamos nos sentindo com trabalho, escola e casa, e muitas vezes não alunos não temem a empatia de pensarmos em como nossos professores estão se sentindo

Carta 2

Interesses

Como nossa escola é pequena e tem poucos alunos não temos muita verba como uma escola urbana, eu como aluna gostaria que tivesse algum curso para os alunos do ensino médio.

novos projetos

Gostariamos de ter mais contato com a terra por sermos uma escola do campo, já porque esse contato com a terra é fundamental no nosso dia a dia, gostaríamos de marcar o dia da lavoura para nós alunos do segundo do médio.

Gostariamos de reafazer o local onde eravamo pra fazer o refeitório.

Comorequinhos! 08 - 2023

SOBRE A ESCOLA!

(Primeira Questão)

A escola Corinto Anilda Exelbor no meu ponto de vista, a escola do Brasil tem dois lados um bom e outro ruim, não dois pontos como costumamos dizer tem alguns pontos bons e outros ruins, a Vitoria comentou de mais "trabalho" eu até mesmo "fazer algo no horto" como ela é uma escola de campo, ela deveria praticar mais no rua fazer alguns deveres no rua e outros dentro de sala de aula, uma ou duas aulas que nos alunos de medicina fizesse seria algo de mais, por que até mesmo os alunos do 9º ano de fundamental praticam, nos do medicina poderia praticar também, eu e o Bernaride toro comentando que falta alguns ajuste no horto como levantar mais os conteúdos ariar mais aquela terra que faz um bom tempo que nos ariar o tempo do horto se plantar, outra coisa eu e o Bernaride temer horto em casa então nos temos uma noção, mais acho que os outros nossos colegas também devem ter horta em casa isso seria um começo por que se todos colaborarem nos poderíamos fazer algumas plantar, regar até os plantas se desenvolver seria um processo lento, mais seria algo diferente que nos alunos do ensino médio da escola Corinto Anilda Exelbor praticasse, isso no campo fora do sala de aula, e também ajudaria os merendeiros a fazer salada com algo do horto da escola.

Segunda Questão

Acho que nós alunos do médico deveríamos participar mais das decisões, das reuniões por que com esse nome ensino médico funções dos trabalhos dos nossos materiais, por que os professores são nós avaliados, por que nós não podemos avaliar os professores também, outro motivo nós deveríamos ter um líder de sala de aula, para nos informar dos casos, para reunir o grupo de para e falar como fazer uma reunião aqui entre nós ver o que tá certo e que tá errado a Galv mesmo é, e seria uma ótima líder de sala de aula por que ela tem uma organização fantástica, ela tem um bom ponto de vista para isso ela é a administradora do nosso grupo de pesquisa como do ensino médico e ela é muito responsável e organizada, faltou alguém ela vai lá tira foto coloca no grupo falando de qual matéria é, no meu ponto de vista é isso caso que nós temos que se reunir fazer uma reunião e esclarecer isso.

Basilio 9 de novembro de 2023

querido prof: Tiago

Acho que a Escola, cozinha, academia, escola, precisa que de algumas melhorias para a cozinha e desenvolvimento da escola e a meu ver a escola precisa melhorar a merenda da tarde e a meu ver a parte não da não pra repulir a maioria das vezes queremos mais por que nós é a suficiente para todos também acho que invés de fazerem esuaie cri poderiam fazer com arroz ou repulga de nem toda minha mãe gosta de carne cri deveria de ter mais variações de saladas na almoxá acho super importante uma alimentação mais saudável.

Também acho que deveriam inserir mais na horta da escola ter mais desenvolvimentos com os alunos desde pré até a terceira ano de modo investir em projetos voltados a o campo a pesar essa escola é de campo acho que é super importante começar desde pequenos e também para o desenvolvimento deles e para eles ver que produzimos a alimentos da almoxá os saladas na horta da nossa escola pra eles verem que o esforço deles vale muito a pena

É ainda mais de aprender a cultivar os alimentos e podem levar o que aprenderam pra casa e também começarem a praticar em casa e assim terem uma alimentação mais saudável.

Também acho e tenho certeza que nos deveríamos de fazer mais parte das decisões da escola a fim de nos estudarmos nessa escola e tudo é pra nossa melhoria de estudo cada um aprende de um jeito. Devemos investir num prêmio estudantil para tomarmos as decisões da escola juntamente com a direção da escola ou talvez cada turma ter um conselho e dois representantes da turma pra ser passado os projetos pra a direção e tudo de dos problemas e projetos.

tem um projeto como ideia muito boa de fazer que seria uma composteira aonde pode ser feita a própria adubo para os plantas da horta.

Ele deveria de mudar a posição para a parte de cima e ali a ante e a praticar lições afetas orçãos e fazer um campeonato com orelha para jogos bola, vôlei, Basquetebol, entre outros sports que pode ser jogados.

Deveria ser investido em mais materiais para exercícios recreativos e também para melhorar todos os alunos nos exercícios por que faz muito bem para a saúde, e também para despertar a atenção nos alunos, deveria também ser aberto mais dos alunos para fazer com que eles tenham interesse nas atividades da escola.

Basilio, 8 de novembro de 2023

Querido prof. Tiago

Então analisando a estrutura da escola corintho Ásila exalar, colocando algumas coisas como pontos positivos e negativos.

pontos positivos: em todas as salas de aula possui ar condicionado, possui muitos livros didáticos, mas infelizmente muito pouco utilizados, tem professores disponíveis para tirar dúvidas entre outros.

pontos negativos: muitos grades e também arame farpado em torno da escola, algumas paredes estão meio velhas e outras quebradas por alguns alunos e a direção da escola não se manifestou sobre isso, tem uma sala para laboratório mas não tem equipamentos e nem aulas práticas (seria muito bom).

Falando sobre outras coisas relacionadas com a escola tem algumas coisas que poderiam dar mais atenção como: OS ALUNOS, qualquer reclamação feita para a diretoria é simplesmente feito pouco caso como "depois a gente conversa com eles", "a gente infelizmente não pode fazer quase nada", e nada dos problemas serem resolvidos. Mesmo sendo um assunto não citado para escrever eu quero colocar aqui minha humilde opinião porque não tiram aqueles sucos que estão vendendo, veja e veja 8,17 maçãs e 7,5 cachos de uva num litro de 2L, é ruim assim como o outro de pessego e sei lá outra fruta, poderiam deixar o de limão que porventura é

Credeal

— anel

não tenho capacidade de pensar
tantas coisas em alguns momentos então
vai ter poucas coisas aqui.

Meus sentimentos sobre este novo ensino
médio que dá calafrios pois não sei o que fazer,
muitas coisas confundem meus pensamentos e
fa um caos que eu me perca - não preste
atenção em nada com nada, muitas vezes
os professores estão falando e eu tô lendo
em coisas sem coerência nenhuma e agora
tem muitas outras disciplinas e muito mais com
que se preocupar.

O governo colocou o novo programa pé-de-
meio em prática para fazer os estudantes ficarem
nas escolas e estudar, como um incentivo para
que não parem de estudar, e além disso,
por trás de fazer eles ficarem, esse dinheiro
ajuda muito além do que as pessoas pensam e
ajuda um pouco a pressão dos pais com as
filhas. Agora os governos podem ter mais um
banguinho para ajudar a pagar as contas, com-
prar algo que precisam sem ter que ficar
pedindo para os pais.

Mas enfim é isso, esse novo ensino
médio traz muitas coisas boas mas é
a vida e esses obstáculos estão lá para
serem vencidos e seguir em frente.

Quem pensa de passado é museu.

mas tenho capacidade de pensar
tantas coisas em alguns momentos então
vai ter poucas coisas aqui.

Meus sentimentos sobre este novo ensino
médio que dá calafrios pois não sei o que fazer,
muitas coisas confundem meus pensamentos e
fa um caos que eu me perca - não preste
atenção em nada com nada, muitas vezes
os professores estão falando e eu tô lendo
em coisas sem coerência nenhuma e agora
tem muitas outras disciplinas e muito mais com
que se preocupar.

O governo colocou o novo programa pé-de-
meio em prática para fazer os estudantes ficarem
nas escolas e estudar, como um incentivo para
que não parem de estudar, e além disso,
por trás de fazer eles ficarem, esse dinheiro
ajuda muito além do que as pessoas pensam e
ajuda um pouco a pressão dos pais com as
filhas. Agora os governos podem ter mais um
banguinho para ajudar a pagar as contas, com-
prar algo que precisam sem ter que ficar
pedindo para os pais.

mas enfim é isso, esse novo ensino
médio traz muitas coisas boas mas é
a vida e esses obstáculos estão lá para
serem vencidos e seguir em frente.

Quem pensa de passado é museu.

natural e est um limão.

Podiam arrumar as paredes e algumas portas e paredes que estão com alguns problemas.

A forma como os professores dão aulas também é uma forma de se expressar e dependendo de como o professor age influencia os alunos, se eles incentivarem obviamente os alunos são tentos mais se espalhar e se eles desistem muito por conta do aluno que diz que eles tem confiança e acredita que serão responsáveis (coisa que eu não sou muito mas prometo mudar) mas muitas das vezes não querem isso e é uma pouca de pressão mas é uma sensação boa.

Aqui vai uma crítica a um certo professor de matemática, ele é excêntrico, irônico e muito do jeito dele sei, chega perto como se tivesse intimidade com qualquer um, fica falando coisas ridiculas as vezes dentro de sala de aula, não para nunca de falar nem se quer 1 minuto, muitas vezes os alunos tem que pedir pra ele fazer silêncio, ele é muito incômodo. Minha opinião: odeio ele.

Aparentemente tem alguns professores (ras) que parecem que estão de má vontade e estão passando as mesmas matérias dos anos passados.

Carta Para esse Professor
 Quem não sabe escrever
 Informações da escola Coriméio
 Bom vou falar um pouco sobre a escola
 Coriméio nossa relação na escola é boa a escola
 e muito boa vale a pena estudar, estudamos, usamos, um
 dos outros eu estudo aqui a nove meses, conheci aqui um
 passado em maio fui de uma escola diferente para
 vir conhecer esse brilhante professor cheio de energia
 um brilhante educador bom notei que eu cheguei
 aqui essa escola mudou meu coração tem coisas que
 podia melhorar como o horário da merenda por
 ser às quinze horas eles podia dar merenda
 na metade da manhã minha relação com os
 professores são bom sempre brinco estudo junto
 tem professores que trazem coisas novas ex-
 emplo o professor Thiago ele teve a brilhante ide-
 ia de nos fazer palestras com pessoas do nosso
 interesse e de nos fazer sabinho para vender
 para juntar dinheiro para a formação da A
 Professora Gilene ela teve a brilhante ideia
 de nos fazer uma viagem no final do ano
 em Turina eu amo todos os professores todos são
 incríveis mais temto um certo medo de de-
 viar a nossa participação nas aulas e espe-
 cialmente nos temas em grupo participando
 das aulas a escola podia melhorar em função
 da merenda nos horários para mudar também
 e muito apertado o refeitório por causa dos fri-
 zers também nós tinha que ter um líder
 na turma um responsável como a Gabry sob-
 re os projetos eles tinham que fazer uma sala
 de jogos com ping-pong boliche entre outros

/ / Juntos nos dão remos quatro no volume
 temo só um lugar andando pra baixo seria
 leve se tivesse uma quarda pra de cima
 Bem seria muito leve se eles deixasse agente ficar
 da sala depois do bebedeio porque eles fecham as
 sacis eles podia fazer mais umas sacis porque a
 tábua do primeiro ano estava na biblioteca e as
 tábua entraram e sai dali e fica claro e amarelo
 exemplo o professor ta explicando e entra um aluno
 pra pegar um livro ali ali sa amarelo a explicac
 do professor outra coisa agente podia ver uma sala
 de agraria na hora porque agente estava numa sala
 de campo

Costa para Professor Tiago sobre a escola Cosintha

Minha relação na escola Cosintha é boa, tanto estudamos, brincamos com os colegas, ajudamos uns a os outros a fazer os deveres dos cole.
Eu estudo na escola a usua de dois a e mais e foi uma das melhores escolhas que fiz para estudar na escola Cosintha, é uma escola com um bom aprendizado e tem ótimos professores.

Eu acredito que a escola é um lugar importante para adquirir conhecimento, aprender habilidades e interagir com diferentes pessoas. A escola pode proporcionar um ambiente rico para aprender e crescer em várias esferas de vida.

Sobre a estrutura da escola eu diria que os professores nos ajudam e nos alunos nos ajudam a ajudar. Nós como alunos teríamos que participar mais, e nós teríamos um líder de sala uma pessoa responsável, e também como nossa escola é do campo nós do de nós teríamos que participar de fazer algo na horta, porque outros alunos participam, nós também teríamos que participar.

O refeitório é um pouco apertado e muito pouco espaço, teria que ser um pouco mais para os alunos ter um pouco mais de espaço na hora da refeição, e nos dias de...

quando se aponta alunos fica ainda mais quente, também a biblioteca tem que ser em uma sala separada por motivo de não atrapalhar os professores, por que na biblioteca tem alunos e professores, e quando em de está em meio uma explanação mas atrapalhamos em questão de pegar alguns livros então isso fica chato, por isso ter uma sala só da biblioteca, e ~~tem~~ relação com os professores são boas e me dá bem com todos eles são ótimo professores, enfim todos eles trabalham em conjunto para promover o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

A participação na escola é fundamental e pode incluir envolvimento em aula, interações positivas com colegas e professores.

Os alunos podem participar efetivamente das decisões da escola por meio de representação estudantil, pesquisas de opiniões e comunicações abertas com a administração escolar, isso permite que nos alunos dar ~~nos~~ nossas opiniões e preocupações em questões importantes.

Uma proposta que eu acharia bastante legal um esporte para a escola por exemplo basquetbol ter uma quadra específico para esse jogo.

NOME: Kainō Seraphim

Anexo 3: O Antigo P.P.P

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
5ª COORDENARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO MÉDIO CORINTHO ÁVILA ESCOBAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DA

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO CORINTHO ÁVILA ESCOBAR

HERVAL - RS

2017

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Estabelecimento: Escola Estadual de Ensino Médio Corinto Ávila Escobar

Endereço: Rua Pedro Osório nº 130/1 - 2º Distrito: Basílio

Cidade: Herval – RS CEP: 96310-000

Fone: (53) 984838013

E-mail.: eeem.corinthoavilaescobar@gmail.com

Diretor: Jorge Luiz Gomes de Mattos

Vice-Diretor: José Luiz Afonso Giozza

Coordenador Pedagógico: Renato Remédios Pinto

Atos legais

Criação: Decreto de Criação nº510 de 14/03/1945

Transformação: Decreto de Transformação nº48.939 de 20/03/2012

Credenciamento: 24/03/2014

Autorização: 613/2017 de 25/10/2017

Designação do Nome da Escola: Decreto (20/03/2012).

SUMÁRIO:

1 Justificativa	4
2 Objetivo Geral	5
2.1 Objetivos Específicos	5
3.3 Concepção de conhecimento	7
3.4 Concepção de educando	8
3.5 Concepção de educador	9
4 Princípios	10
4.1 Diretrizes	11
5 Recursos humanos e meios auxiliares	14
6 Organização Curricular	14
6.1 Forma de organização do curso	14
6.2 Forma de organização da coletividade escolar	14
6.3 Tempos educativos	14
6.4 Conteúdos e metodologias de ensino	15
6.5 Processo de avaliação	16
6.5.1 Registro do desenvolvimento do educando	16
6.5.2 Conselho de classe participativo	17
6.5.3 Os pareceres descritivos	17
6.5.4 Expressão dos resultados	17

7 Estágios obrigatórios e não obrigatórios	19
8 Referências Bibliográficas	19

1. Justificativa

A intenção deste projeto político pedagógico é balizar as ações da Escola Estadual de Ensino Médio Corinto Ávila Escobar, trazendo para o bojo da educação o compromisso social e pessoal, assim como a reflexão crítica da realidade atual. Refletir a visibilidade de direitos, de inclusão e de cidadania considerando o ser humano como centro das ações e suas múltiplas necessidades, as quais vão desde biológicas, sociais, culturais, cognitivas e psicológicas à amplitude da complexidade humana, fazem parte de nossa formação.

Na sociedade atual necessitamos mais do que uma educação fragmentada ou que apenas esteja voltada para as necessidades do mercado. É necessário construir uma educação preocupada com a formação humana e com o movimento da história. Uma educação que desenvolva um conjunto de capacidades, onde o ser humano possa se desenvolver o máximo possível, que seja um sujeito que pensa, analisa, reivindica, luta pelos seus direitos e se organiza para concretizá-los.

O Brasil desenvolveu rapidamente o pensamento neoliberal ou do mercado. Do ponto de vista tecnológico, a escola não tem condições de competir na informação com as redes de rádio, jornal, televisão, internet, redes sociais entre outros, mas ela tem o papel de dar elementos para analisar a informação, estimulando a reflexão e a análise como base para a formação dos princípios básicos das ciências do homem e das ciências da natureza.

A cultura globalizada, que nos vem imposta de alguns países, principalmente dos EUA acaba por dizimar as culturas locais e os saberes locais, que são instrumentos de construção de conhecimento formando um cidadão universal. Este deve estar melhor preparado para influenciar, querer desenhar sociedades mais humanas em que os seres humanos possam viver com mais dignidade, direitos e felicidade.

A escola tem a tarefa de educar sujeitos sociais e envolver a vida como um todo. Para isso se faz necessário integrar os componentes curriculares, articulando-os para melhor desenvolver noções e associações que reflitam as habilidades e competências. O currículo não pode ser estanque com uma visão padronizada, deve-se buscar a singularidade da realidade onde a escola está inserida. Cada contexto explica sua realidade.

O trabalho é uma das dimensões da vida que marca o jeito de ser de cada pessoa. Construir novas relações de trabalho, de produção possibilita produzir conhecimento, habilidades e potencialidades pedagógicas de forma mais educativa, possibilitando a percepção do vínculo com as demais dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, suas atitudes e suas

percepções perante a vida. Por isto, a Escola Corinto precisa se vincular ao mundo do trabalho e se desafiar a educar para o trabalho e pelo trabalho.

A articulação entre as áreas do conhecimento com o desenvolvimento psico-fisiológico da criança, adolescente, jovem e adulto visa construir auto-estima, autonomia, criatividade, cooperação; levando em consideração a individualidade de cada educando como ser único, que deve integrar-se ao mundo que vive, afirmando-se como sujeito de decisão e possibilitando a consciência da construção da cidadania de forma individual e coletiva.

2. Objetivo Geral

Desenvolver uma proposta educativa que tenha como função pedagógica oportunizar ao educando uma educação integral, visando propor condições de ensino aprendizagem para a formação de cidadãos participativos, construtivos, responsáveis, comprometidos com a realidade da comunidade, respeitando e considerando as diferentes formas de pensamento, promovendo, assim a valorização do ser humano.

Proporcionar um ambiente educativo que desenvolva integralmente os educandos, como pessoas, profissionais e como sujeitos sociais e históricos.

Proporcionar vivências e exercícios práticos de trabalho cooperativo e de educação para cooperação.

Formar educadores sensíveis e qualificados para motivar os educandos para viver as qualidades e riquezas humanas, participando de um projeto de humanização das pessoas, visando um projeto histórico de transformação social, para um novo projeto de país, incluindo uma nova forma de pensar e de fazer educação, tornando a escola mais próxima do povo do campo e da cidade.

2.1 Objetivos Específicos

- Garantir o acesso a todos de um ensino qualificado, a permanência e aprendizagem, sem discriminação de qualquer natureza, proporcionando de forma integral o desenvolvimento do educando, para exercício da cidadania.
- Trabalhar a visão de mundo no que se refere à qualificação profissional, interagindo junto à comunidade através das reais necessidades, viabilizando a transformação do cidadão através do desenvolvimento de senso crítico, ampliando assim a visão no que se refere aos seus limites de convivência, como atuante no espaço social que está inserido.
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e cálculo.

- Compreender o ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e de valores que fortaleçam os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e a tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências, noções e conceitos na formação de atitudes e valores.
- Construir alternativas para a defasagem entre idade e escolaridade, bem como, idade e conhecimento, resgatando e desenvolvendo auto-estima, autonomia, responsabilidade, respeito e integração; buscando novas alternativas para lidar com o fracasso escolar, a repetência e a evasão, respeitando tempos e ritmos de aprendizagem.
- Apresentar uma estrutura institucional de que dê conta da efetiva instauração deste processo, de acordo com as premissas que sustentem a concretização deste projeto.

3. Marco Teórico-Metodológico

3.1 Concepção de sociedade

O ser humano não nasceu para viver isolado. Desde a sua criação, a humanidade vive em grupo, se relacionando para se proteger, partilhar, viver a sua afetividade e sexualidade. Se queremos uma sociedade mais justa e melhor implica sermos justos conosco e com os outros. Poderíamos dizer que a *“função da educação deverá ser de orientar o indivíduo para o uso da sua verdadeira liberdade – ou seja, o ser humano só não é livre para agredir, explorar, aprisionar, destruir-se e aos outros, viver na preguiça e alienação – mas é absolutamente livre para tudo o que quiser fazer, desde que isso lhe traga benefícios e à humanidade.”* (Pacheco 2003)

Se queremos mudar a sociedade para melhor, não podemos só esperar pelos outros. Faz-se necessário questionarmos e refletirmos sobre nossas atitudes e nossos relacionamentos.

A sociedade ideal deve ser fundamentada nos princípios da participação, fraternidade, igualdade, democracia e justiça; onde o trabalho, a colaboração, a união, a valorização da vida e a busca do bem comum estejam presentes nos esforços e na consciência de cada um, para sanar em conjunto os problemas estruturais.

Precisamos de uma sociedade com valores éticos e morais bem definidos, primando pela solidariedade, compreendendo que nem todos tem os mesmos dons, a mesma força para enfrentar o mundo; uma sociedade que resgate a espiritualidade, fortaleça os laços de fraternidade, companheirismo e diálogo. Uma sociedade a serviço da dignidade, da ética profissional, do amor, da responsabilidade e da igualdade de direitos entre as pessoas.

Nesta sociedade deve prevalecer o respeito, a verdade, a compreensão, a honestidade. Para tanto todos temos um papel a desempenhar, devendo nos comprometer com a lealdade a causa que defendemos, a autenticidade, priorizando o ser humano, respeitando seus direitos,

cumprindo com os deveres e adotando princípios de ética, participação e coletividade. Pois *“defendemos um projeto de educação vinculado a um projeto político de transformação social, de classe e voltado a formação integral dos trabalhadores e que articule diferentes ações no plano de trabalho, da cultura, da participação social, da formação política e ideológica e da educação escolar”*.(Caldart, cadernos do ITERRA 2010).

3.2 Concepção de escola

A escola é espaço onde a comunidade escolar (professores, funcionários, estudantes, pais e demais envolvidos) vai gestar uma nova sociedade. Num mundo que caminha cada vez mais para o individualismo, a competição e a exclusão, a Escola pode mostrar e experimentar que é possível a solidariedade, a inclusão e a fraternidade. A escola que desejamos está em constante construção, sendo reavaliada e repensada sempre.

A prática pedagógica deve romper com a atual fragmentação das disciplinas, de forma que o conhecimento seja entendido como um todo que deve ser relacionado com o despertar das consciências para a construção de um mundo mais justo para todos. De maneira que sua organização Curricular permita qualificar o trabalho pedagógico em função dos objetivos da educação básica superando as formas já existentes.

A escola frente às transformações político-sociais deve introduzir aos educandos uma vida equilibrada na sociedade, tornando-a um ser responsável, participativo, crítico, autodeterminante, democrático, fazendo com que este assuma uma posição perante a sociedade.

A escola deve ser um espaço onde as decisões são tomadas em conjunto, e permanência a um ensino de qualidade. Deve estar envolvida com a comunidade em permanente ação-reflexão-ação. Deve trabalhar valores referenciais e elaborar novos; um lugar onde o educando não seja rotulado de incapaz, de sem-solução e não haja preconceitos de qualquer tipo.

A escola deve estar voltada para desenvolver as potencialidades dos estudantes, ser atrativa e não uma mera reprodutora de conhecimentos. Deve ser como eixo irradiador de aprendizagem, com missão de fazer pensar, descobrir e construir um educando que saiba bem monitorar sua vida, que lance perguntas pertinentes e que seja agente de sua história, que saiba pensar sozinho e não pensado pelo outros, que esteja em constante pesquisa.

Precisa-se de uma escola onde haja envolvimento, respeito mútuo, valorização e conscientização para descobrir, construir conhecimentos e valores, fazendo com que ela seja realmente o seu segundo lar, oportunizando aprender a aprender, com práticas eficientes e reais aos seus anseios e necessidades.

Precisa-se de uma escola que disponha de recursos materiais e humanos necessários à implementação de uma política pedagógica voltada para real efetivação do aprendizado, com investimento em educação. Esta escola não será construída com facilidade, pois terá que

trabalhar, pesquisar e deparar-se com interesses divergentes e, através do conflito, construir sua identidade de escola cidadã.

Uma escola pautada no coletivo, com parcerias das instituições locais organizadas, presente nos espaços democráticos representativos da comunidade.

Escola Voltada aos interesses do campo, promotora de desenvolvimento local, caracterizando-se como espaço de participação social, de vivências, de produção do saber e do conhecimento. Escola esta que não está alheia às necessidades locais, valorizando o acúmulo de saberes da cultura local.

A participação da escola sintetiza-se em colocar conhecimento na realidade dos educandos.

Esta escola é um espaço de formação e não apenas de aprendizagem.

3.3 Concepção de conhecimento

O conhecimento é parte integrante da formação humana. Podemos classifica-lo como científico, popular e escolar.

Desenvolver a capacidade de estudo e pesquisa em nossos educandos é um princípio fundamental do processo ensino aprendizagem, pois este reforça a importância do conhecimento. Quem não conhece a realidade não consegue participar como sujeito de sua transformação. Como nos diz Bertold Brecht *“precisamos da ciência que nos ajuda a diminuir a miséria humana”*. Também o educador Paulo Freire nos diz que *“devemos dar ao povo ferramentas de libertação da sua opressão”* e para complementar poderíamos usar a frase de grande educador cubano José Martí, que nos fala: *“o estudo e a pesquisa é um modo de resolver nossos problemas de ser humano”*. Para tanto precisamos construir aprendizados que realmente possam fazer a diferença na vida dos educandos e organizar o todo da escola a serviço deste projeto.

O educando deve ter compreensão da sociedade na qual está inserido. Além de propostas é necessário que estas sejam assumidas e realmente efetivadas. Ou seja, organizar espaços em que corpo docente não esteja vinculado apenas ao livro didático, a preocupação exagerada de quantidade de conteúdos desenvolvidos, e sim de fazer a seleção necessária dos conteúdos que envolvam outros, não exigindo da criança uma *“decoreba”* que não rende frutos reais de aprendizagem. Organizar os estudos por área do conhecimento reorganizando o trabalho pedagógico entre os educadores sendo um elo facilitador da construção de um currículo que integre conhecimentos gerais e específicos.

Lugar em que o estudante aprenda a aprender, compreendendo que o erro faz parte da construção do conhecimento e não é vergonhoso, é uma etapa do aprendizado. Ou seja, lugar em que o estudante não tenha medo de correr riscos, sabendo que tudo é parte do processo crescimento e aprendizado.

A avaliação e a auto avaliação de educadores e educandos é um processo fundamental na escola, sendo trabalhado de maneira coletiva e integrado; motivando e incentivando a todos no sentido de que *“sejam capazes de desenvolver o imaginário dando a condição ao ser humano de olhar e perceber o invisível”*(Caldart, 2007).

3.4 Concepção de educando

O educando é um sujeito histórico, cujo passado, infância tem muita importância. A relação com os pais, colegas, sociedade são aspectos fundamentais no desenvolvimento dos educandos. *“As injustiças por parte das pessoas mais próximas, como também da própria sociedade (repressão e exploração) tem um forte efeito. Mas isto não elimina a responsabilidade do ser humano nas suas escolhas de como encarar as situações da vida”*. (Pertty, 2009)

Só *“existe responsabilidade na liberdade e a liberdade implica na responsabilidade. Sendo o ser humano um ser social dotado de infinitas capacidades, riquezas humanas coresponsável pela sociedade em que vivemos e queremos, ele precisa ser estimulado, motivado e despertado para assumir a transformação de si mesmo bem como da sociedade”*.(Pertty, 2009) Por isso deve ser um ser transformador, capaz de causar mudanças no meio em que vive. Com senso crítico, posicionando-se diante das possibilidades de transformação, escolhendo com competência o que pode servir ao bem comum.

O ser humano na sua essência é honesto, simples, carinhoso, fraterno, compreensivo, consciente, companheiro, solidário, alegre, amoroso, verdadeiro e criativo na busca constante de melhorias para a sua vida e a vida de todos. A escola prima para que se fortaleça a responsabilidade e os compromissos com a vida. O saber respeitar a sua liberdade e a liberdade dos outros, praticando a vivência da justiça para si e seus semelhantes são ações imprescindíveis em nosso conceito de educação.

Sendo o educando um ser social, inacabado e agente de sua própria história, torna-se necessário que compreenda a sua realidade sabendo explicá-la e transformá-la.

Para isso a escola pretende contribuir na construção de cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país, conhecedor de seus direitos e cumpridor de seus deveres.

3.5 Concepção de educador

O educador deve ser um facilitador, um orientador e um pesquisador. Não basta que ele seja preparado tecnicamente, mas também esteja aberto as mudanças e ao diálogo. *“Na perspectiva libertadora, o professor tem o direito, mas também o dever de contestar o status quo, especialmente no que diz respeito às questões da dominação de sexo, raça ou classe.”* (Paulo Freire, 1986)

Precisa ajudar o estudante a se organizar, a estudar, a pesquisar, a se encontrar enquanto sujeito de transformação, numa metodologia que venha de encontro às necessidades dos mesmos. Não deve propor a reprodução do conhecimento e sim proporcionar condições para a produção do conhecimento. Para tanto, o professor deve ser um mediador entre a sociedade da informação e os educandos, no sentido de possibilitar-lhes, pela reflexão crítica e adquirirem a sabedoria necessária a permanente construção do ser humano.

Na construção da identidade profissional, o educador deve sempre buscar atualização, abrindo-se a inovações, buscar sempre a participação do estudante, socializando informações, decidindo coletivamente, incentivando o respeito às diferenças e desencadeando alternativas para a formação de uma sólida cultura democrática.

Um educador comprometido com as questões sociais, e conhecedor das problemáticas locais. Um mediador do conhecimento, sendo problematizador, criando situações de aprendizagem, instigando a curiosidade e proporcionando situações de pesquisa e busca pelo conhecimento.

Um educador atualizado em formação continuada, com condições de recursos para desenvolver seu planejamento.

O educador deve ser o primeiro a aprender a pensar, reconstruir, elaborar, planejar e avaliar, sempre repensando e redimensionando sua prática pedagógica. Deve instigar dúvidas em seus estudantes, levando-os a problematizar questões e buscar alternativas para soluções.

O importante é estar comprometido com a realidade do educando e estar sempre com olhos abertos e voltados para as necessidades e anseios dos educandos e da sociedade como um todo, na qual se insere a criança, o jovem ou o adulto que está em suas mãos.

O estudante que convive neste contexto escolar com certeza encara a vida com mais alegria, amor, e condições de enfrentar a realidade que se apresenta.

O contexto escolar apresenta uma realidade desafiadora. O desafio é de todos, pais, educadores, educandos e comunidade escolar, na tentativa de buscar o engajamento do estudante e torná-lo mais participante, ativo, crítico, interessado, curioso e desafiador, para isso é necessário procurar caminhos que envolvam o estudante nas atividades e tarefas propostas. Para tanto devem ser oferecidos estímulos que desenvolvam suas capacidades, habilidades e potencialidades, sua auto-confiança e auto-estima, de modo a relacionar-se com o objeto de estudo, com o mundo, seus semelhantes e as coisas que o cercam de forma mais humana, justa e igualitária.

4. Princípios

Para o desenvolvimento das atividades pedagógicas que levem em conta o conjunto das dimensões da formação humana, faz-se necessário ter o ser humano como centro da vida escolar, trabalhando-os como sujeitos sociais de direitos em construção, respeitando suas temporalidades. Não podemos tratar os educandos como mercadorias a serem vendidas no

mercado. Para realizar a tarefa educativa de humanização, é preciso perceber, sentir, e levar em conta os ciclos da natureza, de forma especial, os ciclos da vida humana com os quais estamos convivendo e queremos construir.

Nossos sujeitos são do campo, herdeiros de uma identidade camponesa em formação, e queremos que estes possam ser mais humanos e não apenas sabedores de conteúdos e meros dominadores de competências e habilidades técnicas. Em nossa escola é vital que os educadores cultivem em si e ajudem a cultivar nos educandos os princípios de um ser humano que viva de acordo com sua essência, com sensibilidade, com valores humanistas e ambientais.

Para que isto aconteça à escola precisa sair de si mesma, reconhecendo e valorizando as práticas educativas que acontecem fora dela. A escola precisa pensar para além dos muros da escola, precisa romper com os paradigmas da educação bancária, concepção que segundo Freire(1987), além de fragmentar o ensino, coloca o professor na postura de quem “tudo sabe” e o aluno de quem “nada sabe”. Para romper com isto é preciso envolver todos os sujeitos, comunidade e escola na vida das pessoas. Nesse contexto buscamos nos embasar nas Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, no parágrafo único, que diz:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, encorajando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, ciências e tecnologias disponíveis na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções e a qualidade social da vida coletiva no país. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2004, p.41 – 42)

A educação é a humanização das pessoas. E a escola é o lugar de formação humana. O cultivo da identidade camponesa contribui para que o educando descubra outras dimensões da sua própria identidade. Busca uma visão de totalidade, igualdade social e de respeito às diversidades culturais possibilitando aos educandos conhecerem que o campo é uma opção de vida, de trabalho, de desenvolvimento social, de cultura constituída por meios de políticas públicas e de cidadãos de direitos.

Um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la, já dizia um grande filósofo, por isso o cultivo da memória e o aprendizado da história, torna-se necessário para compreender a nossa própria vida aprendendo a respeitar, a olhar com perspectiva histórica num movimento permanente entre passado, presente e futuro, compreendendo suas relações com outras ações.

A escola do campo dialoga com as matrizes formadoras do ser humano, dentre as quais podemos destacar duas: a matriz do trabalho e a matriz da cultura. A matriz do trabalho recupera a dimensão formadora do ser humano, pois é através do trabalho que o homem possui a capacidade de realizar/produzir coisas e de transformar o meio social onde vive. Do mesmo

modo a matriz pedagógica da cultura recupera para o ser humano as vivências, memórias e identidades, as referências coletivas e os processos históricos que o ser humano foi construindo.

4.1 Diretrizes

1. Busca da construção de uma educação como processo permanente de formação e transformação, abrangendo o conhecimento científico, com conteúdos socialmente úteis e voltados para o campo; à escola deve organizar-se coletivamente desde o planejamento do trabalho partindo das reais necessidades dos sujeitos educandos, para que o projeto seja articulado e passe a ser de comprometimento de todos, visando a cooperação e a construção de novos sujeitos sociais com princípios e valores humanos.
2. A necessidade é de que todos estejam trabalhando/produzindo conhecimento, pois educação não é algo oferecido às pessoas, mas construído e pensado por elas. E a escola sendo uma instituição, mais do que repetir o já conhecido, copiar o já registrado ou reproduzir as relações sociais existentes, precisa ensinar os sujeitos sociais a conviver melhor. E para isso alguns princípios e regras de convivência, bem como princípios legais, são indispensáveis. Como nos diz Paulo freire “a escola progressista tem que se comprometer com o gentificar-se e não com desgentificar-se”.(2002). O respeito a si próprio e a todos educandos, educadores, funcionários e visitantes é concretude de nossos princípios humanos. Não serão toleradas agressões e ofensas no ambiente escolar. Quanto às conseqüências de quebrar as regras, a disciplina não tem caráter punitivo, mas de orientação, conscientização e quando necessário com conseqüências de conduzir o educando a Órgão competente, depois de comunicada a família.
3. Quanto à organização e bom andamento do processo ensino-aprendizagem é necessário à interação entre educador e educando, principais sujeitos no processo, visando uma relação de respeito, ética e responsabilidade de ambos.
4. Observando a importância do envolvimento do educando nas atividades pedagógicas não é permitido durante estas o uso de aparelhos eletrônicos, para outros fins que não sejam escolares, devendo ser recolhido pelo professor e/ou direção da escola (supervisor, orientador, vice-diretor e/ou diretor), sendo o aparelho entregue ao aluno no final do turno escolar. Caso seja constante o uso indevido desses aparelhos a devolução se fará aos pais ou responsável pelo educando.
5. Caso o estudante apresente atitudes inadequadas ao recinto escolar, ferindo os princípios de convivência, as relações e respeito ao indivíduo ou ao coletivo, o mesmo será encaminhado à Direção onde será registrado em livro próprio o caso em acontecimento e o estudante assinará o compromisso da busca na construção de respeito e solidariedade em sua relação com o meio escolar.
6. Caberá a toda comunidade escolar zelar pelo patrimônio da escola, sendo necessário ressarcir e repor sempre que este for extraviado e danificado, bem como cuidar de seu material pessoal.

7. As atitudes inadequadas ao convívio escolar serão avaliadas mediante ao contexto do fato ocorrido; seja ela de violência (física ou verbal), apropriação indevida de objetos, falsificação de documentos ou assinaturas e ainda faltas à aula propositalmente mantendo a permanência nas imediações da escola será solicitada a presença dos pais. Esgotadas as tentativas de solução do problema por meio de todos os processos internos e consequências em quebrar as regras* da escola, esta buscará meios legais para a solução (Família, Conselho Escolar, Conselho Tutelar, Ministério Público e Polícia Civil, em caso de danos).
8. Caberá à família encaminhar justificativa, sempre que o educando faltar por problema de saúde, possuindo assim construção pedagógica de qualidade.
9. Após três dias consecutivos de falta, sem justificativa coerente, será enviado bilhete à família alertando para o fato. Em caso de voltar a acontecer a família será convidada a comparecer à escola.
10. O educando, ao estar matriculado em nosso espaço escolar, necessita interagir e auxiliar participando do bom convívio no contexto sócio-educativo. Sendo assim, o mesmo deverá manter as determinações elaboradas através do Plano de Estudos e Regimento Escolar.
11. A construção do saber não se dá de forma isolada, sendo importante estarem sempre abertos ao diálogo, idéias e diferentes questionamentos. Sendo assim, é primordial que cada um saiba seu papel no contexto escolar onde todos interajam e aprendam através da prática, teoria e atividades éticas a construir e transformar nossa realidade sócio-educativa.
12. A participação é fundamental para a boa estrutura e crescimento na formação educacional e pedagógica, sendo esta realidade tanto individual como coletiva.
13. É importante respeitar e valorizar as diversidades do grupo, através de um convívio pluralista, onde haja solidariedade e respeito mútuo.
14. Respeitar todas as culturas religiosas, dimensões comunitárias e educativas.
15. Zelar pelo meio ambiente com finalidade de valorizar nosso espaço de convívio, fazendo com que este seja um espaço agradável e de defesa ecológica, onde possamos consciente contribuir para um planeta mais limpo, puro e saudável.
16. Cada turma deverá, junto com o professor conselheiro, construir e manter no cotidiano uma proposta de convivência, baseada nas discussões realizadas pelo coletivo da escola a partir dos conselhos de classe.
17. As saídas que antecederem o horário, devem ser comunicadas ou justificadas pelos responsáveis, mediante a presença dos mesmos ou bilhetes devidamente assinados. Sempre que a escola entender como necessário, às solicitações serão confirmados por telefone. A escola não autoriza a saída antecipada sem uma justificativa que recomende tal procedimento.

18. Os pais deverão acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos, bem como suas atitudes no contexto escolar.
19. Os boletins e pareceres serão entregues aos pais a cada trimestre.
20. A disciplina (atitudes) é de responsabilidade do conjunto da escola e dos pais.
21. Cabe à família informar à escola o estado de saúde de seu filho. Caso este necessite de afastamento da prática de Educação Física, os responsáveis devem providenciar atestado médico e apresentar à escola.
22. Os estudantes deverão estar vestidos adequadamente para a prática da Educação Física.
23. O momento de merenda no refeitório é momento de integração e exercício de educação. Todos devem comparecer ao refeitório. A merenda de casa deve ser consumida durante o recreio.
24. O andamento do trabalho em sala de aula precisa ser respeitado e sempre que possível não deve ser interrompido, pois quebra o ritmo, a sequência e a concentração. Todos e quaisquer assuntos relacionados aos estudantes (recados, merendas, materiais, solicitações) serão encaminhados através da Equipe Diretiva. Por razões de segurança fica controlado o acesso às salas de aula e a permanência de pais, familiares, amigos e outros nos corredores da escola durante as aulas.
25. A responsabilidade do material escolar é do estudante. Deve ser evitado pelos estudantes trazerem para a escola valores em dinheiro, celulares ou objetos que não integram o material escolar. A escola não se responsabilizará pelos pertences do estudante.
26. Os estudantes são avaliados de forma diferenciada, respeitando tempos e ritmos de aprendizagem. A criança e/ou adolescente é avaliado como parâmetro de si mesmo, ou seja, a partir dos conhecimentos que já construiu de forma individual.

5. Recursos Humanos e Meios Auxiliares

Os recursos humanos são de responsabilidade da mantenedora, ou seja, do Estado do Rio Grande do Sul, bem como os meios auxiliares, destinados à escola segundo legislação vigente.

6. Organização curricular

6.1 Forma de organização do curso

O curso de Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Corinto Ávila Escobar está organizado em anos (1º, 2º e 3º).

6.2 Forma de organização da coletividade escolar

Um dos princípios de nossa pedagogia é o da inserção de educandos e educadores em coletividades de que passam a ser os próprios construtores e gestores, numa combinação da dimensão educativa da convivência no coletivo e da participação ou gestão democrática da escola.

A matriz de organização da coletividade da Escola Corinto é um ensaio da forma de organização que possibilita os educandos a exercerem seu protagonismo de sujeitos de seu próprio processo de ensino aprendizagem. A possibilidade da Escola ir acompanhando o movimento de construção organizativa traz para as ações cotidianas a: unidade, disciplina, participação e criatividade; nem individualismo nem coletivismo; nem democratismo nem autoritarismo; autonomia e liberdade com respeito a uma coletividade maior.

6.3 Tempos Educativos

Um dos aprendizados importantes que construímos em nossa trajetória diz respeito à organização dos tempos educativos da escola. Ela reforça um importante princípio de nossa pedagogia: escola não é só lugar de estudo, e menos ainda um lugar aonde se vai apenas para ter aulas, por melhor que elas sejam, ou devam ser. Se a escola é um lugar de formação humana, as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhadas de modo que se tornem educativas.

Para trabalhar as diversas dimensões da formação humana é preciso planejar outros tempos além das aulas; é preciso ter uma intencionalidade pedagógica em relação a outras práticas educativas ou situações de aprendizado. Assim é preciso planejar coletivamente tempos e espaços para que elas aconteçam, e proporcionar aos educandos condições de gerir o tempo do processo educativo, estabelecendo prioridades e assumindo tarefas, metas e responsabilidades diante disso. A organização dos tempos faz parte do planejamento da escola e deve ser flexível à leitura do processo educativo em cada momento, dentro desse contexto cabe em especial aos professores da Disciplina de Seminário Integrado programar semanalmente atividades de campo. Para que essa prática se efetive, organizamos os educandos por turma (se constituindo grupos de estudo), onde sempre sairão com um professor orientador para desenvolver atividades de campo e pesquisa. Estes se reúnem semanalmente e fazem o diálogo com sua turma sobre o que podemos fazer para melhorar o tema em estudo, que ações enriqueceriam o trabalho, como garantir o melhor aproveitamento do processo pedagógico da turma, da escola e de toda coletividade. Esse é um dos tempos da escola.

Outro tempo educativo é do coletivo de educadores, para efetivar as discussões, planejamento e estudo do processo de ensino aprendizagem, bem como a participação e envolvimento no que diz respeito ao processo como um todo da escola, buscando o envolvimento de todas as áreas do conhecimento. Os coletivos de educadores reúnem-se mensalmente por organização de horários disponíveis de coletivos, independente de turnos que trabalham no ensino médio, juntamente com a equipe da coordenação da escola. Estes realizam avaliações, estudos e planejamento.

Oficinas Pedagógicas e estudos complementares, bem como pesquisa nos espaços da escola, também fazem parte de um dos tempos educativos: são momentos de ação-reflexãoação organizados a partir das necessidades que surgem na prática pedagógica da escola no turno inverso às aulas, com oficinas práticas que demandam os educandos e que fizemos acontecer de acordo com a disponibilidade dos educadores.

Outro tempo educativo que faz parte de nosso PPP, é a participação dos educadores nos cursos, seminários, reuniões promovidos pela escola, CRE, SEDUC, Associações e Movimentos Sociais, no sentido de qualificar cada vez mais o processo de ensino aprendizagem da escola, visando sempre a educação integral do ser humano.

6.4 Conteúdos e metodologias de ensino

Na Escola entendemos por atividades de ensino aquelas voltadas a garantir ou orientar processos de aprendizagem relacionados especialmente à dimensão do estudo e da pesquisa, desenvolvidos principalmente no tempo aula e afins.

Conteúdos são basicamente os focos do estudo e ou do aprendizado pretendido em cada componente curricular / área do conhecimento; e metodologias são as formas ou métodos específicos de desenvolver ou de conduzir o estudo ou orientar o aprendizado pretendido. Algumas orientações gerais sobre a escolha de conteúdos e metodologias na prática pedagógica de nossa Escola:

1ª) A escolha dos componentes curriculares e os seus respectivos conteúdos tem como parâmetros principais: as características dos educandos e dos educadores envolvidos, as dimensões do nosso projeto de formação do ser humano, os objetivos específicos da escola, o momento histórico em que o processo pedagógico se realiza, e a legislação educacional em vigor.

2ª) É reservado um tempo para reflexão específica sobre os conteúdos de ensino de modo a relacioná-los ao processo pedagógico mais amplo que está sendo vivido pelos educandos. Esse tempo está reservado na hora-atividade de cada educador e organizado pela supervisão da escola. Ao Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico cabe dialogar com os professores para garantir esta sintonia.

3ª) As metodologias precisam ser escolhidas em função dos aprendizados que se quer ajudar a construir. Não temos na Escola uma opção específica de método de ensino, mas trabalhamos com algumas orientações metodológicas principais: (a) definir metas de capacitação ou aprendizados básicos para cada componente curricular ou atividades a ele relacionadas; (b) buscar desenvolver a relação prática – teoria – prática em duas dimensões básicas: que os educandos consigam vincular os aprendizados com as questões da sua vida em geral, e do seu trabalho em particular, qualificando sua leitura da realidade; e, sempre que possível, o componente inclua aprendizados ligados ao fazer, desenvolvendo habilidades, métodos e posturas; (c) utilizar metodologias que exijam a participação direta dos educandos: expressando opiniões, tomando posições, perguntando, realizando obras, apresentando o produto de suas leituras, pesquisas, ações...; também ouvindo e se concentrando em exposições, leituras ou

exercícios; nossas salas de aula e de estudo precisam ser espaços que alternem tempos de silêncio fecundo, para as leituras, estudos, reflexões, produção de textos, e de discussões, debates, expressão acalorada de convicções, sentimentos, pontos de vista...; (d) combinar ações ou tarefas feitas em grupos e feitas individualmente, tendo presente os aprendizados diferenciados que envolvem; (e) garantir a apropriação das ferramentas e não apenas dos conteúdos em si mesmos: aprender como se aprende, construir métodos de estudo, de trabalho em equipe são aprendizados importantes para que os educandos se assumam como sujeitos de seu próprio processo de formação, e o continuem depois que saírem da Escola.

4ª) Uma reflexão sistemática sobre estas questões deve integrar o plano de formação de nossos educadores.

6.5 Processo de avaliação

A avaliação em nossa escola objetiva acompanhar, intervir, redimensionar a ação pedagógica, subsidiando permanentemente os educadores e o coletivo da escola. Considera-se o momento de problematizar o trabalho educativo, não só o que diz respeito às questões relacionadas às aprendizagens, mas também o currículo, as formas de organização, as relações estabelecidas na escola e comunidade, as atitudes, as escolhas e as possibilidades construídas. A escola assegura uma articulação com a família no acompanhamento dos educandos ao longo do processo, informando-os, dialogando e construindo alternativas e ações para o avanço dos educandos no processo ensino aprendizagem. A frequência, a participação do educando, o desenvolvimento, o aproveitamento escolar, primando pela formação integral dos educandos do ponto de vista pedagógico, social e humano.

Para corresponder aos objetivos de educação propostos neste PPP, organizamos a avaliação nos seguintes momentos:

6.5.1 Registro do desenvolvimento do educando: avaliação contínua, sistemática e processual. Os registros do desenvolvimento de cada educando é imprescindível para garantir o acompanhamento dos mesmos. O educador registra, arquiva, anota elementos de avanços, de limites do educando, faz auto-avaliação com os mesmos e oportuniza a família também emitir seu parecer de forma oral para o coletivo de educadores.

6.5.2 Conselho de classe participativo: são espaços de efetivar a avaliação dialógica, com compromisso com o estudo, a formação de cada educando. É um espaço de divisão de responsabilidades da instituição escolar e comunidade. Este momento avalia-se cada sujeito e cada instância da escola envolvida no processo educativo, e como afirma Luckesi (1986,p.36) “o momento de avaliação deveria ser um momento de fôlego na escola, para em seguida, ocorrer a retomada da marcha de forma adequada e nunca um ponto definitivo de chegada”.

Os conselhos de classe participativos acontecerão ao final de cada trimestre, a partir da metodologia proposta, com três momentos básicos: - os educadores se reúnem para dialogar sobre cada educando. Sistematizam o processo pedagógico da escola, nos diversos aspectos que envolve a participação do educando, elaborando um parecer

descritivo de cada um; cada educando faz uma auto-avaliação em forma de parecer descritivo do seu desempenho, participação, atitudes e aprendizado; realização de um encontro coletivo por turma entre educandos, educadores e pais. Os educadores relatam seu parecer um por um, os educandos fazem sua auto avaliação, os pais relatam sobre seu filho os avanços e os limites. Após feito de cada um, o coletivo poderá complementar com análises, sugestões, questionamentos, desafios e encaminhamentos futuros a serem seguidos. Este momento fica sobre responsabilidade do educador regente da turma, contando sempre com os demais educadores e com alguém da coordenação da escola. Neste momento é que se realiza o parecer final do trimestre de cada educando.

6.5.3 Os pareceres descritivos: Pensando na avaliação dialógica, processual, diagnóstica e de encaminhamento, não basta constatar os limites e os sucessos. Cabe à escola buscar soluções para o avanço dos educandos, no sentido de possibilitar os mesmos a se enxergarem dentro desse processo e que cabe também a eles as mudanças necessárias para progressivamente irem a construindo sua aprovação. O parecer descritivo cumpre parte dessa função, descrever com fundamento científico, os conhecimentos trabalhados, os objetivos previstos no trimestre, explicitar de forma clara, objetiva e de fácil compreensão para a comunidade escolar (educandos e família) o desenvolvimento de cada educando e, finalmente, concretizar encaminhamentos pedagógicos para o sucesso do educando.

As notas, impregnadas na cultura escolar, poderão ainda fazer parte da avaliação no Ensino Médio, de uma forma consultiva e não classificatória, não sendo o instrumento, mas uma forma de que eles se enxerguem mais explicitamente no processo ensino aprendizagem.

6.5.4 Expressão dos resultados: Decorre da análise do desenvolvimento do trabalho escolar durante e ao final do período letivo. Como síntese desta construção, o coletivo dos Professores das Áreas de Conhecimento, em interface com a auto avaliação do aluno, após o planejamento, a execução e a avaliação do desempenho do aluno no seu processo de construção do conhecimento, estabelece, por consenso, como expressão do Resultado Parcial (trimestre) e Final, para Ensino Médio Politécnico, a seguinte formulação:

Construção Satisfatória da Aprendizagem (CSA) – expressa a construção de conceitos necessários para o desenvolvimento dos processos da aprendizagem, embasados na apropriação dos princípios básicos, desenvolvidos na formação geral - das áreas do conhecimento e na parte diversificada, relacionados no Plano de Trabalho do Professor. É atribuída a cada trimestre e ao final do período letivo. Este conceito ao final do período letivo resulta na APROVAÇÃO DO ALUNO.

Construção Parcial da Aprendizagem (CPA) – expressa construção parcial de conceitos sobre o desenvolvimento dos processos da aprendizagem, embasados na apropriação

dos princípios básicos, desenvolvidos na formação geral - nas áreas do conhecimento e na parte diversificada, relacionados no Plano de Trabalho do Professor. É atribuída a cada trimestre e ao final do período letivo. Durante o período letivo este conceito encaminha o aluno às atividades de Plano Pedagógico Didático de Apoio. Ao final do período letivo o aluno que recebe como resultado final o conceito CPA em uma área de conhecimento está aprovado, devendo realizar o PPDA; o aluno que receber CPA ou CRA em apenas uma área de conhecimento, mas com características de dificuldades mais complexas, é considerado CPA, e está aprovado com PROGRESSÃO PARCIAL, devendo realizar o PPDA, construído a partir do parecer descritivo elaborado no Conselho de Classe.

O aluno promovido com Progressão Parcial no final do 1º e do 2º ano será submetido ao Plano Pedagógico Didático de Apoio. Ao final do 3º ano, o aluno será encaminhado ao PPDA na alternativa de Estudos Prolongados.

Ao final do ano letivo o aluno que receber CPA, em mais de uma área de conhecimento é considerado com CRA e está reprovado.

Construção Restrita da Aprendizagem (CRA) – expressa a restrição, circunstancial, na construção de conceitos para o desenvolvimento dos processos da aprendizagem, embasados na apropriação dos princípios básicos desenvolvidos na formação geral- áreas de conhecimento e na parte diversificada, relacionados no Plano de Trabalho do Professor. É atribuída a cada trimestre e ao do final do período letivo. No decorrer do ano letivo o aluno deve ser submetido a atividades constantes no Plano Pedagógico Didático de Apoio.

No final do ano, se este conceito (CRA) for atribuído ao aluno em apenas uma área do conhecimento, transforma-se em CPA e o aluno é APROVADO com Progressão Parcial.

No final do ano, se este conceito (CRA) for atribuído ao aluno em mais de uma área de conhecimento, determina retenção, e o aluno está REPROVADO.

Para os alunos reprovados, considerando que o aluno constrói seu conhecimento em diferentes espaços e tempos, a escola deve possibilitar uma retomada dos resultados do ano anterior, levando em conta a possibilidade de que, entre os períodos letivos, os mesmos tenham construído as aprendizagens necessárias, e demonstrem a superação de suas dificuldades. Neste caso justifica-se que sejam oportunizados mecanismos que possibilitem a continuidade de seus estudos na sua turma de origem, ainda que permaneça indicativo de PP (CPA com PP/PPDA). No caso, utilizam-se os procedimentos próprios para os Estudos de Recuperação.

A avaliação dos alunos com Atendimento Educacional Especializado/AEE é elaborada, trimestralmente, através de Parecer Descritivo Específico.

7 Estágios Obrigatórios e Não-obrigatórios:

A Lei nº11788/08 dispõe sobre estágios obrigatórios e não obrigatório de estudantes e a Deliberação nº 02/09 do CEE, que estabelece normas para a organização e a realização dos

Estágios, definem, também, obrigações da Instituição de Ensino para com os estágios não obrigatórios.

Na Deliberação 02/09 do CEE, Art. 1º, Parágrafo 1º, inciso I:

“I – o estágio, obrigatório, e, não-obrigatório assumido pela instituição de ensino, deverá estar previsto no Projeto Político-Pedagógico;

Para tanto a escola regulamenta neste documento a liberação de estágios não obrigatórios, permitindo estágio de alunos desde que devidamente matriculados contribuindo assim com a instituição.

8 Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei de Estágio n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CALDART, Roseli, Salette. Caminhos para transformação da escola. IN: VENDRAMINI, C. R. E AUED, B. W. (org.) Temas e problemas no ensino em escolas do campo. São Paulo: Outras Expressões, 2012, no prelo.

PACHECO, Eliezer- Organizador. Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Proposta de Diretrizes Curriculares. Fundação Santillana. Moderna, Brasília, 2012.

FREIRE Paulo & SCHOR Ira. Medo e Ousadia – O cotidiano do Professor. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

CALDART, Roseli Salette – Organizadora. Caminhos Para a Transformação da Escola – reflexões desde as práticas da licenciatura em educação do campo. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

CALDART, Roseli Salette – Organizadora. Por Uma Educação Básica do Campo, Coleção 05.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich (Tradução FREITAS, Luiz Carlos). A Escola Comuna. Expressão Popular. São Paulo -2009.

Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra. São Paulo, 2004.

PACHECO, Claudia Bernhardt de Souza. ABC da Trilogia Analítica – Psicanálise Integral. Próton Editora Ltda. São Paulo, 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Ciclo de desenvolvimento humano e formação de educadores. Educação & Sociedade, 1999, Scielo Brasil acesso:www.scielo.br.

APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário sobre a ação participativa na escola Corinto Ávila Escobar (respondido pelo diretor e pela supervisora) **Quem respondeu?**

gp.ebersol@gmail.com

jorgegmattos@gmail.com

geneci-mebersol@educar.rs.gov.br

Qual seu nome?

Geneci Margarida Pacheco Ebersol

Jorge Luiz Gomes de Mattos

Qual cargo que ocupa na gestão da escola?

Como você avalia o espaço físico da escola?

Médio. Faltam salas de aula, sala dos professores, sala de orientação, coordenação e supervisão. Além de não ter quadra de esportes.

O espaço físico da escola é insuficiente, precisaríamos no mínimo mais uma sala de aula, um auditório, uma sala para os professores, um espaço para a biblioteca e uma cozinha e refeitório mais adequadas.

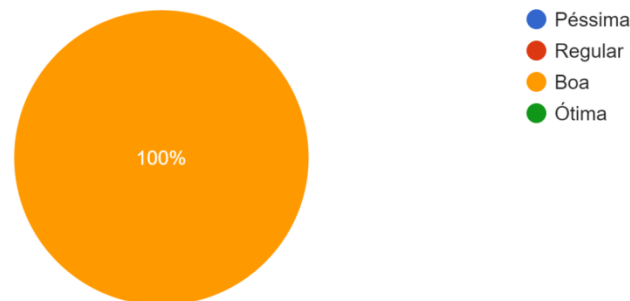
Qual sua avaliação com relação aos recursos de materiais didáticos ofertados pela escola?

Bons

Dentro das possibilidades, os recursos são razoáveis, mas acredito que ainda pode ser melhorado.

Na sua opinião como é a participação do corpo docente e funcionários no cotidiano escolar da escola?

2 respostas



Péssima	0
Regular	0
Boa	2
Ótima	0

Descreva a atuação dos professores nas melhorias das práticas pedagógicas da escola?

Poucos professores tem opinião a respeito.

Noto que ainda existe falta de comprometimento de alguns colegas na melhoria e na inovação de sua prática em sala de aula, mas convém ressaltar também que na escola tem professores que procuram dar o melhor, com práticas focadas na aprendizagem dos alunos.

Como é o interesse dos pais nos diversos assuntos da escola?

Não têm participação efetiva.

A maioria dos pais não demonstram interesse pelos assuntos da escola.

Os alunos têm interesse em participar das ações da escola? Como é a relação da participação dos alunos?

Quando são convidados, participam. Por exemplo, nos jogos de futebol. Apesar de não treinarem na escola, efetivamente.

Grande parte dos alunos se mostram interessados pelas ações da escola, uma parcela dos alunos do Ensino Médio se mostram desinteressados em participar de algumas atividades que para eles são propostas.

Na sua opinião, como a comunidade escolar poderia participar de forma efetiva no cotidiano escolar?

Através de chamamento da própria escola. Eventos que a escola poderia proporcionar.

Neste quesito, acredito que reuniões mais seguidas com a comunidade escolar poderia ser um facilitador para uma participação mais efetiva da comunidade no cotidiano escolar.

Com relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, como você acha que esse poderia ser construído de forma participativa?

Com certeza. Com a participação da comunidade escolar.

Ouvindo a comunidade escolar, professores, pais, alunos, com reuniões por segmento, com questões pré definidas que ajudarão na sua construção. Mas se houver dificuldade de se reunir o segmento pais, poderemos mandar as questões para eles responderem e retornar.

Na sua opinião, o que poderia ser acrescentado no PPP atual para fomentar a ação participativa coletiva na comunidade escolar?

Uma maior aproximação da equipe escolar com as famílias dos estudantes

Penso que toda a comunidade tem suas dificuldades, seus anseios, suas necessidades. Precisamos construir um PPP que leve em conta estas questões, em virtude disso, precisamos acrescentar neste documento questões que atenda os anseios da comunidade escolar, sempre dialogando com todos os segmentos.

Apêndice 2: O Novo P.P.P



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
5ª COORDENARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO MÉDIO CORINTHO ÁVILA ESCOBAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DA

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO CORINTHO ÁVILA ESCOBAR

HERVAL - RS

2024

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Estabelecimento: Escola Estadual de Ensino Médio Corinθο Ávila Escobar

Endereço: Rua Pedro Osório nº 130/1 - 2º Distrito: Basílio

Cidade: Herval – RS **CEP:** 96310-000

Fone: (53) 984838013

E-mail.: eeem.corinthoavilaescobar@gmail.com

Diretor: Jorge Luiz Gomes de Mattos

Vice-Diretor: José Luiz Afonso Giozza

Coordenador Pedagógico: Renato Remédios Pinto

Atos legais

Criação: Decreto de Criação nº510 de 14/03/1945

Transformação: Decreto de Transformação nº48.939 de 20/03/2012

Credenciamento: 24/03/2014

Autorização: 613/2017 de 25/10/2017

Designação do Nome da Escola: Decreto (20/03/2012).

SUMÁRIO:

1 Justificativa	5
2 Objetivo Geral	6
2.1 Objetivos Específicos	6
3 Marco Teórico – Metodológico	7
3.1 Conceção de sociedade	7
3.2 Conceção de Escola	8
3.3 Conceção de conhecimento	8
4 Princípios	11
4.1 Diretrizes	12
5 Recursos humanos e meios auxiliares	15
6 Organização Curricular	15
6.1 Forma de organização do curso	15
6.2 Forma de organização da coletividade escolar	15
6.3 Tempos educativos	15
6.4 Conteúdos e metodologias de ensino	16

6.5 Processo de avaliação	17
6.5.1 Registro do desenvolvimento do educando	17
6.5.2 Conselho de classe participativo	18
6.5.3 Os pareceres descritivos	18
6.5.4 Expressão dos resultados	18
7 Estágios obrigatórios e não obrigatórios	19
8 Dos Espaços de Convivência.....	20
8.1 Refeitório.....	20
8.2 Salas de Aula.....	20
8.3 Banheiros.....	20
8.3 Banheiros.....	20
9. Da Participação dos Alunos.....	20
10 Referências Bibliográficas	21

1. Justificativa

A intenção deste projeto político pedagógico é balizar as ações da Escola Estadual de Ensino Médio Corinto Ávila Escobar, trazendo para o bojo da educação o compromisso social e pessoal, assim como a reflexão crítica da realidade atual. Refletir a visibilidade de direitos, de inclusão e de cidadania considerando o ser humano como centro das ações e suas múltiplas necessidades, as quais vão desde biológicas, sociais, culturais, cognitivas e psicológicas à amplitude da complexidade humana, fazem parte de nossa formação.

Na sociedade atual necessitamos mais do que uma educação fragmentada ou que apenas esteja voltada para as necessidades do mercado. É necessário construir uma educação preocupada com a formação humana e com o movimento da história. Uma educação que desenvolva um conjunto de capacidades, onde o ser humano possa se desenvolver o máximo possível, que seja um sujeito que pensa, analisa, reivindica, luta pelos seus direitos e se organiza para concretizá-los.

O Brasil desenvolveu rapidamente o pensamento neoliberal ou do mercado. Do ponto de vista tecnológico, a escola não tem condições de competir na informação com as redes de rádio, jornal, televisão, internet, redes sociais entre outros, mas ela tem o papel de dar elementos para analisar a informação, estimulando a reflexão e a análise como base para a formação dos princípios básicos das ciências do homem e das ciências da natureza.

A cultura globalizada, que nos vem imposta de alguns países, principalmente dos EUA acaba por dizimar as culturas locais e os saberes locais, que são instrumentos de construção de conhecimento formando um cidadão universal. Este deve estar melhor preparado para

influenciar, querer desenhar sociedades mais humanas em que os seres humanos possam viver com mais dignidade, direitos e felicidade.

A escola tem a tarefa de educar sujeitos sociais e envolver a vida como um todo. Para isso se faz necessário integrar os componentes curriculares, articulando-os para melhor desenvolver noções e associações que reflitam as habilidades e competências. O currículo não pode ser estanque com uma visão padronizada, deve-se buscar a singularidade da realidade onde a escola está inserida. Cada contexto explica sua realidade.

O trabalho é uma das dimensões da vida que marca o jeito de ser de cada pessoa. Construir novas relações de trabalho, de produção possibilita produzir conhecimento, habilidades e potencialidades pedagógicas de forma mais educativa, possibilitando a percepção do vínculo com as demais dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, suas atitudes e suas percepções perante a vida. Por isto a Escola Corinto precisa se vincular ao mundo do trabalho e se desafiar a educar para o trabalho e pelo trabalho.

A articulação entre as áreas do conhecimento com o desenvolvimento psico-fisiológico da criança, adolescente, jovem e adulto visa construir auto-estima, autonomia, criatividade, cooperação; levando em consideração a individualidade de cada educando como ser único, que deve integrar-se ao mundo que vive, afirmando-se como sujeito de decisão e possibilitando a consciência da construção da cidadania de forma individual e coletiva.

2. Objetivo Geral

Desenvolver uma proposta educativa que tenha como função pedagógica oportunizar ao educando uma educação integral, visando propor condições de ensino aprendizagem para a formação de cidadãos participativos, construtivos, responsáveis, comprometidos com a realidade da comunidade, respeitando e considerando as diferentes formas de pensamento, promovendo, assim a valorização do ser humano.

Proporcionar um ambiente educativo que desenvolva integralmente os educandos, como pessoas, profissionais e como sujeitos sociais e históricos.

Proporcionar vivências e exercícios práticos de trabalho cooperativo e de educação para cooperação.

Formar educadores sensíveis e qualificados para motivar os educandos para viver as qualidades e riquezas humanas, participando de um projeto de humanização das pessoas, visando um projeto histórico de transformação social, para um novo projeto de país, incluindo uma nova forma de pensar e de fazer educação, tornando a escola mais próxima do povo do campo e da cidade.

2.1 Objetivos Específicos

- Garantir o acesso a todos de um ensino qualificado, a permanência e aprendizagem, sem discriminação de qualquer natureza, proporcionando de forma integral o desenvolvimento do educando, para exercício da cidadania.
- Trabalhar a visão de mundo no que se refere à qualificação profissional, interagindo junto à comunidade através das reais necessidades, viabilizando a transformação do cidadão através do desenvolvimento de senso crítico, ampliando assim a visão no que se refere aos seus limites de convivência, como atuante no espaço social que está inserido.
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e cálculo.
- Compreender o ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e de valores que fortaleçam os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e a tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências, noções e conceitos na formação de atitudes e valores.
- Construir alternativas para a defasagem entre idade e escolaridade, bem como, idade e conhecimento, resgatando e desenvolvendo auto-estima, autonomia, responsabilidade, respeito e integração; buscando novas alternativas para lidar com o fracasso escolar, a repetência e a evasão, respeitando tempos e ritmos de aprendizagem.
- Apresentar uma estrutura institucional de que dê conta da efetiva instauração deste processo, de acordo com as premissas que sustentem a concretização deste projeto.

3. Marco Teórico-Metodológico

3.1 Concepção de sociedade

O ser humano não nasceu para viver isolado. Desde a sua criação, a humanidade vive em grupo, se relacionando para se proteger, partilhar, viver a sua afetividade e sexualidade. Se queremos uma sociedade mais justa e melhor implica sermos justos conosco e com os outros. Poderíamos dizer que a “função da educação deverá ser de orientar o indivíduo para o uso da sua verdadeira liberdade – ou seja, o ser humano só não é livre para agredir, explorar, aprisionar, destruir-se e aos outros, viver na preguiça e alienação – mas é absolutamente livre para tudo o que quiser fazer, desde que isso lhe traga benefícios e à humanidade.”(Pacheco 2003)

Se queremos mudar a sociedade para melhor, não podemos só esperar pelos outros. Faz-se necessário questionarmos e refletirmos sobre nossas atitudes e nossos relacionamentos.

A sociedade ideal deve ser fundamentada nos princípios da participação, fraternidade, igualdade, democracia e justiça; onde o trabalho, a colaboração, a união, a valorização da vida

e a busca do bem comum estejam presentes nos esforços e na consciência de cada um, para sanar em conjunto os problemas estruturais.

Precisamos de uma sociedade com valores éticos e morais bem definidos, primando pela solidariedade, compreendendo que nem todos tem os mesmos dons, a mesma força para enfrentar o mundo; uma sociedade que resgate a espiritualidade, fortaleça os laços de fraternidade, companheirismo e diálogo. Uma sociedade a serviço da dignidade, da ética profissional, do amor, da responsabilidade e da igualdade de direitos entre as pessoas.

Nesta sociedade deve prevalecer o respeito, a verdade, a compreensão, a honestidade. Para tanto todos temos um papel a desempenhar, devendo nos comprometer com a lealdade a causa que defendemos, a autenticidade, priorizando o ser humano, respeitando seus direitos, cumprindo com os deveres e adotando princípios de ética, participação e coletividade. Pois “defendemos um projeto de educação vinculado a um projeto político de transformação social, de classe e voltado a formação integral dos trabalhadores e que articule diferentes ações no plano de trabalho, da cultura, da participação social, da formação política e ideológica e da educação escolar”.(Caldart, cadernos do ITERRA 2010).

3.2 Concepção de escola

A escola é espaço onde a comunidade escolar (professores, funcionários, estudantes, pais e demais envolvidos) vai gestar uma nova sociedade. Num mundo que caminha cada vez mais para o individualismo, a competição e a exclusão, a Escola pode mostrar e experimentar que é possível a solidariedade, a inclusão e a fraternidade. A escola que desejamos está em constante construção, sendo reavaliada e repensada sempre.

A prática pedagógica deve romper com a atual fragmentação das disciplinas, de forma que o conhecimento seja entendido como um todo que deve ser relacionado com o despertar das consciências para a construção de um mundo mais justo para todos. De maneira que sua organização Curricular permita qualificar o trabalho pedagógico em função dos objetivos da educação básica superando as formas já existentes.

A escola frente às transformações político-sociais deve introduzir aos educandos uma vida equilibrada na sociedade, tornando-a um ser responsável, participativo, crítico, autodeterminante, democrático, fazendo com que este assuma uma posição perante a sociedade.

A escola deve ser um espaço onde as decisões são tomadas em conjunto, e permanência a um ensino de qualidade. Deve estar envolvida com a comunidade em permanente ação-reflexão-ação. Deve trabalhar valores referenciais e elaborar novos; um lugar onde o educando não seja rotulado de incapaz, de sem-solução e não haja preconceitos de qualquer tipo.

A escola deve estar voltada para desenvolver as potencialidades dos estudantes, ser atrativa e não uma mera reprodutora de conhecimentos. Deve ser como eixo irradiador de aprendizagem, com missão de fazer pensar, descobrir e construir um educando que saiba bem monitorar sua vida, que lance perguntas pertinentes e que seja agente de sua história, que saiba pensar sozinho e não pensado pelo outros, que esteja em constante pesquisa.

Precisa-se de uma escola onde haja envolvimento, respeito mútuo, valorização e conscientização para descobrir, construir conhecimentos e valores, fazendo com que ela seja realmente o seu segundo lar, oportunizando aprender a aprender, com práticas eficientes e reais aos seus anseios e necessidades.

Precisa-se de uma escola que disponha de recursos materiais e humanos necessários à implementação de uma política pedagógica voltada para real efetivação do aprendizado, com investimento em educação. Esta escola não será construída com facilidade, pois terá que trabalhar, pesquisar e deparar-se com interesses divergentes e, através do conflito, construir sua identidade de escola cidadã.

Uma escola pautada no coletivo, com parcerias das instituições locais organizadas, presente nos espaços democráticos representativos da comunidade.

Escola Voltada aos interesses do campo, promotora de desenvolvimento local, caracterizando-se como espaço de participação social, de vivências, de produção do saber e do conhecimento. Escola esta que não está alheia às necessidades locais, valorizando o acúmulo de saberes da cultura local.

A participação da escola sintetiza-se em colocar conhecimento na realidade dos educandos.

Esta escola é um espaço de formação e não apenas de aprendizagem.

3.3 Concepção de conhecimento

O conhecimento é parte integrante da formação humana. Podemos classificá-lo como científico, popular e escolar.

Desenvolver a capacidade de estudo e pesquisa em nossos educandos é um princípio fundamental do processo ensino aprendizagem, pois este reforça a importância do conhecimento. Quem não conhece a realidade não consegue participar como sujeito de sua transformação. Como nos diz Bertold Brecht “precisamos da ciência que nos ajuda a diminuir a miséria humana”. Também o educador Paulo Freire nos diz que “devemos dar ao povo ferramentas de libertação da sua opressão” e para complementar poderíamos usar a frase de grande educador cubano José Martí, que nos fala: “o estudo e a pesquisa é um modo de resolver nossos problemas de ser humano”. Para tanto precisamos construir aprendizados que realmente possam fazer a diferença na vida dos educandos e organizar o todo da escola a serviço deste projeto.

O educando deve ter compreensão da sociedade na qual está inserido. Além de propostas é necessário que estas sejam assumidas e realmente efetivadas. Ou seja, organizar espaços em que corpo docente não esteja vinculado apenas ao livro didático, a preocupação exagerada de

quantidade de conteúdos desenvolvidos, e sim de fazer a seleção necessária dos conteúdos que envolvam outros, não exigindo da criança uma “decoreba” que não rende frutos reais de aprendizagem. Organizar os estudos por área do conhecimento reorganizando o trabalho pedagógico entre os educadores sendo um elo facilitador da construção de um currículo que integre conhecimentos gerais e específicos.

Lugar em que o estudante aprenda a aprender, compreendendo que o erro faz parte da construção do conhecimento e não é vergonhoso, é uma etapa do aprendizado. Ou seja, lugar em que o estudante não tenha medo de correr riscos, sabendo que tudo é parte do processo crescimento e aprendizado.

A avaliação e a auto avaliação de educadores e educandos é um processo fundamental na escola, sendo trabalhado de maneira coletiva e integrado; motivando e incentivando a todos no sentido de que “sejam capazes de desenvolver o imaginário dando a condição ao ser humano de olhar e perceber o invisível”(Caldart, 2007).

3.4 Concepção de educando

O educando é um sujeito histórico, cujo passado, infância tem muita importância. A relação com os pais, colegas, sociedade são aspectos fundamentais no desenvolvimento dos educandos. “As injustiças por parte das pessoas mais próximas, como também da própria sociedade (repressão e exploração) tem um forte efeito. Mas isto não elimina a responsabilidade do ser humano nas suas escolhas de como encarar as situações da vida”. (Pertty, 2009)

Só “existe responsabilidade na liberdade e a liberdade implica na responsabilidade. Sendo o ser humano um ser social dotado de infinitas capacidades, riquezas humanas co-responsável pela sociedade em que vivemos e queremos, ele precisa ser estimulado, motivado e despertado para assumir a transformação de si mesmo bem como da sociedade”.(Pertty, 2009) Por isso deve ser um ser transformador, capaz de causar mudanças no meio em que vive. Com senso crítico, posicionando-se diante das possibilidades de transformação, escolhendo com competência o que pode servir ao bem comum.

O ser humano na sua essência é honesto, simples, carinhoso, fraterno, compreensivo, consciente, companheiro, solidário, alegre, amoroso, verdadeiro e criativo na busca constante de melhorias para a sua vida e a vida de todos. A escola prima para que se fortaleça a responsabilidade e os compromissos com a vida. O saber respeitar a sua liberdade e a liberdade dos outros, praticando a vivência da justiça para si e seus semelhantes são ações imprescindíveis em nosso conceito de educação.

Sendo o educando um ser social, inacabado e agente de sua própria história, torna-se necessário que compreenda a sua realidade sabendo explicá-la e transformá-la.

Para isso a escola pretende contribuir na construção de cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país, conhecedor de seus direitos e cumpridor de seus deveres.

3.5 Concepção de educador

O educador deve ser um facilitador, um orientador e um pesquisador. Não basta que ele seja preparado tecnicamente, mas também esteja aberto as mudanças e ao diálogo. “Na perspectiva libertadora, o professor tem o direito, mas também o dever de contestar o status quo, especialmente no que diz respeito às questões da dominação de sexo, raça ou classe.” (Paulo Freire, 1986)

Precisa ajudar o estudante a se organizar, a estudar, a pesquisar, a se encontrar enquanto sujeito de transformação, numa metodologia que venha de encontro às necessidades dos mesmos. Não deve propor a reprodução do conhecimento e sim proporcionar condições para a produção do conhecimento. Para tanto, o professor deve ser um mediador entre a sociedade da informação e os educandos, no sentido de possibilitar-lhes, pela reflexão crítica e adquirirem a sabedoria necessária a permanente construção do ser humano.

Na construção da identidade profissional, o educador deve sempre buscar atualização, abrindo-se a inovações, buscar sempre a participação do estudante, socializando informações, decidindo coletivamente, incentivando o respeito às diferenças e desencadeando alternativas para a formação de uma sólida cultura democrática.

Um educador comprometido com as questões sociais, e conhecedor das problemáticas locais. Um mediador do conhecimento, sendo problematizador, criando situações de aprendizagem, instigando a curiosidade e proporcionando situações de pesquisa e busca pelo conhecimento.

Um educador atualizado em formação continuada, com condições de recursos para desenvolver seu planejamento.

O educador deve ser o primeiro a aprender a pensar, reconstruir, elaborar, planejar e avaliar, sempre repensando e redimensionando sua prática pedagógica. Deve instigar dúvidas em seus estudantes, levando-os a problematizar questões e buscar alternativas para soluções.

O importante é estar comprometido com a realidade do educando e estar sempre com olhos abertos e voltados para as necessidades e anseios dos educandos e da sociedade como um todo, na qual se insere a criança, o jovem ou o adulto que está em suas mãos.

O estudante que convive neste contexto escolar com certeza encara a vida com mais alegria, amor, e condições de enfrentar a realidade que se apresenta.

O contexto escolar apresenta uma realidade desafiadora. O desafio é de todos, pais, educadores, educandos e comunidade escolar, na tentativa de buscar o engajamento do estudante e torná-lo mais participante, ativo, crítico, interessado, curioso e desafiador, para isso

é necessário procurar caminhos que envolvam o estudante nas atividades e tarefas propostas. Para tanto devem ser oferecidos estímulos que desenvolvam suas capacidades, habilidades e potencialidades, sua auto-confiança e auto-estima, de modo a relacionar-se com o objeto de estudo, com o mundo, seus semelhantes e as coisas que o cercam de forma mais humana, justa e igualitária.

4. Princípios

Para o desenvolvimento das atividades pedagógicas que levem em conta o conjunto das dimensões da formação humana, faz-se necessário ter o ser humano como centro da vida escolar, trabalhando-os como sujeitos sociais de direitos em construção, respeitando suas temporalidades. Não podemos tratar os educandos como mercadorias a serem vendidas no mercado. Para realizar a tarefa educativa de humanização, é preciso perceber, sentir, e levar em conta os ciclos da natureza, de forma especial, os ciclos da vida humana com os quais estamos convivendo e queremos construir.

Nossos sujeitos são do campo, herdeiros de uma identidade camponesa em formação, e queremos que estes possam ser mais humanos e não apenas sabedores de conteúdos e meros dominadores de competências e habilidades técnicas. Em nossa escola é vital que os educadores cultivem em si e ajudem a cultivar nos educandos os princípios de um ser humano que viva de acordo com sua essência, com sensibilidade, com valores humanistas e ambientais.

Para que isto aconteça à escola precisa sair de si mesma, reconhecendo e valorizando as práticas educativas que acontecem fora dela. A escola precisa pensar para além dos muros da escola, precisa romper com os paradigmas da educação bancária, concepção que segundo Freire(1987), além de fragmentar o ensino, coloca o professor na postura de quem “tudo sabe” e o aluno de quem “nada sabe”. Para romper com isto é preciso envolver todos os sujeitos, comunidade e escola na vida das pessoas. Nesse contexto buscamos nos embasar nas Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, no parágrafo único, que diz:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, encorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, ciências e tecnologias disponíveis na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções e a qualidade social da vida coletiva no país.(Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2004, p.41 – 42)

A educação é a humanização das pessoas. E a escola é o lugar de formação humana. O cultivo da identidade camponesa contribui para que o educando descubra outras dimensões da sua própria identidade. Busca uma visão de totalidade, igualdade social e de respeito às diversidades culturais possibilitando aos educandos conhecerem que o campo é uma opção de

vida, de trabalho, de desenvolvimento social, de cultura constituída por meios de políticas públicas e de cidadãos de direitos.

Um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la, já dizia um grande filósofo, por isso o cultivo da memória e o aprendizado da história, torna-se necessário para compreender a nossa própria vida aprendendo a respeitar, a olhar com perspectiva histórica num movimento permanente entre passado, presente e futuro, compreendendo suas relações com outras ações.

A escola do campo dialoga com as matrizes formadoras do ser humano, dentre as quais podemos destacar duas: a matriz do trabalho e a matriz da cultura. A matriz do trabalho recupera a dimensão formadora do ser humano, pois é através do trabalho que o homem possui a capacidade de realizar/produzir coisas e de transformar o meio social onde vive. Do mesmo modo a matriz pedagógica da cultura recupera para o ser humano as vivências, memórias e identidades, as referências coletivas e os processos históricos que o ser humano foi construindo.

4.1 Diretrizes

1. Busca da construção de uma educação como processo permanente de formação e transformação, abrangendo o conhecimento científico, com conteúdos socialmente úteis e voltados para o campo; à escola deve organizar-se coletivamente desde o planejamento do trabalho partindo das reais necessidades dos sujeitos educandos, para que o projeto seja articulado e passe a ser de comprometimento de todos, visando a cooperação e a construção de novos sujeitos sociais com princípios e valores humanos.
2. A necessidade é de que todos estejam trabalhando/produzindo conhecimento, pois educação não é algo oferecido às pessoas, mas construído e pensado por elas. E a escola sendo uma instituição, mais do que repetir o já conhecido, copiar o já registrado ou reproduzir as relações sociais existentes, precisa ensinar os sujeitos sociais a conviver melhor. E para isso alguns princípios e regras de convivência, bem como princípios legais, são indispensáveis. Como nos diz Paulo freire “a escola progressista tem que se comprometer com o gentificar-se e não com desgentificar-se”.(2002). O respeito a si próprio e a todos educandos, educadores, funcionários e visitantes é concretude de nossos princípios humanos. Não serão toleradas agressões e ofensas no ambiente escolar. Quanto às conseqüências de quebrar as regras, a disciplina não tem caráter punitivo, mas de orientação, conscientização e quando necessário com conseqüências de conduzir o educando a Órgão competente, depois de comunicada a família.
3. Quanto à organização e bom andamento do processo ensino-aprendizagem é necessário à interação entre educador e educando, principais sujeitos no processo, visando uma relação de respeito, ética e responsabilidade de ambos.

4. Observando a importância do envolvimento do educando nas atividades pedagógicas não é permitido durante estas o uso de aparelhos eletrônicos, para outros fins que não sejam escolares, devendo ser recolhido pelo professor e/ou direção da escola (supervisor, orientador, vice-diretor e/ou diretor), sendo o aparelho entregue ao aluno no final do turno escolar. Caso seja constante o uso indevido desses aparelhos a devolução se fará aos pais ou responsável pelo educando.
5. Caso o estudante apresente atitudes inadequadas ao recinto escolar, ferindo os princípios de convivência, as relações e respeito ao indivíduo ou ao coletivo, o mesmo será encaminhado à Direção onde será registrado em livro próprio o caso em acontecimento e o estudante assinará o compromisso da busca na construção de respeito e solidariedade em sua relação com o meio escolar.
6. Caberá a toda comunidade escolar zelar pelo patrimônio da escola, sendo necessário ressarcir e repor sempre que este for extraviado e danificado, bem como cuidar de seu material pessoal.
7. As atitudes inadequadas ao convívio escolar serão avaliadas mediante ao contexto do fato ocorrido; seja ela de violência (física ou verbal), apropriação indevida de objetos, falsificação de documentos ou assinaturas e ainda faltas à aula propositalmente mantendo a permanência nas imediações da escola será solicitada a presença dos pais. Esgotadas as tentativas de solução do problema por meio de todos os processos internos e consequências em quebrar as regras* da escola, esta buscará meios legais para a solução (Família, Conselho Escolar, Conselho Tutelar, Ministério Público e Polícia Civil, em caso de danos).
8. Caberá à família encaminhar justificativa, sempre que o educando faltar por problema de saúde, possuindo assim construção pedagógica de qualidade.
9. Após três dias consecutivos de falta, sem justificativa coerente, será enviado bilhete à família alertando para o fato. Em caso de voltar a acontecer a família será convidada a comparecer à escola.
10. O educando, ao estar matriculado em nosso espaço escolar, necessita interagir e auxiliar participando do bom convívio no contexto sócio-educativo. Sendo assim, o mesmo deverá manter as determinações elaboradas através do Plano de Estudos e Regimento Escolar.

11. A construção do saber não se dá de forma isolada, sendo importante estarem sempre abertos ao diálogo, idéias e diferentes questionamentos. Sendo assim, é primordial que cada um saiba seu papel no contexto escolar onde todos interajam e aprendam através da prática, teoria e atividades éticas a construir e transformar nossa realidade sócio-educativa.
12. A participação é fundamental para a boa estrutura e crescimento na formação educacional e pedagógica, sendo esta realidade tanto individual como coletiva.
13. É importante respeitar e valorizar as diversidades do grupo, através de um convívio pluralista, onde haja solidariedade e respeito mútuo.
14. Respeitar todas as culturas religiosas, dimensões comunitárias e educativas.
15. Zelar pelo meio ambiente com finalidade de valorizar nosso espaço de convívio, fazendo com que este seja um espaço agradável e de defesa ecológica, onde possamos consciente contribuir para um planeta mais limpo, puro e saudável.
16. Cada turma deverá, junto com o professor conselheiro, construir e manter no cotidiano uma proposta de convivência, baseada nas discussões realizadas pelo coletivo da escola a partir dos conselhos de classe.
17. As saídas que antecederem o horário, devem ser comunicadas ou justificadas pelos responsáveis, mediante a presença dos mesmos ou bilhetes devidamente assinados. Sempre que a escola entender como necessário, às solicitações serão confirmados por telefone. A escola não autoriza a saída antecipada sem uma justificativa que recomende tal procedimento.
18. Os pais deverão acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos, bem como suas atitudes no contexto escolar.
19. Os boletins e pareceres serão entregues aos pais a cada trimestre.

20. A disciplina (atitudes) é de responsabilidade do conjunto da escola e dos pais.
21. Cabe à família informar à escola o estado de saúde de seu filho. Caso este necessite de afastamento da prática de Educação Física, os responsáveis devem providenciar atestado médico e apresentar à escola.
22. Os estudantes deverão estar vestidos adequadamente para a prática da Educação Física.
23. O momento de merenda no refeitório é momento de integração e exercício de educação. Todos devem comparecer ao refeitório. A merenda de casa deve ser consumida durante o recreio.
24. O andamento do trabalho em sala de aula precisa ser respeitado e sempre que possível não deve ser interrompido, pois quebra o ritmo, a sequência e a concentração. Todos e quaisquer assuntos relacionados aos estudantes (recados, merendas, materiais, solicitações) serão encaminhados através da Equipe Diretiva. Por razões de segurança fica controlado o acesso às salas de aula e a permanência de pais, familiares, amigos e outros nos corredores da escola durante as aulas.
25. A responsabilidade do material escolar é do estudante. Deve ser evitado pelos estudantes trazerem para a escola valores em dinheiro, celulares ou objetos que não integram o material escolar. A escola não se responsabilizará pelos pertences do estudante.
26. Os estudantes são avaliados de forma diferenciada, respeitando tempos e ritmos de aprendizagem. A criança e/ou adolescente é avaliado como parâmetro de si mesmo, ou seja, a partir dos conhecimentos que já construiu de forma individual.

5. Recursos Humanos e Meios Auxiliares

Os recursos humanos são de responsabilidade da mantenedora, ou seja, do Estado do Rio Grande do Sul, bem como os meios auxiliares, destinados à escola segundo legislação vigente.

6. Organização curricular

6.1 Forma de organização do curso

O curso de Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Corinto Ávila Escobar está organizado em anos (1º, 2º e 3º). O Ensino Fundamental também está organizado em anos (1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º)

6.2 Forma de organização da coletividade escolar

Um dos princípios de nossa pedagogia é o da inserção de educandos e educadores em coletividades de que passam a ser os próprios construtores e gestores, numa combinação da dimensão educativa da convivência no coletivo e da participação ou gestão democrática da escola.

A matriz de organização da coletividade da Escola Corinto é um ensaio da forma de organização que possibilita os educandos a exercerem seu protagonismo de sujeitos de seu próprio processo de ensino aprendizagem. A possibilidade da Escola ir acompanhando o movimento de construção organizativa traz para as ações cotidianas a: unidade, disciplina, participação e criatividade; nem individualismo nem coletivismo; nem democratismo nem autoritarismo; autonomia e liberdade com respeito a uma coletividade maior.

6.3 Tempos Educativos

Um dos aprendizados importantes que construímos em nossa trajetória diz respeito à organização dos tempos educativos da escola. Ela reforça um importante princípio de nossa pedagogia: escola não é só lugar de estudo, e menos ainda um lugar aonde se vai apenas para ter aulas, por melhor que elas sejam, ou devam ser. Se a escola é um lugar de formação humana, as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhadas de modo que se tornem educativas.

Para trabalhar as diversas dimensões da formação humana é preciso planejar outros tempos além das aulas; é preciso ter uma intencionalidade pedagógica em relação a outras práticas educativas ou situações de aprendizado. Assim é preciso planejar coletivamente tempos e espaços para que elas aconteçam, e proporcionar aos educandos condições de gerir o tempo do processo educativo, estabelecendo prioridades e assumindo tarefas, metas e responsabilidades diante disso. A organização dos tempos faz parte do planejamento da escola e deve ser flexível à leitura do processo educativo em cada momento, dentro desse contexto cabe em especial aos professores titulares das disciplinas de Práticas Experimentais de Ciências Humanas; Práticas Experimentais de Ciências da Natureza; Direitos Humanos e Cidadania; Direito Humano ao Desenvolvimento; Mundo do Trabalho e Cultura Digital programar e organizar atividades de campo utilizando metodologias ativas. Os projetos desenvolvidos pelas turmas serão

divulgados para comunidade escolar, para assim, incentivar os alunos a seguirem o tempo educativo e incentivar uma maior participação da comunidade.

Outro tempo educativo é do coletivo de educadores, para efetivar as discussões, planejamento e estudo do processo de ensino aprendizagem, bem como a participação e envolvimento no que diz respeito ao processo como um todo da escola, buscando o envolvimento de todas as áreas do conhecimento. Os coletivos de educadores reúnem-se mensalmente por organização de horários disponíveis de coletivos, independente de turnos que trabalham no ensino médio, juntamente com a equipe da coordenação da escola. Estes realizam avaliações, estudos e planejamento.

Oficinas Pedagógicas e estudos complementares, bem como pesquisa nos espaços da escola, também fazem parte de um dos tempos educativos: são momentos de ação-reflexão-ação organizados a partir das necessidades que surgem na prática pedagógica da escola em sala de aula. Essas oficinas serão ministradas pelos próprios professores, em um formato transversal através de projetos que dialoguem com a identidade e cotidiano dos alunos.

As oficinas pedagógicas terão como uma das intenções potencializar as atividades na horta da escola, com oficinas práticas que auxiliem no cultivo de alimentos.

Outro tempo educativo que faz parte de nosso PPP, é a participação dos educadores nos cursos, seminários, reuniões promovidas pela escola, CRE, SEDUC, Associações e Movimentos Sociais, no sentido de qualificar cada vez mais o processo de ensino aprendizagem da escola, visando sempre a educação integral do ser humano.

6.4 Conteúdos e metodologias de ensino

Na Escola entendemos por atividades de ensino aquelas voltadas a garantir ou orientar processos de aprendizagem relacionados especialmente à dimensão do estudo e da pesquisa, desenvolvidos principalmente no tempo aula e afins.

Conteúdos são basicamente os focos do estudo e ou do aprendizado pretendido em cada componente curricular / área do conhecimento; e metodologias são as formas ou métodos específicos de desenvolver ou de conduzir o estudo ou orientar o aprendizado pretendido. Algumas orientações gerais sobre a escolha de conteúdos e metodologias na prática pedagógica de nossa Escola:

1a) A escolha dos componentes curriculares e os seus respectivos conteúdos tem como parâmetros principais: as características dos educandos e dos educadores envolvidos, as dimensões do nosso projeto de formação do ser humano, os objetivos específicos da escola, o momento histórico em que o processo pedagógico se realiza, e a legislação educacional em vigor.

2a) É reservado um tempo para reflexão específica sobre os conteúdos de ensino de modo a relacioná-los ao processo pedagógico mais amplo que está sendo vivido pelos educandos. Esse tempo está reservado na hora-atividade de cada educador e organizado pela supervisão da escola. Ao Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico cabe dialogar com os professores para garantir esta sintonia.

3a) As metodologias precisam ser escolhidas em função dos aprendizados que se quer ajudar a construir. Não temos na Escola uma opção específica de método de ensino, mas trabalhamos com algumas orientações metodológicas principais: (a) definir metas de capacitação ou aprendizados básicos para cada componente curricular ou atividades a ele relacionadas; (b) buscar desenvolver a relação prática – teoria – prática em duas dimensões básicas: que os educandos consigam vincular os aprendizados com as questões da sua vida em geral, e do seu trabalho em particular, qualificando sua leitura da realidade; e, sempre que possível, o componente inclua aprendizados ligados ao fazer, desenvolvendo habilidades, métodos e posturas; (c) utilizar metodologias que exijam a participação direta dos educandos: expressando opiniões, tomando posições, perguntando, realizando obras, apresentando o produto de suas leituras, pesquisas, ações...; também ouvindo e se concentrando em exposições, leituras ou exercícios; nossas salas de aula e de estudo precisam ser espaços que alternem tempos de silêncio fecundo, para as leituras, estudos, reflexões, produção de textos, e de discussões, debates, expressão acalorada de convicções, sentimentos, pontos de vista...; (d) combinar ações ou tarefas feitas em grupos e feitas individualmente, tendo presente os aprendizados diferenciados que envolvem; (e) garantir a apropriação das ferramentas e não apenas dos conteúdos em si mesmos: aprender como se aprende, construir métodos de estudo, de trabalho em equipe são aprendizados importantes para que os educandos se assumam como sujeitos de seu próprio processo de formação, e o continuem depois que saírem da Escola.

4a) Uma reflexão sistemática sobre estas questões deve integrar o plano de formação de nossos educadores.

6.5 Processo de avaliação

A avaliação em nossa escola objetiva acompanhar, intervir, redimensionar a ação pedagógica, subsidiando permanentemente os educadores e o coletivo da escola. Considera-se o momento de problematizar o trabalho educativo, não só o que diz respeito às questões relacionadas às aprendizagens, mas também o currículo, as formas de organização, as relações estabelecidas na escola e comunidade, as atitudes, as escolhas e as possibilidades construídas. A escola assegura uma articulação com a família no acompanhamento dos educandos ao longo do processo, informando-os, dialogando e construindo alternativas e ações para o avanço dos educandos no processo ensino aprendizagem. A frequência, a participação do educando, o desenvolvimento, o aproveitamento escolar, primando pela formação integral dos educandos do ponto de vista pedagógico, social e humano.

Para corresponder aos objetivos de educação propostos neste PPP, organizamos a avaliação nos seguintes momentos:

6.5.1 Registro do desenvolvimento do educando: avaliação contínua, sistemática e processual. Os registros do desenvolvimento de cada educando é imprescindível para garantir o acompanhamento dos mesmos. O educador registra, arquiva, anota elementos de avanços, de limites do educando, faz auto-avaliação com os mesmos e oportuniza a família também emitir seu parecer de forma oral para o coletivo de educadores.

6.5.2 Conselho de classe participativo: são espaços de efetivar a avaliação dialógica, com compromisso com o estudo, a formação de cada educando. É um espaço de divisão de responsabilidades da instituição escolar e comunidade. Este momento avalia-se cada sujeito e cada instância da escola envolvida no processo educativo, e como afirma Luckesi (1986,p.36) “o momento de avaliação deveria ser um momento de fôlego na escola, para em seguida, ocorrer a retomada da marcha de forma adequada e nunca um ponto definitivo de chegada”.

Os conselhos de classe participativos acontecerão ao final de cada trimestre, a partir da metodologia proposta, com três momentos básicos: - os educadores se reúnem para dialogar sobre cada educando. Sistematizam o processo pedagógico da escola, nos diversos aspectos que envolve a participação do educando, elaborando um parecer descritivo de cada um; cada educando faz uma auto-avaliação em forma de parecer descritivo do seu desempenho, participação, atitudes e aprendizado; realização de um encontro coletivo por turma entre educandos, educadores e pais. Os educadores relatam seu parecer um por um, os educandos fazem sua auto avaliação, os pais relatam sobre seu filho os avanços e os limites. Após feito de cada um, o coletivo poderá complementar com análises, sugestões, questionamentos, desafios e encaminhamentos futuros a serem seguidos. Este momento fica sobre responsabilidade do educador regente da turma, contando sempre com os demais educadores e com alguém da coordenação da escola. Neste momento é que se realiza o parecer final do trimestre de cada educando.

6.5.3 Os pareceres descritivos: Pensando na avaliação dialógica, processual, diagnóstica e de encaminhamento, não basta constatar os limites e os sucessos. Cabe à escola buscar soluções para o avanço dos educandos, no sentido de possibilitar os mesmos a se enxergarem dentro desse processo e que cabe também a eles as mudanças necessárias para progressivamente irem a construindo sua aprovação. O parecer descritivo cumpre parte dessa função, descrever com fundamento científico, os conhecimentos trabalhados, os objetivos previstos no trimestre, explicitar de forma clara, objetiva e de fácil compreensão para a comunidade escolar (educandos e família) o desenvolvimento de cada educando e, finalmente, concretizar encaminhamentos pedagógicos para o sucesso do educando.

O parecer descritivo só será atribuído em dois casos:

- a) alunos das series iniciais do Ensino Fundamental

- b) Disciplina de Projeto de Vida das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

6.5.4 Expressão dos resultados: Decorre da análise do desenvolvimento do trabalho escolar durante e ao final do período letivo. Como síntese desta construção, o coletivo dos Professores das Áreas de Conhecimento, em interface com a autoavaliação do aluno, após o planejamento, a execução e a avaliação do desempenho do aluno no seu processo de construção do conhecimento, estabelece, por consenso, como expressão do Resultado Parcial (trimestre) e final, para o Ensino Fundamental e o Novo Ensino Médio, a seguinte formulação: Valoração por média através de numeração decimal. Essa numeração obedecerá a crescente de meio ponto (0,5). Para aprovação o educando deve atingir a média mínima de seis (6,0) pontos. Cada Professor irá compor sua nota de acordo com seus critérios próprios de avaliação.

Para os alunos que não atingirem a média mínima, considerando que o aluno constrói seu conhecimento em diferentes espaços e tempos, a escola deve possibilitar uma retomada dos resultados do ano anterior, levando em conta a possibilidade de que, entre os períodos letivos, os mesmos tenham construído as aprendizagens necessárias, e demonstrem a superação de suas dificuldades. Neste caso, cada professor deve elaborar um plano de estudos continuados que possibilite a retomada de conteúdos e auxilie no processo de aprendizagem de cada aluno. Após a retoma dos conteúdos, uma nova avaliação será aplicada.

OBS: A avaliação dos alunos com Atendimento Educacional Especializado/AEE é elaborada, trimestralmente, através de Parecer Descritivo Específico.

6.5.5 Calendário de avaliações:

Fica estabelecido que no início do ano letivo, o colegiado composto por professores e direção, organizará um calendário trimestral para todo ano, para a aplicação de provas. Cada professor terá a responsabilidade de divulgar esse calendário para as turmas.

7 Estágios Obrigatórios e Não-obrigatórios:

A Lei nº11788/08 dispõe sobre estágios obrigatórios e não obrigatório de estudantes e a Deliberação nº 02/09 do CEE, que estabelece normas para a organização e a realização dos Estágios, definem, também, obrigações da Instituição de Ensino para com os estágios não obrigatórios.

Na Deliberação 02/09 do CEE, Art. 1º, Parágrafo 1º, inciso I:

“I – o estágio, obrigatório, e, não-obrigatório assumido pela instituição de ensino, deverá estar previsto no Projeto Político-Pedagógico;

Para tanto a escola regulamenta neste documento a liberação de estágios não obrigatórios, permitindo estágio de alunos desde que devidamente matriculados contribuindo assim com a instituição.

8. Dos Espaços de Convivência:

8.1 Refeitório: é de responsabilidade de todos manter o refeitório limpo e organizado. Cada membro da comunidade escolar deverá manter uma conduta adequada no refeitório, respeitando os princípios da coletividade e boa convivência.

8.2 Salas de Aula: a organização e preservação do mobiliário da sala de aula é de responsabilidade dos alunos e professores.

8.3 Banheiros: A preservação e manutenção dos banheiros é de total responsabilidade dos usuários.

8.3 Banheiros: A horta da escola será um espaço de sociabilidade e construção do conhecimento. Oficinas práticas de plantio de alimentos, cuidado com a terra e preservação do nosso planeta serão ofertadas para os alunos, utilizando a horta como um espaço democrático de construção do conhecimento. Cada turma da escola terá um canteiro de adoção, onde a responsabilidade da preservação deste canteiro será dos alunos integrantes da turma e do professor conselheiro. Todo e qualquer alimento produzido na horta será utilizada na merenda escolar.

9. Da Participação dos Alunos: Fica estabelecido que a participação dos alunos nos assuntos relacionados a escola se dará da seguinte forma:

a) cada turma das series finais do Ensino Fundamental e dos três anos do Ensino Médio escolherá por votação um aluno (a) para ser representante de turma.

- b) fica estabelecido a criação do conselho dos alunos formado por todos os representantes de cada turma
 - c) o conselho dos alunos se reunirá uma vez a cada trimestre ou quando for tratar de um assunto de forma extraordinária
 - d) todas as reuniões do conselho dos alunos ocorrerão nas dependências da escola e em horário de aula.
 - e) o conselho terá um presidente (escolhido pelos integrantes do conselho) e um (a) secretário (a), que organizarão as reuniões e demandas dos alunos no período de um ano.
 - f) os assuntos discutidos pelos alunos em suas reuniões, bem como os encaminhamentos, devem ser lavrados em ata, para depois ser apresentados para a gestão escolar.
 - g) a cada ano haverá uma nova eleição das turmas, podendo assim mudar seus representantes.
- 10 Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei de Estágio n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CALDART, Roseli, Salete. Caminhos para transformação da escola. IN: VENDRAMINI, C. R. E AUED, B. W. (org.) Temas e problemas no ensino em escolas do campo. São Paulo: Outras Expressões, 2012, no prelo.

PACHECO, Eliezer- Organizador. Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Proposta de Diretrizes Curriculares. Fundação Santillana. Moderna, Brasília, 2012.

FREIRE Paulo & SCHOR Ira. Medo e Ousadia – O cotidiano do Professor. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

CALDART, Roseli Salete – Organizadora. Caminhos Para a Transformação da Escola – reflexões desde as práticas da licenciatura em educação do campo. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

CALDART, Roseli Salete – Organizadora. Por Uma Educação Básica do Campo, Coleção 05.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich (Tradução FREITAS, Luiz Carlos). A Escola Comuna. Expressão Popular. São Paulo -2009.

Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra. São Paulo, 2004.

PACHECO, Claudia Bernhardt de Souza. ABC da Trilogia Analítica – Psicanálise Integral. Próton Editora Ltda. São Paulo, 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Ciclo de desenvolvimento humano e formação de educadores. Educação & Sociedade, 1999, Scielo Brasil acesso:www.scielo.br.

Apêndice 3- Carta Convite para reuniões

Basílio, 3 de novembro de 2023.

Queridos alunos do Ensino Médio (as),

Como todos sabem, tenho um grande encantamento pela nossa escola. Partilhar momentos com vocês é motivo de muita alegria para esse professor.

Cada período que nos esbarramos em sala de aula é igual as canções de Marley para Rita, ou seja, é momento de muito amor. Desde minha chegada na escola observo com admiração essa comunidade e, confesso que tenho um grande carinho pelo colégio. Nunca tive a oportunidade de lecionar em uma escola do campo, e essa experiência me proporcionou um aprendizado gigante que me transformou não somente como professor, mas também como cidadão.

Ingressei no mestrado profissional no ano de 2021 na Universidade Federal do Pampa, e com isso, resolvi estudar para minha dissertação a comunidade que forma a escola Corinto Ávila Escobar, pois como dito anteriormente fui tocado por esse lugar.

Pensando em contribuir com o cotidiano da escola comecei a ler o Projeto Político Pedagógico da mesma e a partir daí quero contribuir com a construção do novo P.P.P.

Então, é com grande satisfação que convido vocês para uma reunião muito importante para a construção do futuro da Corinto Ávila Escobar. A reunião ocorrerá dia 7 de novembro, terça-feira, nos períodos de História, Mundo do trabalho e projeto de vida da turma 201.

O tema central desta reunião será a discussão e participação no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Nesta reunião apresentarei minhas intenções e explicarei qual será a proposta para desenvolvermos de forma coletiva um novo P.P.P. Destaco para vocês que o PPP é um documento fundamental que define os objetivos, valores e diretrizes que norteiam o

trabalho pedagógico da escola. É nesse documento que traçamos os caminhos para oferecer uma educação de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral de vocês. Essa é uma oportunidade de impormos nossa participação no rumo da escola, como sempre conversamos nas nossas aulas.

Acredito que a participação ativa de vocês é essencial para a construção de um PPP que atenda às necessidades da comunidade escolar e que esteja em sintonia com as aspirações de todos.

Durante a reunião, teremos a oportunidade de compreender a importância do PPP para o cotidiano da escola; discutir os objetivos, valores e diretrizes do PPP e compartilhar ideias, sugestões e expectativas para a construção de um PPP que atenda às necessidades da comunidade escolar. Então não fique fora dessa.

Sua presença é fundamental para que possamos construir um futuro próspero e significativo para nossa escola!

Conto com a participação de todos os alunos do Ensino Médio!

Um beijo cheio de carinho,

Prof. Tiago

Basílio, 3 de novembro de 2023.

Prezados pais e responsáveis,

Me chamo Tiago Ramires e sou professor de História da Escola Corinto Ávila Escobar. Muitos não me conhecem pois estou atuando como educador na escola a apenas 5 (cinco) anos, mais precisamente desde maio de 2019.

Nesse período não tivemos a oportunidade de muitos encontros, pois enfrentamos uma pandemia onde evitar a interação pessoal era uma das medidas de contenção do vírus.

Desde minha chegada na escola observo com admiração essa comunidade e, confesso que tenho um grande carinho pelo colégio. Nunca tive a oportunidade de lecionar em uma escola do campo, e essa experiência me proporcionou um aprendizado gigante que me transformou não somente como professor, mas também como cidadão.

Ingressei no mestrado profissional no ano de 2021 na Universidade Federal do Pampa, e com isso, resolvi estudar para minha dissertação a comunidade que forma a escola Corinto Ávila Escobar, pois como dito anteriormente fui tocado por esse lugar.

Pensando em contribuir com o cotidiano da escola comecei a ler o Projeto Político Pedagógico da mesma e a partir daí quero contribuir com a construção do novo P.P.P.

Então, é com grande satisfação que convido vocês para uma reunião muito importante para a construção do futuro da Corinto Ávila Escobar. A reunião ocorrerá nas dependências da escola no dia 13 de novembro às 13:30 minutos. Para que todos possam se fazer presentes, o transporte escolar fará a mesma linha e estará a disposição de vocês.

O tema central desta reunião será a discussão e participação no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Nesta reunião apresentarei minhas intenções e explicarei qual será a proposta para desenvolvermos de forma coletiva um novo P.P.P. Descaco para vocês que o PPP é um documento fundamental que define os objetivos, valores e diretrizes que norteiam o trabalho pedagógico da escola. É nesse documento que traçamos os caminhos para oferecer uma educação de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral de nossos alunos.

Acredito que a participação ativa de vocês, pais e responsáveis, é essencial para a construção de um PPP que atenda às necessidades da comunidade escolar e que esteja em sintonia com as aspirações de todos.

Durante a reunião, teremos a oportunidade de compreender a importância do PPP para a educação de nossos filhos; discutir os objetivos, valores e diretrizes do PPP e compartilhar ideias, sugestões e expectativas para a construção de um PPP que atenda às necessidades da comunidade escolar. Vá e sinalize qual escola quer para os seus filhos.

Sua presença é fundamental para que possamos construir um futuro próspero e significativo para nossos alunos!

Conto com a participação de todos!

Atenciosamente,

Prof. Tiago

Basílio, 3 de novembro de 2023.

Estimados colegas,

Escrevo nessas linhas uma carta para cada colega professor, pois ao longo desse período que somos colegas compartilhamos muitas aventuras educacionais, com o objetivo de tocar nossos alunos.

Desde minha chegada na escola observo com admiração a comunidade escolar que pertencemos e, confesso que tenho um grande carinho pelo colégio. Nunca tive a oportunidade de lecionar em uma escola do campo, como já relatei para todos na hora do café na nossa sala improvisada dos professores, e essa experiência me proporcionou um aprendizado gigante que me transformou não somente como professor, mas também como cidadão.

Ingressei no mestrado profissional no ano de 2021 na Universidade Federal do Pampa, e com isso, resolvi estudar para minha dissertação a comunidade que forma a escola Corinto Ávila Escobar, pois como dito anteriormente fui tocado por esse lugar.

Pensando em contribuir com o cotidiano da escola comecei a ler o Projeto Político Pedagógico da mesma e a partir daí quero contribuir com a construção do novo P.P.P.

Então, é com grande satisfação que convido vocês para uma reunião muito importante para a construção do futuro da Corinto Ávila Escobar. A reunião ocorrerá dia 21 de novembro, terça-feira. Combinei com a direção da escola e, nesse dia, nossos alunos serão dispensados para podermos conversar com tranquilidade.

O tema central desta reunião será a discussão e participação no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Nesta reunião apresentarei minhas intenções e explicarei qual será a proposta para desenvolvermos de forma coletiva um novo P.P.P. Destaco para vocês que o PPP é um documento fundamental que define os objetivos, valores e diretrizes que norteiam o trabalho pedagógico da escola. É nesse documento que traçamos os caminhos para oferecer uma educação de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral de cada aluno.

Acredito que a participação ativa de vocês é essencial para a construção de um PPP que atenda às necessidades da comunidade escolar e que esteja em sintonia com as aspirações de todos, pois nós professores fazemos parte desta escola.

Durante a reunião, teremos a oportunidade de compreender a importância do PPP para o cotidiano da escola; discutir os objetivos, valores e diretrizes do PPP e compartilhar ideias, sugestões e expectativas para a construção de um PPP que atenda às necessidades da comunidade escolar.

Sua presença é fundamental para que possamos construir um futuro próspero e significativo para nossa escola!

Conto com a participação de todos os colegas!

Me despeço com um fraterno abraço,

Prof. Tiago

